



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IAN FILIPE COSTA ARAÚJO

A COMPETIÇÃO HEGEMÔNICA SINO-AMERICANA NO BRASIL:
ANÁLISE À LUZ DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS ENTRE
2012-2023

Salvador

2025

IAN FILIPE COSTA ARAÚJO

**A COMPETIÇÃO HEGEMÔNICA SINO-AMERICANA NO BRASIL:
ANÁLISE À LUZ DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS ENTRE
2012-2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco

Salvador
2025

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Araújo, Ian Filipe Costa.

A competição hegemônica sino-americana no Brasil: análise à luz dos investimentos estrangeiros diretos entre (2012-2023) / Ian Filipe Costa Araújo. - 2025.
141 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2025.

1. Relações internacionais. 2. Relações econômicas internacionais. 3. Investimentos estrangeiros - Brasil. 4. Investimentos chineses - Brasil. 5. Investimentos americanos - Brasil. 6. Brasil - Relações exteriores - China. 7. China - Relações exteriores - Brasil. 8. Brasil - Relações exteriores - Estados Unidos. 9. Estados Unidos - Relações exteriores - Brasil. I. Balanco, Paulo Antonio de Freitas. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.


CDD - 332.6730981
CDU - 339.9(81)

IAN FILIPE COSTA ARAÚJO
A COMPETIÇÃO HEGEMÔNICA SINO-AMERICANA NO BRASIL: ANÁLISE À LUZ
DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS ENTRE 2012-2023


Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 18 de julho de 2025.


Banca examinadora

 Documento assinado digitalmente
PAULO ANTONIO DE FREITAS BALANCO
Data: 18/07/2025 20:26:47-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco

 Documento assinado digitalmente
ANTONIO RENILDO SANTANA SOUZA
Data: 19/07/2025 11:08:13-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza

 Documento assinado digitalmente
ANTONIO JORGE FONSECA SANCHES DE ALMEI
Data: 21/07/2025 21:08:25-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

AGRADECIMENTOS

À minha família, minha mãe Eliana, meu pai Moacir e minha irmã Isabelle, por terem me apoiado nesta nova jornada e sempre terem estado ao meu lado, apesar de toda a distância que nos separaram nestes pouco mais de dois anos. Um agradecimento muitíssimo especial à minha tia Vera, sem cujo apoio a minha permanência em Salvador teria sido muito mais árdua. Vocês foram importantíssimos para que eu tivesse chegado até aqui e sempre foram o motivo para que eu desse o meu melhor em tudo o que me propus a fazer.

Ao meu orientador, prof. Paulo Balanco, pelo auxílio e paciência na orientação deste trabalho. À prof.^a. Elsa Kraychete e ao prof. Renildo Souza pelos apontamentos na banca de qualificação, essenciais para a melhoria do projeto. Também agradeço aos professores Jorge Almeida e Renildo pela leitura atenciosa e as valiosas contribuições ao trabalho final na banca de defesa.

Ao prof. Daniel Aragão, pela oportunidade e confiança de compartilhar a sala de aula durante o tirocínio docente, momento no qual pude aprender lições inestimáveis para a minha vida acadêmica. Agradeço também à turma 2024.1 de Estudos dos Poderes, do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades, por terem tornado a experiência docente tão agradável.

Aos amigos que fiz nesta jornada, em especial o “craque” Neto, sem o qual as agonias da pós-graduação teriam sido mais difíceis de lidar. Essa jornada também não se completaria sem a sua amizade e presença nos momentos de altos e baixos. Valeu, mestre!

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento a este trabalho. Sem este apoio nada disso teria sido possível! Que este instrumento continue sendo fortalecido e protegido dos ataques às universidades brasileiras e que possa seguir garantindo a formação de novos pesquisadores. Muito obrigado!

COSTA ARAÚJO, Ian Filipe. **A competição hegemônica sino-americana no Brasil:** análise dos Investimentos Estrangeiros Diretos entre 2012-2023. Orientador: Paulo Balanco. 2025. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2025.

RESUMO

Como a disputa hegemônica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China influenciou o Investimento Externo Direto (IED) desses países no Brasil, entre 2012 e 2023, em termos de padrões e setores prioritários? Esta pesquisa busca trabalhar esta questão por meio da análise dos dados quantitativos referentes aos IED de ambos os países juntamente com uma revisão bibliográfica. Anteriormente à análise quantitativa dos dados realiza-se uma discussão teórica sobre os conceitos de hegemonia e imperialismo nas Relações Internacionais, trabalhando as perspectivas tradicionais e incorporam-se contribuições chinesas. A partir das análises realizadas neste primeiro capítulo caracteriza-se o atual momento do sistema internacional como uma competição hegemônica. O segundo capítulo aborda os mecanismos da hegemonia americana, trata da ascensão chinesa e do consequente declínio relativo estadunidense, caracterizando o cenário que levou à rivalidade vivida atualmente. O terceiro capítulo realiza a análise dos dados de IED de ambos os países e os avalia em conjunto com documentos estratégicos publicados por ambos os países, como as Estratégias de Segurança Nacional dos EUA e o *policy paper* da China sobre a América Latina e o Caribe. Formularam-se duas hipóteses baseadas num conhecimento preliminar da temática. A primeira hipótese era a de que o acirramento da disputa sino-estadunidense teria levado a uma mudança nos padrões de investimentos destes países no Brasil. Já a segunda hipótese sugeria que a estratégia chinesa seria mais ativa do que a americana, concentrando-se nos setores de infraestrutura e recursos naturais, enquanto que a estratégia americana se resumiria a tentar conter o avanço chinês, priorizando mecanismos de mercado. Frente aos achados, a primeira hipótese foi parcialmente confirmada e a segunda foi refutada. Os dados coletados indicam que ambas as potências têm diversificado gradualmente seus investimentos no Brasil, especificamente destinando recursos a setores de interesse estratégico mútuo. No entanto, na ausência de testes mais aprofundados, não é possível atribuir causalidade à intensificação da rivalidade para tal efeito. Verificou-se também que a China é o 7º maior investidor no Brasil, com uma alta concentração nos setores de energia e recursos naturais, com uma baixa participação em infraestrutura. Os EUA aparecem como os maiores investidores, com essa magnitude e maior diversificação de setores evidenciando o dinamismo da estratégia estadunidense, que não se resume a apenas uma contenção à China. Por fim, realizam-se as considerações finais e apontam-se as limitações da pesquisa. Argumenta-se que a importância do IED de ambas as potências exige uma postura pragmática frente à competição hegemônica, devendo-se buscar a maximização das oportunidades oferecidas. Vislumbra-se a possibilidade de novos desdobramentos da pesquisa, como a expansão da análise para outros países e respectivos estudos comparativos, além da análise dos efeitos dos IEDs no desenvolvimento local.

Palavras-chave: Competição Hegemônica; Investimento Estrangeiro Direto; China; Estados Unidos; Brasil.

COSTA ARAÚJO, Ian Filipe. **Sino-american hegemonic competition in Brazil**: analysis of Foreign Direct Investments between 2012-2023. Thesis advisor: Paulo Balanco. 2025. 141 pp. Dissertation (Master's Degree in International Relations) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2025.

ABSTRACT

How has the hegemonic competition between the United States of America (USA) and China influenced Foreign Direct Investment (FDI) from these countries in Brazil, between 2012 and 2023, in terms of patterns and priority sectors? This research seeks to address this question through the analysis of quantitative data regarding FDI from both countries, alongside a literature review. Before the quantitative data analysis, a theoretical discussion is carried out on the concepts of hegemony and imperialism in International Relations, working with traditional perspectives and incorporating Chinese contributions. Based on the analyses conducted in this first chapter, the current moment of the international system is characterized as one of hegemonic competition. The second chapter addresses the mechanisms of American hegemony, discusses the Chinese rise and the consequent relative decline of the United States, characterizing the scenario that led to the current rivalry. The third chapter analyzes the FDI data from both countries and evaluates them together with strategic documents published by both countries, such as the US National Security Strategies and China's policy paper on Latin America and the Caribbean. Two hypotheses were formulated based on preliminary knowledge of the topic. The first hypothesis was that the intensification of the US-China dispute would have led to a change in the investment patterns of these countries in Brazil. The second hypothesis suggested that the Chinese strategy would be more active than the American one, focusing on infrastructure and natural resources sectors, whereas the American strategy would be limited to trying to contain China's advance, prioritizing market mechanisms. In light of the findings, the first hypothesis was partially confirmed and the second was refuted. The collected data indicate that both powers have gradually diversified their investments in Brazil, specifically allocating resources to sectors of mutual strategic interest. However, in the absence of more in-depth tests, it is not possible to attribute causality to the intensification of the rivalry for this effect. It was also found that China is the 7th largest investor in Brazil, with a high concentration in the energy and natural resources sectors, and low participation in infrastructure. The US appears as the largest investor, with this magnitude and greater sectoral diversification evidencing the dynamism of the American strategy, which is not limited to merely containing China. Finally, final considerations are made and the limitations of the research are pointed out. It is argued that the importance of FDI from both powers requires a pragmatic stance in the face of hegemonic competition, seeking to maximize the opportunities offered. The possibility of new research developments is foreseen, such as expanding the analysis to other countries and respective comparative studies, as well as analyzing the effects of FDI on local development.

Keywords: Hegemonic Competition; Foreign Direct Investment; China; United States; Brazil.

COSTA ARAÚJO, Ian Filipe. **La competencia hegemónica sino-americana em Brasil: análise de las Inversiones Extranjeras Directas entre 2012-2023**. Tutor: Paulo Balanco. 2025. 141 f. Disertación (Maestría en Relaciones Internacionales) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2025.

RESUMEN

¿Cómo ha influido la disputa hegemónica entre Estados Unidos de América (EE. UU.) y China en la Inversión Extranjera Directa (IED) de estos países en Brasil, entre 2012 y 2023, en términos de patrones y sectores prioritarios? Esta investigación busca abordar esta cuestión mediante el análisis de los datos cuantitativos referentes a la IED de ambos países junto con una revisión bibliográfica. Antes del análisis cuantitativo de los datos, se realiza una discusión teórica sobre los conceptos de hegemonía e imperialismo en las Relaciones Internacionales, trabajando las perspectivas tradicionales e incorporando contribuciones chinas. A partir de los análisis realizados en este primer capítulo, se caracteriza el momento actual del sistema internacional como una competencia hegemónica. El segundo capítulo aborda los mecanismos de la hegemonía estadounidense, trata el ascenso chino y el consecuente declive relativo estadounidense, caracterizando el escenario que llevó a la rivalidad actual. El tercer capítulo realiza el análisis de los datos de IED de ambos países y los evalúa en conjunto con documentos estratégicos publicados por ambos países, como las Estrategias de Seguridad Nacional de EE. UU. y el policy paper de China sobre América Latina y el Caribe. Se formularon dos hipótesis basadas en un conocimiento preliminar del tema. La primera hipótesis era que el recrudecimiento de la disputa sino-estadounidense habría llevado a un cambio en los patrones de inversión de estos países en Brasil. La segunda hipótesis sugería que la estrategia china sería más activa que la estadounidense, concentrándose en los sectores de infraestructura y recursos naturales, mientras que la estrategia estadounidense se limitaría a intentar contener el avance chino, priorizando mecanismos de mercado. Frente a los hallazgos, la primera hipótesis fue parcialmente confirmada y la segunda fue refutada. Los datos recolectados indican que ambas potencias han diversificado gradualmente sus inversiones en Brasil, destinando específicamente recursos a sectores de interés estratégico mutuo. Sin embargo, en ausencia de pruebas más profundas, no es posible atribuir causalidad a la intensificación de la rivalidad para tal efecto. Se verificó también que China es el séptimo mayor inversor en Brasil, con una alta concentración en los sectores de energía y recursos naturales, y una baja participación en infraestructura. EE. UU. aparece como el mayor inversor, y esa magnitud y mayor diversificación de sectores evidencian el dinamismo de la estrategia estadounidense, que no se limita solamente a contener a China. Finalmente, se realizan las consideraciones finales y se señalan las limitaciones de la investigación. Se argumenta que la importancia de la IED de ambas potencias exige una postura pragmática frente a la competencia hegemónica, debiéndose buscar la maximización de las oportunidades ofrecidas. Se vislumbra la posibilidad de nuevos desarrollos de la investigación, como la expansión del análisis a otros países y respectivos estudios comparativos, además del análisis de los efectos de la IED en el desarrollo local.

Palabras-clave: Competencia Hegemónica; Inversión Extranjera Directa; China; Estados Unidos; Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor total de IED efetivamente utilizado na China, em US\$ bilhões (1979-2022)	66
Gráfico 2 – Número de empresas criadas via IED na China, entre 1979-2022 (em unidades)..	67
Gráfico 3 – Crescimento das exportações chinesas e sua porcentagem no PIB (1994-2022)	69
Gráfico 4 – Crescimento anual do PIB chinês, 1979-2023 (em %).	69
Gráfico 5 – Comparativo de crescimento percentual do PIB entre China e EUA (1979-2023)	70
Gráfico 6 – PIB PPC, maiores economias em 2023 (valores constantes de 2021).	71
Gráfico 7 – Acúmulo de reservas internacionais da China (2000-2023).	72
Gráfico 8 – Reservas internacionais por país (2023).	72
Gráfico 9 – Déficit comercial EUA-China (2008-2023).	76
Gráfico 10 – Participação de países no fluxo global de IED (2012-2023).	82
Gráfico 11 – Participação de países no fluxo global de IED, unindo China e Hong Kong (2012-2023)	82
Gráfico 12 – Principais fontes globais de IED, fluxos de saída (2012-2023).	83
Gráfico 13 – Fluxo de entrada de IED na América Latina e Caribe, em milhões de US\$ (2012-2023)	84
Gráfico 14 – Evolução do fluxo de IED na América Latina: Top 7 países investidores e outros (2012-2023).	85
Gráfico 15 – Fluxo de IED recebido por país da América do Sul, em bilhões de US\$ (2012-2023).	86
Gráfico 16 – América do Sul: participação percentual dos países no total de fluxo de IED recebido (2012-2023).	86
Gráfico 17 – Distribuição percentual de estoque de IED no Brasil (2012-2023): país investidor imediato.	88
Gráfico 18 – Comparação de estoque de IED no Brasil por critério de investidor, valores aproximados (2023).	89
Gráfico 20 – Montante de IED dos EUA no Brasil (2012-2023).	91
Gráfico 20 – Estoque de IED dos EUA no Brasil (2012-2023): dados do BCB vs. BEA ...	92
Gráfico 21 – IED dos EUA no Brasil vs. América do Sul: valores em US\$ bilhões e parcela do Brasil (%)	93

Gráfico 23 – Participação dos EUA no total de empresas de IED no Brasil (2010-2020)	95
Gráfico 24 – Estoque de IED dos EUA no Brasil, composição por setor (2012-2023)	97
Gráfico 25 – Composição do Total de Manufatura por Subcategoria	98
Gráfico 26 – Composição setorial percentual do IED dos EUA no Brasil (2012-2023)	99
Gráfico 27 – Comparação da participação setorial do IED dos EUA no Brasil: 2012 vs. 2023	100
Gráfico 28 – Evolução dos principais setores de IED dos EUA no Brasil	100
Gráfico 29 – Montante de IED da China no Brasil (2012-2023)	108
Gráfico 30 – Participação percentual do Brasil no fluxo de IED chinês na América do Sul (2012-2023)	109
Gráfico 31 – Variação temporal do IED chinês na América do Sul: três principais países receptores	110
Gráfico 32 – IED chinês no Brasil: participação percentual por setor (2012-2023)	111
Gráfico 33 – Composição percentual do IED da China no Brasil (2012-2023)	111
Gráfico 34 – Evolução dos principais setores de IED da China no Brasil (2012-2023)	113
Gráfico 35 – Participação percentual do tipo de propriedade e projeto do IED chinês no Brasil (2012-2023)	115
Gráfico 36 – Projetos de IED chinês no Brasil: Investimento Total x Número de Projetos	116
Gráfico 37 – Trajetória do IED chinês no Brasil: valores percentuais x valores absolutos (2012-2023)	117
Gráfico 38 – Evolução do IED da China e dos EUA no Brasil (2012-2024)	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes de IED na China (em porcentagem do total).....	68
Tabela 2 – IED dos EUA por país e região, em milhões de US\$ (2012-2023).....	94
Tabela 3 – Atuação das empresas estadunidenses no Brasil, indicadores selecionados (2012-2023).....	95
Tabela 4 – Setores com anúncio de IED greenfield oriundos dos EUA no Brasil (2013-2023).....	10
1	
Tabela 5 – Top 10 empresas estadunidenses com maiores anúncios de IED greenfield no Brasil (2013-2023)	102
Tabela 6 – Top 10 empresas chinesas investidoras no Brasil (2012-2023).....	114
Tabela 7 – Investimentos greenfield da China no Brasil (2020-2023).....	118

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Resumo das contribuições clássicas acerca do imperialismo	33
Quadro 2 – Tipos de Liderança Internacional.....	49
Figura 1 – Representação do sistema <i>Tianxia</i>	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AmCham	Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos
ApexBrasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BEA	Bureau of Economic Analysis
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CCT	Classe Capitalista Transnacional
CEBC	Conselho Empresarial Brasil-China
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNPC	China National Petroleum Corporation
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTG	China Three Gorges Corporation
DFC	United States International Development Finance Corporation
EUA	Estados Unidos da América
F&A	Fusões e Aquisições
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos 7
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
NRS	Nova Rota da Seda
OI	Organização Internacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPP	Parceria Público-Privada

REDALC-CHINA	Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SAM	Companhia Sul-Americana de Metais
SGCC	State Grid Corporation of China
SPIC	State Power Investment Corporation
TEH	Teoria da Estabilidade Hegemônica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TPP	Trans-Pacific Partnership
TRIPS	Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
USSOUTHCOM	United States Southern Command
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	DISCUSSÃO CONCEITUAL	20
2.1	HEGEMONIA E IMPERIALISMO	21
2.2	O CONCEITO DE HEGEMONIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	34
2.3	HEGEMONIA SOB A VISÃO DE TEÓRICOS CHINESES	46
2.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO 1	54
3	A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E A ASCENSÃO CHINESA	58
3.1	A HEGEMONIA AMERICANA: O SISTEMA DE BRETTON WOODS E A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.....	58
3.2	A ASCENSÃO CHINESA	65
3.3	O PÓS-CRISE FINANCEIRA GLOBAL E O AUMENTO DA “PRESSÃO COMPETITIVA”	73
3.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO 2	75
4	INVESTIMENTOS DIRETOS DOS EUA E DA CHINA NO BRASIL	79
4.1	OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO BRASIL	87
4.2	OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS DOS EUA NO BRASIL	89
4.3	OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS DA CHINA NO BRASIL	107
4.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO 3	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
6	REFERÊNCIAS.....	129

1 INTRODUÇÃO

Como a disputa hegemônica entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China influenciou o Investimento Externo Direto (IED) desses países no Brasil, entre 2012 e 2023, em termos de padrões e setores prioritários? Este é o questionamento que guia esta pesquisa e que buscamos responder conjugando a análise dos dados quantitativos referentes aos IED de ambos os países à uma análise qualitativa de revisão bibliográfica.

A dinâmica do sistema internacional no século XXI tem sido moldada pela intensificação da competição hegemônica entre os EUA e a China, um fenômeno de vastas repercussões globais. Esta rivalidade, caracterizada por disputas em diversas áreas como o comércio, tecnologia e geopolítica, manifesta-se de maneira distinta em diferentes regiões do mundo. A América Latina, e especificamente o Brasil, emerge como uma peça importante no tabuleiro crucial que expressa essa disputa, onde os IED se tornam um indicador fundamental das estratégias e influências de ambas as potências, conforme argumenta Ornelas (1995; 2018). Justifica-se o presente estudo, portanto, pela atualidade do tema e a necessidade de melhor compreender o fenômeno da relação político-econômica existente entre as duas potências e o Brasil. Adicionalmente, observar em paralelo a forma como os dois países estruturam sua atuação multilateral com nosso país, neste contexto, torna-se essencial para que os responsáveis pela formulação de políticas projetem cenários e ajustem suas estratégias à dinâmica da rivalidade sino-americana. Optamos por limitar a análise ao IED das duas potências no Brasil para garantir a exequibilidade da pesquisa. Incluir a região latino-americana de maneira integral exigiria um esforço de pesquisa que não seria possível de ser realizado numa dissertação. Justificamos a escolha do Brasil por se tratar do maior país da região e pela sua relevância, seja pela dinamicidade econômica, seja pela importância do relacionamento com ambas as potências. A região latino-americana é muito vasta, seja pelo próprio número de países que a integram – especialmente se incluirmos o Caribe – seja por suas diferenças políticas, econômicas e culturais. Tratar a América Latina como este "ente homogêneo" seria fechar os olhos a todas essas questões, aproximando-nos de uma tendência muito comum na academia anglo-saxã dos chamados "estudos de área", como bem explicitado por Serbín (2022). Além disso, cada país tem dinâmicas muito próprias no que diz respeito à relação com os EUA e a China. Ao limitar a análise ao Brasil podemos verificar as nuances da disputa entre as duas potências na região, para além das características mais gerais.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os padrões e setores prioritários de IED chinês e americano no Brasil, no período de 2012 a 2023, considerando o contexto de

competição hegemônica entre as duas potências. Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Explorar a conceituação de hegemonia e competição hegemônica nas Relações Internacionais (RI), considerando o contexto delimitado entre 2012 e 2023;
- b. Mapear as dinâmicas de IED dos EUA e da China no Brasil, identificando setores prioritários, padrões, mudanças, diferenças e semelhanças identificadas entre o período de 2012 a 2023;
- c. Analisar os dados de IED dos EUA e da China no Brasil, no período destacado, à luz das estratégias desses países em meio à sua disputa hegemônica global.

Justifica-se a escolha desse espaço temporal para abarcar o segundo mandato do presidente americano Barack Obama, no qual ocorre uma mudança de estratégia de política externa, denominada “pivô asiático”, em que a “contenção” à China toma contornos mais definidos. Neste período inclui-se, ainda, toda a primeira administração Trump, ocorrida entre 2017 e 2021, momento no qual as tensões com a China se exacerbaram e a presença chinesa na América Latina passou a ser tratada pelos EUA como uma maior ameaça aos seus interesses na região – uma mudança nos rumos da abordagem dos governos anteriores, que embora monitorassem os avanços chineses, não entendiam a relação como um jogo de soma-zero. Incluímos também os dois primeiros anos da administração Biden, por identificarmos que a contenção à China se tornou uma política bipartidária, com o presidente democrata dando seguimento a muitas políticas do antecessor republicano, notadamente no que diz respeito ao enfrentamento aos investimentos chineses na região (Pires, Do Nascimento, 2021; Pu, Myers, 2021).

Magnotta (2019) partilha dessa compreensão, quando identifica que durante maior parte do tempo a política estadunidense com relação à China na América Latina foi de acomodação, com uma propensão ao confronto e ao escalonamento de tensões ao final da primeira década do presente século. Esse período abrange, ainda, o mandato de Xi Jinping à frente do governo chinês, que iniciou um processo de reorientação da política externa chinesa, ao adotar uma postura mais assertiva e de distanciamento paulatino do antigo padrão estabelecido por Deng Xiaoping, de uma política externa de baixo perfil (Montenegro, 2019). As nuances existentes entre as políticas externas dos governos de ambas as potências durante essas administrações nos permitem mapear e avaliar as mudanças e continuidades no relacionamento com a América Latina, particularmente o Brasil, desde o início até a escalada da rivalidade sino-americana.

Além disso, foram elaboradas duas hipóteses para a pesquisa:

1. A intensificação da disputa hegemônica entre EUA e China levou a uma mudança nos padrões, fluxos e setores prioritários de investimento externo direto desses países no Brasil;
2. A estratégia de investimentos da China no Brasil é mais ativa e concentra-se na construção de infraestrutura e garantia de acesso aos recursos naturais brasileiros, enquanto a dos EUA foca na manutenção da sua influência histórica, contenção do avanço chinês e prioriza mecanismos tradicionais de mercado.

A presente pesquisa possui um caráter predominantemente qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, valendo-se de dados quantitativos como suporte para a análise. O outro componente basilar da pesquisa está na análise revisão da literatura existente acerca da temática da hegemonia e competição hegemônica, além da questão focada mais especificamente nos IED, como os Relatórios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Os dados de IED para mapeamento foram retirados das seguintes fontes:

- Base de dados do Bureau of Economic Analysis (BEA);
- Base de dados do Banco Central do Brasil (BCB);
- Base de dados Monitor de la OFDI china (Red ALC-China)

Elegemos o BCB como fonte por se tratar de um órgão oficial do governo brasileiro, que disponibiliza uma base de dados consolidada e ampla acerca do campo dos investimentos no Brasil, facilmente acessível por meio eletrônico, com a possibilidade de baixar os dados originais livremente e gratuitamente. A escolha dos dados do BEA segue os mesmos critérios de facilidade de acesso, amplitude dos dados e por se tratar de uma agência oficial do governo estadunidense, o que nos possibilita uma análise dos investimentos daquele país por meio de uma fonte primária. Com relação aos dados de IED chinês enfrentamos uma maior dificuldade para compilá-los, o que fez com que optássemos pelo uso de fontes não oficiais do governo chinês. Primeiramente buscamos utilizar os dados divulgados no *China Statistical Yearbook*, porém, as informações encontram-se disponibilizadas em formato de imagem, diferentemente do que fazem as duas outras fontes utilizadas, que disponibilizam os dados em planilhas eletrônicas. Esse fato exigiria que as informações fossem copiadas manualmente para um arquivo editável, o que demandaria mais tempo. Isso também poderia acarretar falhas na transcrição dos dados, o que comprometeria a confiabilidade das análises. Para além disso, os dados referentes aos setores e países de destino dos investimentos são disponibilizados apenas para o ano de edição do anuário estatístico e o ano anterior a ele – por exemplo, a edição de

2023 exibe apenas as informações referentes àquele ano e a 2022 – o que tornaria necessária a consulta a diferentes documentos para coleta dos dados que abarcassem o período delimitado para a pesquisa. Por conta de todos estes aspectos optou-se por buscar outras fontes para coleta de dados referentes ao IED chinês.

Dentre as opções encontradas, chegamos a duas principais: o *Monitor de la OFDI china*, de autoria da *Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China* (REDALC-China) e o *China Global Investment Tracker* (CGIT), do *American Enterprise Institute*. Num primeiro momento cogitou-se utilizar as duas bases de dados para análise, mas, por fim, optamos por utilizar somente os dados do *Monitor*. Esta escolha foi feita em virtude de o CGIT excluir dados de investimento inferiores a US\$95 milhões (Scissors, 2024), o que poderia gerar diferenças significativas. Além disso, apesar de o *American Enterprise Institute* disponibilizar os dados gratuitamente, é necessário solicitá-los através de e-mail, e há uma proibição de divulgação da base de dados pelos pesquisadores que a utilizarem, o que cria uma barreira que dificulta o livre acesso às informações, algo prejudicial à transparência e replicabilidade desta pesquisa, o que nos levou a escolher a base de dados do *Monitor*. Um outro aspecto relevante para essa escolha foi o fato de os dados disponibilizados pela REDALC-China já serem referentes aos países latino-americanos, o que pouparia uma etapa de filtragem das informações. Além disso, a base de dados está disponível para *download* no *site* da organização, de forma gratuita, sem impedimentos à sua divulgação por parte dos pesquisadores. O *Monitor* também utiliza outras bases de dados para conferência das informações, incluindo o próprio CGIT, além de fontes primárias dos governos (Dussel Peters, 2023), o que colabora para a confiabilidade das informações, mesmo não se tratando de uma base oficial. Por fim, consideramos também ser importante utilizar uma fonte produzida por uma rede de pesquisadores latino-americanos, apoiada por uma universidade latino-americana, como uma forma de valorização e reconhecimento da contribuição que a pesquisa local tem para compreendermos das questões referentes à América Latina e o sistema internacional.

Para a análise e tratamento dos dados, bem como para a criação dos gráficos, utilizou-se a linguagem de programação R. Esta escolha foi feita principalmente em virtude de o R ser um *software* livre, desenvolvido por acadêmicos interessados em otimizar a análise de dados. Além disso, é um *software* que exige um menor processamento, possui maior flexibilidade e mais funcionalidades quando comparado a outros programas proprietários, como Excel da Microsoft. O R também é um *software* cada vez mais utilizado pela comunidade acadêmica internacional, bem como por instituições públicas, o que permite um acesso mais facilitado a

informações e compartilhamento de experiências. Por fim, como o fluxo de trabalho fica registrado num documento, é possível compartilhá-lo para que qualquer pessoa possa verificá-lo e seguir o passo-a-passo do que foi feito, o que permite a replicabilidade e transparência da pesquisa, uma prática essencial na academia (Alcântara, 2024). Como ferramenta adicional de correção das linhas de código utilizou-se o modelo de inteligência artificial *Claude Sonnet 3.7*. Todos os códigos e bases de dados utilizadas estão disponíveis para acesso no seguinte repositório <<https://osf.io/jkbn8/>>.

A análise dos dados quantitativos coletados foi complementada com informações de documentos disponibilizados pelos governos de cada país, como as Estratégias do Comando Sul dos EUA – USSOUTHCOM – de 2019 e 2022, as Estratégias de Segurança Nacional dos EUA de 2015, 2017 e 2022 e o *policy paper* da China sobre a América Latina de 2016.

Estruturalmente o trabalho está dividido em três capítulos principais, além desta introdução e considerações finais. O primeiro capítulo, “Discussão Conceitual”, dedica-se a discutir os conceitos de hegemonia e imperialismo nas RI, baseando-se nas principais contribuições teóricas do campo, incluindo abordagens chinesas, como o realismo moral e *Tianxia*. Esta discussão faz parte de um avanço de uma reflexão iniciada anteriormente na graduação e serve de referencial teórico para fundamentar as análises subsequentes, compreendendo-se que o momento atual é de uma competição e rivalidade hegemônica entre potências. O segundo capítulo, “A hegemonia estadunidense e a ascensão chinesa”, cumpre o papel de transição de uma discussão mais teórico-conceitual, como a que é realizada no capítulo 1, para uma que envolva os aspectos materiais da hegemonia. Faz-se uma contextualização histórica e estrutural da hegemonia americana, descrevendo seus mecanismos de atuação. Em seguida aborda-se o fenômeno da ascensão chinesa e o novo cenário de rivalidade surgido após a crise financeira de 2008, quando a China e os EUA reorientaram suas estratégias e a iniciou-se a trajetória de acirramento da competição entre ambos os países. O terceiro capítulo é dedicado à análise dos IED dos EUA e da China no Brasil entre 2012 e 2023. Destacam-se os setores prioritários dos IEDs de ambas as potências, padrões e mudanças, relacionando-os às estratégias globais e regionais dos dois países. Por fim, nas considerações finais são retomados os principais achados, apontam-se as limitações da pesquisa e sugere-se agendas para estudos futuros.

2 DISCUSSÃO CONCEITUAL

O conceito de hegemonia figura dentre os conceitos mais utilizados do campo das RI, pelas mais variadas correntes teóricas, desde o liberalismo, passando pelo realismo, o institucionalismo liberal, até o marxismo. A questão que acomete as diferentes versões deste conceito, amplamente utilizadas, é justamente a multiplicidade de interpretações as quais está submetido, o que tende a gerar uma falta de objetividade na sua definição e uma confusão no seu uso.

Por isso, compreender bem o conceito é parte essencial para o bom entendimento do que chamamos de “hegemonia estadunidense/americana”, os debates sobre a sua decadência, o atual momento de competição dos EUA com a China, e a possibilidade de ascensão desta figurar como uma alternativa à hegemonia dos EUA.

Este capítulo busca, portanto, discorrer acerca do conceito de hegemonia utilizado na literatura de RI, diferenciando-a da categoria de imperialismo e apresentando conceituações presentes nas RI ocidentais e chinesas, além de discutir a ideia de haver uma transição hegemônica em curso no sistema internacional desde a ascensão chinesa. Tomamos como ponto de partida a perspectiva gramsciana de hegemonia e buscamos a partir disso trazer diferentes visões sobre o conceito no campo das RI, tanto de autores ocidentais quanto chineses. Compreendemos ser esse um passo importante para, no decorrer do trabalho, caracterizar a hegemonia americana e os cenários postos em questão com a ascensão chinesa.

Na primeira seção nos concentramos na discussão do conceito de imperialismo, a partir das contribuições de Lênin (2021), Bukharin (1928), Kautsky (1914) e Luxemburgo (2028), bem como das iniciativas de atualização desta teoria empreendidas por Callinicos (2009), Harvey (2004; 2005) e Robinson (2017). Compreendemos ser importante fazer a distinção entre imperialismo e hegemonia em virtude de serem categorias que carregam diferenças importantes, como o uso distinto de mecanismos e motivações no exercício do poder imperial e hegemônico, como argumentam Garcia (2021), Mello (2012) e Sader (2005), ainda que ambos os termos sejam utilizados como sinônimos.

Na seção seguinte debatemos o conceito de hegemonia propriamente, partindo da visão de Gramsci (2024) e trazendo as contribuições de teóricos do campo das RI, como Gilpin (1981), Keohane (1984), Kindleberger (1973 e Cox (1983). Além das perspectivas da economia política internacional trazidas por Strange (2015), Fiori (2008) e Arrighi (2006; 2008).

Por fim, trazemos na seção seguinte visões de alguns teóricos chineses sobre a questão da hegemonia, como o realismo moral de Yan (2011; 2016; 2019) e a concepção de *Tianxia* de Zhao (2019), por entendermos ser importante também compreender a visão produzida na China acerca do sistema internacional e a sua ascensão por meio de interpretações próprias.

Concluimos o capítulo com o entendimento de que não é possível caracterizar o atual momento do sistema internacional como uma transição hegemônica em curso, mas como uma competição e rivalidade entre as duas potências preponderantes internacionalmente – EUA e China. Isso se dá pelo fato de o poder estrutural dos EUA se manter, além do fato de não ser possível identificar claramente o projeto hegemônico chinês, distinto do projeto estadunidense, em busca de se alcançar o consenso internacional.

2.1 HEGEMONIA E IMPERIALISMO

A primeira distinção que nos cabe fazer corresponde à diferença entre os conceitos de hegemonia e imperialismo, algo muito comum observado nas RI, quando se utilizam os dois conceitos de maneira intercambiável, como sinônimos, de uma ordem internacional estabelecida sob o controle de uma determinada potência (Garcia, 2021). Ainda que seja um termo clássico do marxismo, isso não impediu que o imperialismo fosse apropriado por alguns autores de RI – mas não sem alterar o seu componente crítico.

Cohen (1973) trata o imperialismo como um conceito simplesmente operacional, ainda que reconheça o seu uso ambíguo. Como nos expõe o autor, a desigualdade entre as nações é um aspecto inerente, visto que sempre existiram e sempre existirão assimetrias entre os países, seja na ordem de grandeza territorial, econômica ou quaisquer outros aspectos. A desigualdade por si só não pode ser a definidora, portanto, do que é o imperialismo. Segundo Cohen (1976, p. 15, tradução nossa):

Especificamente, o imperialismo se refere ao tipo de relacionamento internacional caracterizado por uma assimetria específica – a assimetria de *dominação e dependência*. [...] O imperialismo refere-se às relações específicas entre nações inerentemente desiguais que envolvem subjugação efetiva, o exercício *real* de influência sobre o comportamento. [...] A desigualdade é a condição necessária; a afirmação *ativa* de superioridade e inferioridade é a condição lógica de suficiência.¹

Outro aspecto presente na análise de Cohen (1976) é a caracterização que o autor faz sobre o imperialismo enquanto forma: o controle poderia ser direto, quando há um controle da

¹ No original: “Specifically, imperialism refer to that kind of international relationship characterized by a particular *asymmetry* – the asymmetry of *dominance and dependence*. [...] Imperialism refers to those particular relationships between inherently unequal nations which involve effective subjugation, the *actual* exercise of influence over behavior. [...] Inequality is the necessary condition; *active* affirmation of superiority and inferiority is the logical condition of sufficiency.” (Cohen, 1973, p. 15).

soberania política, ou indireto, quando se dá por meios econômicos e diplomático-militares. Garcia (2021) argumenta que a definição de Cohen é a típica visão dos autores realistas de RI, pois sua análise se concentra no poder e a necessidade de sua expansão para garantia do *status quo* da potência hegemônica num sistema internacional anárquico – a existência de um ambiente de constante ameaça aos Estados coloca como escolha racional a adoção de medidas que visem o aumento de seu próprio poder a fim de garantir a sua própria segurança (Waltz, 1979). A argumentação do autor mascara, no entanto, a relação existente entre o fenômeno do imperialismo e o modo de produção capitalista, algo que é patente no marxismo.

Talvez a mais conhecida elaboração acerca do imperialismo seja a de Lênin, que o caracteriza como um fenômeno do estágio monopolista do capitalismo, no qual ocorre a fusão do capital bancário com o capital industrial, originando o capital financeiro na forma de conglomerados, sendo um processo amparado pelo Estado (Lênin, 2021) – o que exprime a relação íntima entre a burguesia e o aparato estatal (Bugiato, Berringer, 2021; Garcia, 2021). Como explicado por Lênin (2021), o imperialismo é caracterizado como o estágio superior do capitalismo por ser ele derivado do avanço das próprias características gerais do sistema: o desenvolvimento da livre concorrência é o que dá origem aos monopólios, que não chegam a eliminá-la por fim, o que acaba por exacerbar as contradições do sistema e aumentar o ambiente de conflitos.

À formação do capital financeiro se sucede a exportação de capitais oriundos das potências capitalistas com destino às formações sociais de desenvolvimento capitalista atrasado, ou nos termos do autor, aos países coloniais e semicoloniais/semi-independentes, o que contribui para a expansão do capitalismo em escala mundial. Como nos explica Lênin (2021), uma das diferenças do estágio imperialista do capitalismo para o seu estágio clássico é a de que o último funcionava com a exportação de mercadorias por meio da livre concorrência, enquanto o primeiro concentra-se na exportação de capitais e domínio dos monopólios. A exportação de capitais, portanto, responde ao imperativo de maximização dos lucros, visto que o objetivo do capitalista não é atender às necessidades das vidas das massas, mas o de aumentar os seus ganhos. Os capitais são alocados para os países atrasados, como nos explica Lênin (2021), por conta da sua escassez nesses locais, além dos preços menores de salários, matérias-primas e terra. Como nos explica o autor:

A necessidade da exportação de capital obedece ao fato de que, em alguns países, o capitalismo “amadureceu demais”, e o capital (nas condições do insuficiente desenvolvimento da agricultura e da miséria das massas) carece de campo para a sua colocação “lucrativa” (Lênin, 2021, p. 95).

A alocação destes capitais na periferia do sistema capitalista tem a capacidade de acelerar o crescimento destes países receptores de capitais, ao passo em que tem a tendência de estagnar o desenvolvimento nos países centrais, exportadores de capitais. Lênin (2021) cita como exemplo ilustrativo desse processo o maior crescimento da construção de ferrovias nas colônias e nos Estados semicoloniais, através do capital financeiro dos países centrais, do que a construção de novas ferrovias nestes mesmos países exportadores de capitais. Esse processo evidencia o crescimento desigual do capitalismo no sistema, o que invariavelmente agudiza a concorrência entre as potências, levando ao uso da força para resolução dos conflitos surgidos: “O capital financeiro e os trustes não atenuam, mas acentuam a diferença entre a velocidade de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E uma vez que a correlação de forças mudou, como se podem resolver as contradições, sob o capitalismo, a não ser pela força?” (Lênin, 2021, p. 128).

Neste ínterim, acirra-se a concorrência entre as potências capitalistas pela busca de novos mercados para manter a reprodução do capital – as potências capitalistas se ocupam de “dividir o mundo” em áreas para sua influência e anexação de territórios, algo que não se efetiva sem um embate intenso entre as potências (Bugiato, Berringer, 2021; Garcia, 2021). Esta corrida por novos territórios é um resultado, também, de características específicas do capitalismo em seu estágio monopolista. Primeiramente, como explica Lênin (2021), o surgimento dos monopólios via capital financeiro tornou as relações de negociação entre os países ainda mais vantajosa para os detentores de monopólios. A exportação de capitais com os empréstimos realizados pelos países de capitalismo avançado, por exemplo, passou a ter como condição o gasto de parcela desse capital na compra de produtos do próprio país credor. Portanto, ainda que a marca diferencial do capitalismo imperialista seja a exportação de capitais frente à exportação de mercadorias, ela funciona também como estimuladora da exportação de mercadorias destes países, visto que não as elimina, pois como explica Almeida (2015), o capital financeiro ao qual Lênin se refere é distinto daquele surgido nos anos 1970, já que está ancorado na produção, enquanto o último é predominantemente rentista. Dessa forma, isso se torna mais um motivo que leva ao acirramento da competição entre os países centrais por novos territórios, tanto política como economicamente (Lênin, 2021).

A própria corrida pela partilha do mundo não se resume à busca por novos territórios e posse de matérias-primas como ocorrera na dominação colonial “clássica”. Conforme argumenta Lênin (2021), na etapa do capitalismo monopolista a dominação colonial tem como objetivo se apossar de uma só vez territórios que concentrem diferentes riquezas, afim de

impedir o máximo possível a concorrência de seus adversários, além do fato de assegurar os ganhos futuros possíveis com tais possessões. Portanto, como expõe Lênin (2021), o capital opera na lógica de expansão sem limites, o que justifica o interesse em tomar posse de territórios até então “pouco lucrativos”, mas que podem, no futuro, garantir os ganhos esperados:

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança com uma rapidez incrível nos nossos dias, e as terras que hoje não são aproveitáveis podem se tornar terras úteis amanhã, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um grande banco pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais (Lênin, 2021, p. 118).

É por esse motivo que para Lênin o imperialismo é “um processo de busca de mercados exteriores em que a acumulação do capital é acompanhada do uso da força militar” (Bugiato, Berringer, 2021, p. 107). A concepção do imperialismo de Lênin pode ser resumida pelos principais pontos característicos desse processo:

1) a concentração da produção e do capital elevada a um patamar tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire um significado particularmente importante; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si, e 5) o término da partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas (Lênin, 2021, p. 123).

Bukharin (1928) também possui uma concepção do imperialismo, semelhante à de Lênin (2021), com o aspecto diferencial de que o autor dá bastante ênfase à organização dos conglomerados nacionais por parte das potências capitalistas. O autor busca caracterizar o imperialismo para além da pura política de conquista e violência por parte dos Estados centrais. Seu entendimento é o de que o imperialismo é a política do capital financeiro, que tem como objetivo subordinar todo o mundo ao capital, de modo a substituir as condições pré-capitalistas e capitalistas por relações de produção típicas do capitalismo financeiro:

O imperialismo é uma política de conquista. Mas a recíproca nem sempre é verdadeira. O capital financeiro não pode fazer outra política. Eis porque, quando falamos de imperialismo como política do capital financeiro, seu caráter conquistador vem subentendido; além disso, as relações de produção que tal política de conquista reproduz estão aí igualmente indicadas (Bukharin, 1928, n.p.).

Além disso, para expor o caráter do imperialismo como algo além das dominações coloniais, Bukharin (1928) evidencia que no estágio imperialista do capitalismo o que ocorre é reprodução da concentração e centralização de capitais em escala mundial. Apesar de parecerem processos semelhantes, o último ocorre quando se reúnem diferentes capitais num único, enquanto o primeiro diz respeito à absorção de capitais de ramos semelhantes. Tais processos se desenvolvem em escala global por meio de diferentes estratégias adotadas pelos

capitalistas, como a diminuição dos preços para forçar a quebra dos concorrentes, e o uso do Estado – este último sendo o método de maior importância. A formação dos grandes conglomerados nacionais apoiados pelos Estados é o que expande a reprodução da concentração e da centralização dos capitais ao ambiente internacional, segundo Bukharin (1928), englobando todo tipo de método possível para a concorrência entre capitais, inclusive a guerra. O Estado se consolida, de fato, como o comitê de interesses das classes dominantes, como argumenta o autor.

Os Estados passam a adotar tarifas aduaneiras com o objetivo de proteger a indústria nacional, concedem empréstimos e garantias aos conglomerados nacionais, ao passo que dificulta a atuação dos grupos estrangeiros, fomenta acordos de comércio e se valem da força militar para garantir os seus interesses. A força militar funciona, dessa forma, como recurso de última instância para resolução dos conflitos entre os trustes capitalistas e se inicia o chamado dilema de segurança: o aumento dos gastos militares de uma potência leva ao aumento dos gastos e inovações no setor militar por todas as outras, aumentando a possibilidade de guerras. Como explica Bukharin (1928, n.p.):

A sociedade capitalista é inconcebível sem armamentos, como o é sem guerras. E, assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas, ao contrário, a concorrência que engendra a depreciação dos preços, a existência do exército não é a causa essencial, a força motora das guerras (embora a guerra seja impossível sem exército), mas, ao contrário, é a fatalidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência dos exércitos. Eis porque, nos nossos dias, quando os conflitos econômicos adquirem o mais alto grau de tensão, assistimos à corrida armamentista. A dominação do capital financeiro supõe o imperialismo e o militarismo. *Neste sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro.*

Além de Lênin (2021) e Bukharin (1928), Kautsky (1914) foi um outro marxista que se dedicou à discussão acerca do imperialismo, mas com uma visão distinta das formulações dos dois primeiros autores. Primeiramente, Kautsky (1914) também compreende o imperialismo como um produto do elevado desenvolvimento do capitalismo nas potências industriais. No entanto, entende que o ímpeto da expansão imperialista ocorreria apenas sobre as áreas agrárias. Isso ocorreria em virtude da alta produtividade industrial frente à produção agrícola, o que faria com que aquela avançasse sobre a última em busca de matérias-primas para expansão da produção e aumento de mercados (Bugiato, Berringer, 2021; Garcia, 2021):

Como regra geral, as zonas industriais querem subjugar e dominar as zonas agrárias. Isto era verdade antes, já em relação à cidade frente o campo, e é ainda verdadeiro, como um estado industrial frente a um estado agrário. Um Estado que permanece agrário enfraquece política e economicamente em geral, e também perde sua autonomia em ambos os aspectos. Daí os esforços para manter ou conquistar a independência nacional, ou para possuir a autonomia necessária para gerar, dentro do

ciclo global de circulação capitalista internacional, esforços por uma indústria autônoma forte que deva apresentar condições de ser capitalista (Kautsky, 1914, n.p.).

Outro aspecto que difere a concepção de Kautsky (1914) da de Lênin (2021) é a própria natureza do fenômeno: enquanto o último compreendia o imperialismo como uma fase econômica do capitalismo, o primeiro o via como uma forma de política externa. Ou seja, para Lênin (2021) era inevitável para as potências atuarem como estavam atuando, em decorrência das características intrínsecas daquela fase em que o capitalismo se apresentava, ao passo que Kautsky (1914) compreendia que as potências poderiam escolher uma outra forma de atuação para expansão do capital, que não incluísse a corrida armamentista, a partilha do mundo e a violência colonial.

Além disso, embora apontasse a crescente rivalidade interimperialista e o confronto intercapitalista, Kautsky (1914) visualizava a possibilidade de uma aliança entre tais potências a fim de evitar a continuidade das guerras e garantir a exploração do capital: a política ultraimperialista. O ultraimperialismo funcionaria como uma espécie de “Santa Aliança” dos países imperialistas, raciocínio que decorre da interpretação de Kautsky (1914) de que a concorrência entre as potências imperialistas poderia resultar num processo de cartelização, tal qual seria passível de acontecer com os capitais concorrendo entre si:

O que disse Marx do capitalismo também pode ser aplicado ao imperialismo: o monopólio cria concorrência e a concorrência gera o monopólio da concorrência. Como a concorrência desenfreada de empresas gigantes, os grandes bancos e multimilionários, abrigando os grandes grupos financeiros que foram absorvendo os pequenos, é necessário para pensar a noção do cartel. Da mesma forma, o resultado da Primeira Guerra Mundial entre as grandes potências imperialistas pode ser a formação de uma federação forte que renunciem a sua corrida armamentista (Kautsky, 1914, n.p.).

Tal ideia parte da análise de Kautsky (1914) sobre os custos da corrida armamentista e da expansão colonial, o que faria com que setores da burguesia optassem por uma outra forma de atuação que garantisse a reprodução do capital sem necessariamente recorrer ao inevitável conflito. O autor expõe os gastos crescentes das potências com o setor militar, o que atenderia somente aos interesses dos capitalistas do ramo armamentista, contrariando os interesses da classe capitalista em geral. Existiria também a própria preocupação da burguesia com a insatisfação do proletariado acerca dos aumentos de impostos para financiamento dos Estados (Kautsky, 1914), o que representaria um risco revolucionário (Bugiato, Berringer, 2021). A saída racional para Kautsky (1914) seria, portanto, a organização desta aliança dos imperialistas de modo a cessar a violência e estabelecer um período de paz:

Do ponto de vista puramente econômico, no entanto, não há mais nada para evitar que esta explosão de violência finalmente substitua o imperialismo por uma santa aliança dos imperialistas. Quanto mais tempo durar a guerra, esgotando todos os principais

participantes fazendo que eles se recolham pelo receio de uma repetição do início do conflito armado, mais perto se chegará a esta última solução, mais improvável que isto possa parecer no momento (Kautsky, 1914, n.p.).

Lênin (1914) e Bukharin (1928) opõem-se à formulação do ultraimperialismo de Kautsky (1914). O primeiro argumenta que é impossível o funcionamento da aliança entre potências imperialistas devido ao caráter de desenvolvimento desigual dos países no capitalismo, o que torna o poder entre as potências desequilibrado:

Por isso, as alianças “interimperialistas” ou “ultraimperialistas” na realidade capitalista [...] só podem ser, inevitavelmente, “trêguas” entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e, por sua vez, surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de conexões imperialistas e relações recíprocas entre a economia e a política mundiais. (Lênin, 2021, p. 153)

Já Bukharin (1928) argumenta que conceber um imperialismo pacífico seria como imaginar um capitalismo sem proletariado. A formação de um ultraimperialismo, segundo Bukharin (1928), só seria possível se uma potência tivesse a capacidade de monopolizar todas as outras, o que não ocorre na realidade por conta deste processo não ser mecânico, mas dinâmico, com potências fazendo frente ao poder das outras. Por fim, Rosa Luxemburgo (1914) também se opõe à concepção do ultraimperialismo de Kautsky, como podemos ver no trecho a seguir:

Se quisermos ter clareza devemos enfatizar que nenhuma aliança dos estados capitalistas é capaz ou pode ter a finalidade de garantir a paz. [...] Temos que nos libertar ainda de outro mal-entendido: a ilusão de que um desarmamento seria possível hoje. [...] Menos ainda do que no desarmamento podemos crer que, cobrindo os meios para o armamento, a fúria armamentista da classe dominante possa ser limitada. [...] Hoje, o imperialismo não é apenas um tipo de política externa, mas a religião da sociedade burguesa (Luxemburgo, 1914, n.p.).

O entendimento de Luxemburgo é o de que o imperialismo surge da necessidade de se explorar novas áreas não capitalistas, como resultado do subconsumo existente nos países centrais do capitalismo, sendo preciso recriar o processo de acumulação primitiva para garantir a realização da mais-valia na incorporação de tais economias ao mercado capitalista. A questão é que, com a expansão do capitalismo em escala global, tais áreas tornam-se escassas e as potências imperialistas acentuam a disputa para conquista destes territórios. Como nos explica a autora:

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado (Luxemburgo, 2021, p. 317).

O imperialismo surge, portanto, como a maneira de responder a esse problema na dinâmica da acumulação capitalista, pois como nos diz Luxemburgo (2021, p. 401): “O

imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas.”. Devido ao grau de desenvolvimento dos países do capitalismo central e a limitação dos territórios para sua expansão, a tendência da disputa entre as potências é a de se agravar e tornar-se mais violenta, agudizando as contradições existentes dentro do sistema, situação que só poderia ser solucionada com a revolução socialista (Bugiato, Berringer, 2021; Mello, 2012).

Luxemburgo (2021) vê o imperialismo, dessa forma, como o estágio do capital que existe para prolongar sua existência, visando solucionar o problema da realização da mais-valia, ao mesmo passo em que é o estágio que tem a capacidade de levar o capitalismo ao seu fim, dado o nível de agressividade e violência entre as potências:

O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital como um meio seguro para objetivamente pôr um fim à sua existência. Com isso não se disse que esse fim seja alcançado com alegria. A tendência da evolução capitalista para seu fim já se manifesta com ventos de catástrofe. (Luxemburgo, 2021, p. 401).

Justamente por conta disso é que Luxemburgo (2021) também refuta a perspectiva aventada por Kautsky (1914) de um desenvolvimento pacífico do imperialismo na sua forma de ultraimperialismo. Como expõe a autora, a face que a acumulação capitalista revela nas relações com as formas sociais não capitalistas é a da violência colonial, da espoliação e da guerra:

A esperança de que o capitalismo se limite exclusivamente à “concorrência pacífica”, isto é, ao comércio regular de mercadorias, tal qual é praticado entre países capitalistas, como base única de sua acumulação, baseia-se na possibilidade ilusória de que a acumulação do capital se pode efetuar sem as forças produtivas, sem o consumo das populações arcaicas e que pode confiar no lento processo de desintegração interna da economia natural (Luxemburgo, 2021, p. 328).

Como é possível notar, as teorizações de Lênin (2021), Bukharin (1928), Kautsky (1914) e Luxemburgo (2021) acerca do imperialismo são marcadas pelo período histórico e local em que escreveram: a corrida armamentista na Europa e o estalido da primeira grande guerra. Desde então o modo de produção capitalista universalizou-se completamente e fatores novos surgiram, fazendo-se necessária uma atualização da teoria do imperialismo para o estágio atual do desenvolvimento capitalista. Entretanto, o arcabouço teórico construído nas primeiras décadas do século XX não foi totalmente dispensado, e as contribuições clássicas destes autores serviram de referência e encontram eco nas formulações de Harvey (2005), Robinson (2017) e Callinicos (2009).

Harvey (2004; 2005) tem no processo de “acumulação por espoliação” um aspecto central de sua caracterização acerca do que chama “novo imperialismo”. Tal conceituação

deriva do conceito de acumulação primitiva, com a diferença de que este processo não seria necessário somente no estágio inicial de desenvolvimento capitalista, mas mostrando-se fundamental também nos seus estágios mais avançados. A diferença reside no fato de que, com o capitalismo global, novas formas de realizar essa acumulação tornam-se necessárias, indo além dos clássicos mecanismos da acumulação primitiva descritas por Marx, como os processos coloniais, a mercantilização da terra e o sistema da dívida pública (Harvey, 2004). À acumulação por espoliação acrescentam-se processos que se tornaram comuns com a centralidade do capital financeiro nas economias desde a generalização da globalização neoliberal: manipulações e fraudes no sistema financeiro e de crédito, fusões e aquisições de empresas, privatização de bens e serviços públicos como a água, o sistema de saúde, a previdência e as universidades, controle nos direitos de propriedade intelectual, simbolizado pelo acordo TRIPS – sigla em inglês para *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio) –, além da mercantilização das formas culturais (Harvey, 2004).

Tais mecanismos da acumulação por espoliação tem como objetivo justamente garantir a continuidade de reprodução e expansão do capital, de modo a superar as crises e a própria sobreacumulação de capital, conforme explicado pelo próprio Harvey (2005, p. 124): “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho), a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. O entendimento do autor é o mesmo de Rosa Luxemburgo, segundo o qual o imperialismo seria a saída para crises de sobreacumulação. Harvey (2004) compreende que haveria um problema de sobreacumulação no capitalismo global desde os anos 1970, com acúmulo de dólares oriundos das exportações de petróleo, o que impulsionou a dinâmica de desregulamentações iniciadas pelos EUA naquela década afim de permitir a expansão do capital no exterior, deslocando-se para áreas que proporcionassem a realização dos lucros, como a China. O problema, segundo o autor, é que as mesmas áreas receptoras de capitais se tornaram centros dinâmicos de acumulação e geradores de excedentes, o que acirra a competição entre os países:

O resultado adicional, no entanto, é a competição internacional, que se intensifica crescentemente à medida que surgem múltiplos centros dinâmicos de acumulação de capital que competem no cenário mundial, num contexto de fortes correntes de sobreacumulação. Como nem todos podem ter sucesso no longo prazo, ou os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização, ou estouram confrontações geopolíticas expressas através de guerras comerciais, monetárias ou inclusive militares (do tipo que produziu duas guerras mundiais entre as potências capitalistas no século XX) (Harvey, 2004, p. 101).

Harvey (2005) também menciona o papel que a guerra desempenha nesse processo, ao servir como uma forma de avançar a acumulação por espoliação. O autor nos traz os exemplos das invasões estadunidenses do Iraque e Afeganistão, caracterizadas como “guerras de rapina”, para espoliar recursos naturais e riquezas locais em prol de corporações estadunidenses e estrangeiras, o que nos expõe a violência com que esses processos decorrem, tal qual evidenciado por Luxemburgo. Portanto, ainda que as corporações tenham o papel de motor do processo de acumulação, o papel do Estado segue central para o desenvolvimento do processo, principalmente pelo fato de que são os Estados os responsáveis por pôr em prática os novos mecanismos da acumulação por espoliação (Harvey, 2004).

Harvey (2004) também chega a flertar com a ideia do ultraimperialismo de Kautsky (1914), quando argumenta que a configuração do sistema internacional baseada na centralidade do capital financeiro e na ortodoxia econômica promovida pelo FMI e o G7 se assemelharia à ideia de um consórcio de potências imperialistas, como elaborado pelo marxista alemão da Segunda Internacional. Semelhante a esta formulação está a de Robinson (2017), cujo argumento seria o de que no estágio atual do capitalismo a figura do Estado-nação perderia a sua centralidade com a ascensão de uma classe capitalista transnacional (CCT) e a configuração de um Estado transnacional. Portanto, o Estado-nação ficaria relegado ao papel de aplicador e gerenciador interno de decisões tomadas no âmbito externo. A própria luta de classes não se desenvolveria mais internamente, mas sim no ambiente internacional, entre a CCT e os trabalhadores do mundo – eliminando-se a mediação estatal (Bugiato, Berringer, 2021).

A conformação de uma CCT nos remete ao ultraimperialismo de Kautsky (1914), no qual as frações de classe e interesses conflitivos das burguesias das diferentes potências capitalistas seriam aplacadas por um interesse comum de garantir a reprodução do capital. Ao exemplo da federação de Estados imperialistas, Robinson (2017) vê no atual estágio do capitalismo que o aparato transnacional do Estado se configuraria por instituições internacionais – tal qual o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) – em conjunto com as potências imperialistas. Os sinais de configuração desta CCT e do Estado transnacional identificados por Robinson (2017) são o estabelecimento de amplos acordos de comércio e investimento que permitem o acionamento de cortes internacionais por parte de corporações transnacionais contra os Estados, uniformizam a produção e eliminam o tratamento diferenciado entre capital nacional e capital externo – diminuindo a autonomia dos Estados nesse processo. Por isso, “há então um processo de constituição de uma lógica que não

pressupõe o conflito entre Estados, mas que tem como base a concentração e centralização de capitais” (Bugiato, Berringer, 2021, p. 118).

Por fim, Callinicos (2009) busca analisar as principais fraquezas das teorias clássicas do imperialismo, notadamente as concepções de Lênin (2021) e Bukharin (1928). Segundo Callinicos (2009), a síntese de Lênin (2021) e Bukharin (1928) sobre o imperialismo concede maior relevância ao aspecto econômico do que o político, visto que as transformações advindas do capitalismo monopolista eram as responsáveis por gerar as rivalidades militares entre as grandes potências. Por conta disso, o autor busca relacionar os aspectos econômicos e políticos para atualizar a teoria do capitalismo.

Callinicos (2009, p.3, tradução nossa) agrega a definição de imperialismo de Cooper (2005), que enfatiza a forma com que a relação entre dominadores e dominados são reproduzidas e institucionalizadas por meio de “unidade política que é ampla, expansionista (ou com memórias de um passado expansionista) e que produz diferenças e desigualdades entre as pessoas que incorpora²”. O imperialismo aparece como uma junção de duas formas de competição: econômica e geopolítica, interpretação oriunda da interseção entre as lógicas de poder territorial e capitalista presente na teorização de Harvey (2005) acerca do imperialismo capitalista, que por sua vez as retira de Arrighi (Bugiato, Berringer, 2021; Callinicos, 2009).

A relação entre essas duas lógicas é dialética: são distintas, mas estão entrelaçadas. A forma de domínio territorialista compreende o poder em termos de extensão e população dos domínios territoriais e vê a riqueza como meio ou resultado da busca pela expansão territorial. Por outro lado, o domínio capitalista identifica o poder com o controle sobre recursos escassos e entendem a expansão territorial como subproduto da acumulação de capital (Arrighi, 2006). Essa interseção foi a forma encontrada por Callinicos (2009) para evitar aspectos de reducionismo econômico na teoria do imperialismo e atualizar questões datadas presentes na teorização leninista.

A posição detida pelos EUA no sistema internacional baseia-se justamente em aspectos das duas lógicas de poder: o país tem um papel central no sistema monetário e financeiro internacional e detém uma superioridade militar, naval e especial – com as bases militares espalhadas pelo globo cumprindo um papel geopolítico importante, mesmo que isso não signifique um controle direto dos territórios. Para além disso, as corporações transnacionais têm

² No original: “political unit that is large, expansionist (or with memories of an expansionist past), and which produces differentiation and inequality among people it incorporates” (Callinicos, 2009, p. 3).

a capacidade de auferir lucros no exterior e fazer frente à competição das demais corporações (Bugiato, Berringer, 2021).

Ainda que o conflito global possa ter sido amenizado através da cooperação entre as potências – como no caso dos EUA, Japão e Europa Ocidental – isso não significa uma liquidação do poder do Estado ou o fim da possibilidade da guerra. Conforme nos explica Callinicos (2009), a forma política do capitalismo global não é a de um “Estado global”, mas de um sistema de vários Estados territoriais, visto que os gerentes do Estado são atores independentes e com interesses próprios, sendo a própria ideia de “interesse do capital” uma abstração, pois o que existe em verdade são muitos capitais, com diversos interesses. Portanto, na medida em que se esgotam as possibilidades de entendimento e cooperação o conflito tende a eclodir (Bugiato, Berringer, 2021).

Por fim, pudemos compreender de que forma a problemática do imperialismo foi teorizada ao longo dos anos, desde os clássicos até as contribuições mais contemporâneas. Lênin (2021) e Bukharin (1928) possuem formulações muito próximas acerca do que é o imperialismo: um estágio de desenvolvimento do capitalismo no qual predomina o capital financeiro e conformam-se monopólios nacionais, com o acirramento inevitável da concorrência entre as potências pela dominação de novos territórios, em busca de promover a expansão do capital com o objetivo de realizar lucros cada vez maiores, sendo a violência algo intrínseco a esse processo. Luxemburgo (2021) compartilha da compreensão dos dois primeiros autores com relação à violência inerente do processo, mas entende o imperialismo como algo permanente no sistema capitalista, com a expansão para áreas não capitalistas como algo necessário à realização da mais-valia. Por fim, Kautsky (1914) vê o imperialismo como uma política temporária das potências capitalistas, não como um estágio de desenvolvimento do capitalismo ou uma característica inerente ao sistema. Para ele o conflito poderia ser evitado por meio da cooperação entre as potências, no que ele chama de “ultraimperialismo”, uma aliança entre os Estados capitalistas, semelhante a um cartel, por meio do qual a paz poderia ser alcançada. Como vimos, houve formulações posteriores que buscaram atualizar o debate acerca do imperialismo para o momento contemporâneo do capitalismo internacional, como as de Harvey (2004; 2005), Robinson (2017) e Callinicos (2009), mas que em grande parte remontam às teorizações dos clássicos, a exemplo do primeiro ecoa Luxemburgo (2021) e os demais que aludem a Kautsky (1914) e Lênin (2021) / Bukharin (1928), respectivamente. Como forma de resumir as concepções clássicos do imperialismo organizamos o Quadro 1.

Quadro 1 – Resumo das contribuições clássicas acerca do imperialismo

TEÓRICO	CONCEITO-CHAVE	DESCRIÇÃO
Lênin	Imperialismo como “estágio superior do capitalismo”	<ul style="list-style-type: none"> - Fusão entre capital bancário e capital industrial = capital financeiro - Exportação de capitais predominante - Partilha do mundo entre potências e conflitos inevitáveis
Bukharin	Imperialismo como competição global entre conglomerados nacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação do Estado para formar conglomerados nacionais - Guerra inevitável por conta da concorrência econômica
Kautsky	Ultraimperialismo como alternativa pacífica	<ul style="list-style-type: none"> - Imperialismo como forma de política - Cooperação possível entre potências imperialistas para evitar a guerra
Rosa Luxemburgo	Imperialismo como algo necessário à acumulação capitalista	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de expansão do capital para áreas não capitalistas - Algo intrínseco ao capitalismo, não uma fase específica - Conflitos como algo característico do sistema

Fonte: elaboração própria

Compreendemos, portanto, que independente da interpretação teórica acerca do imperialismo, não se pode desconsiderar a sua relação estreita com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como a maneira violenta com que isso ocorre. Por conta disso, ainda que o imperialismo compartilhe com o conceito de hegemonia a ideia de liderança de uma potência, a maneira, a motivação e os instrumentos com as quais tal liderança é exercida diferenciam os dois aspectos (Garcia, 2021). Acrescenta-se o fato de que o conceito de hegemonia é utilizado de maneira mais abrangente do que o de imperialismo, não podendo ser resumido à simples dominação ou compreendido unicamente em termos econômicos e militares (Mello, 2012; Sader, 2005). Compreendidos estes aspectos acerca do imperialismo, dedicamos, assim, a próxima seção à discussão de algumas das diferentes concepções de hegemonia presentes no campo das RI.

2.2 O CONCEITO DE HEGEMONIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gramsci talvez seja a principal fonte para o estudo da hegemonia, servindo de base para as diferentes interpretações do conceito nas RI. Como argumentado por Ceceña (2005, p. 37), a hegemonia pode ser entendida como “a capacidade para generalizar uma visão do mundo, capacidade que se nutre tanto da pertinência argumentativa do discurso e de sua similitude com as expressões visíveis da realidade (ou sua capacidade para visualizar as expressões ocultas)”. Ou seja, se mesclam elementos ideológicos calcados na materialidade: as dimensões de consenso e coerção (Castelli, 2017).

Garcia (2021) nos traz a concepção de hegemonia de Agnew (2005), que também toma Gramsci (2024) como base, segundo o qual a hegemonia diria respeito ao exercício do poder com a participação de outros, que são integrados por meio do convencimento, da bajulação ou da coerção para que façam o que é de desejo do hegemom. O exercício da liderança depende, portanto, da aderência dos subordinados – adesão que pode ser adquirida por meio da inclusão destes no projeto de dominação. Esta inclusão dos grupos que serão subordinados exige, obviamente, um sacrifício dos grupos dominantes no que diz respeito a alguns de seus interesses, sem atingir, no entanto, os seus interesses essenciais. Gramsci (2024) evidencia essa questão como o caráter ético-político e econômico da hegemonia:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2024, p. 1728-1729).

Gramsci (2024) utiliza como plano de fundo para sua discussão de hegemonia a unificação italiana, comparando-a muitas vezes com os processos revolucionários na França em 1789, valendo-se da discussão do Príncipe de Maquiavel para tirar lições do que poderia ser pensado para um “príncipe moderno”. O autor compreende que a hegemonia política de um grupo pode existir antes mesmo da sua chegada ao poder, à função de governo. Para Gramsci (2024) a direção política de uma classe ocorre antes e depois de sua chegada ao governo, com sua direção podendo ser exercida de duas formas distintas, mas que não se separam: como direção e dominação. Uma classe hegemônica é dirigente das classes que lhes são aliadas, exercendo uma direção moral e intelectual sobre elas, ao passo em que impõe uma dominação sobre as classes que são adversárias, buscando liquidá-las ou submetê-las por meio da força armada. Como dito pelo autor:

Um grupo social pode e inclusive deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o tem fortemente em punho, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’. [...] resulta claro que pode e deve existir uma atividade hegemônica mesmo antes da chegada ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder dá para exercer uma direção eficaz (Gramsci, 2024, p. 2146).

Quando estes aspectos se verificam a classe dominante opera como uma classe verdadeiramente progressiva, visto que avança não apenas os seus próprios interesses, mas também o que transparece serem os interesses da sociedade como um todo. A partir do momento em que a classe dominante deixa de exercer esse papel, surge uma ruptura no bloco ideológico por ela sustentado e o aspecto coercitivo, que já era um elemento constitutivo, aparece com mais força, como medidas policiais e golpes de Estado (Gramsci, 2024). Como exemplo real deste fato Gramsci (2024) nos traz a revolução francesa, quando evidencia que os objetivos dos jacobinos na revolução eram os de aniquilar as classes adversárias do processo, ou ao menos enfraquecê-las a ponto de impedir uma contrarrevolução – o exercício da dominação – ao passo em que se expandiam os interesses da burguesia em consonância com os interesses das outras camadas do Terceiro Estado – exercício da direção. Assim, como argumenta Gramsci (2024, p. 95):

Os jacobinos, portanto, forçaram a mão, mas sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles fundaram não só o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe “dominante”, mas fizeram mais (em certo sentido), fizeram da burguesia a classe dirigente, hegemônica, isto é, deram ao Estado uma base permanente.

Vê-se, a partir disso, que Gramsci (2024) concebe um Estado ampliado, o que significa dizer que o aparelho estatal é entendido para além da sua burocracia, compreendendo-o como o conjunto da sociedade civil e sociedade política, sendo a relação entre o Estado e a sociedade civil o elemento definidor da unidade histórica das classes dirigentes no aparato do Estado:

[...] a unidade histórica fundamental, na sua concretude, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado” [...] (Gramsci, 2024, p. 2422).

É importante a compreensão dessa característica porque a liderança de uma classe social, de acordo com Gramsci (2024), se inicia na sociedade civil, antes que essa classe alcance o poder político, quando a classe em particular é capaz pôr em prática o seu projeto ao apresentá-lo como universal, o que garante o apoio dos grupos dominados (Garcia, 2021; Ramos, 2021) – esse mesmo processo se assemelha com a hegemonia no plano internacional, aspecto para o qual Cox (1983) chama atenção na sua interpretação de Gramsci (2024), quando a necessidade de liderança no âmbito nacional aparece como passo primordial para expressão

da hegemonia no nível global. Como podemos ver nas palavras do próprio Gramsci (2024, p. 1722):

Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação se entrelaçam com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida em um país mais desenvolvido, se difunde em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações.

Nesse aspecto a ideologia cumpre um papel fundamental para a construção do consenso. É necessário que a classe dominante crie uma concepção de mundo que seja introduzida nas classes dominadas, e para isso são utilizados os aparelhos privados de hegemonia, como meios de comunicação, escolas e outras instituições, capazes de articular esse tipo de pensamento com os demais grupos e classes sociais. Como exposto por Ramos (2021, p. 150):

Assim, hegemonia seria determinar as características de um determinado processo histórico. É tornar-se o protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, unificando-os através de parâmetros ideológicos e mantendo-os unidos. A hegemonia não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, enfim, de concepção de mundo. Em suma, é a capacidade que uma classe ou grupo tem de unificar e de manter unido, através da ideologia – e da realidade material –, um bloco social que não é homogêneo, mas marcado por contradições de classe. Cria-se então uma vontade coletiva que tem como finalidade a consecução de um projeto econômico-político-social que envolve a constituição/reprodução de uma determinada ordem social.

Por isso, é importante frisar o caráter dual da hegemonia ou, em outros termos, seu aspecto dialético: a direção por meio do consenso, mas também através da força, que é exercida sobre os grupos adversários ou quando se perde o componente consensual, análogo à figura do centauro maquiavélico, “da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade [...]” Gramsci (2024, p. 1714). De forma mais abrangente explicado por Gramsci (2024, p. 105):

O exercício “normal” da hegemonia no terreno, que se tornou clássico, do regime parlamentar, é caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força predomine em muito o consentimento, mas antes pareça apoiada pelo consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública [...]

Para além disso, outro aspecto importante na discussão de Gramsci (2024) acerca da hegemonia reside na análise das situações de força existente, que possibilitam a ascensão de um novo grupo hegemônico e as dinâmicas históricas existentes. O autor chama primeiramente atenção para dois princípios fundamentais na análise das forças atuantes num período histórico: o de que nenhuma sociedade realiza tarefas sem que existam as condições suficientes para tal, ou pelo menos em vias de desenvolvimento; e o de que nenhuma sociedade é substituída sem que tenha se desenvolvido plenamente:

Uma formação social não perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas pelas quais ela ainda é suficiente e novas, e superiores relações de produção

não tenham tomado o lugar, sem que antes as condições materiais de existência destas últimas tenham amadurecido no seio da própria velha sociedade. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas àquelas tarefas que pode resolver: se, se observa com mais precisão, se verá sempre que a tarefa mesma surge onde as condições materiais da sua resolução já existem ou ao menos estão em processo de gestação (Gramsci, 2024, p. 1717).

Para além disso, Gramsci (2024) evidencia a necessidade de diferenciar dois movimentos existentes no desenvolvimento histórico: os movimentos orgânicos e os conjunturais. Por movimentos orgânicos entende-se aqueles que tem caráter duradouro, são estruturais, enquanto os conjunturais são mais imediatos, sem grande repercussão no longo prazo. Isso é importante para que a atuação ocorra dos momentos mais favoráveis para o sucesso das tarefas que um determinado grupo ou Estado se propõe a realizar, como é evidenciado por Gramsci: (2024, p. 1726) “os grandes Estados foram grandes Estados precisamente porque sempre estavam preparados para inserir-se eficazmente nas conjunturas internacionais favoráveis e essas eram favoráveis porque havia a possibilidade concreta de inserir-se eficazmente nelas.”

Dentro deste contexto, Gramsci (2024) argumenta que existiriam três momentos da correlação de forças no desenvolvimento histórico: a relação das forças sociais estruturais, a relação das forças políticas e as relações das forças militares, estas últimas as representantes do momento decisivo da história. O primeiro aspecto é descrito por Gramsci (2024) como aquele que é possível mensurar, existindo independentemente da vontade das pessoas. Dizem respeito ao número de cidades, população, forças materiais de produção, por isso são tratados como forças sociais estruturais. O segundo elemento diz respeito à homogeneidade alcançada na sociedade, analisada através da capacidade do Estado, governado por um grupo dominante, para expandir não apenas os seus interesses próprios, mas também o da sociedade em geral, diminuindo os possíveis desequilíbrios oriundos dos interesses distintos. Trata-se, como vimos anteriormente, da capacidade da classe dominante de exercer a direção e a dominação na sociedade. Por fim, tem-se o terceiro momento, que pode ser entendido tanto quanto aos aspectos militares estritos, como poderio militar e técnica militar, quanto como pelo lado político-militar. O fato é que este último momento é o decisivo, no qual os conflitos existentes demandam o uso da força para sua resolução:

Pode se produzir novidade seja porque uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário ou porque o mal-estar se tornou intolerável e não se vê na velha sociedade nenhuma força que seja capaz de mitigá-lo e de restabelecer uma normalidade por meios legais.” (Gramsci, 2024, p. 1725).

Para Gramsci (2024) a história se desenvolveria numa alternância entre o primeiro e terceiro momento – forças sociais estruturais e militares – mediada pelo segundo momento –

forças políticas. Como exemplo disso, o autor cita os processos de independência de países, que não se garantiriam unicamente pelo componente da força militar, mas também pelos elementos políticos e do aspecto social, como o nível de desagregação do povo que está oprimido. Por isso, para Gramsci (2024) a análise apurada da realidade concreta é tão importante para iniciar qualquer processo que visa a mudança, devendo-se diferenciar os momentos de crises conjunturais e estruturais, além de se levar em conta o conjunto das relações de forças existentes na sociedade, desde os seus elementos mais estruturais até as questões político-militares:

[...] por isso, a tarefa essencial é dedicar-se sistemática e pacientemente à formação desta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta, ciente de si mesma. Isso se vê na história militar e no cuidado com que, em qualquer época, os exércitos estiveram preparados para iniciar uma guerra a qualquer momento (Gramsci, 2024, p. 1726).

Vimos, portanto, a maneira com que Gramsci (2024) formula seu conceito de hegemonia, compreendendo-a como uma junção de força e de consenso, exercício de direção e dominação, sendo a primeira destinada normalmente aos grupos aliados e a segunda aos grupos adversários – o que não significa que este último também não possa ser utilizado contra os grupos ditos aliados quando o elemento consensual não se fizer mais eficaz. Entretanto, conforme argumenta Garcia (2021), o paradigma dominante nas RI acerca da hegemonia é o do realismo, no qual o conceito se define basicamente como a instituição de uma autoridade política. Robert Gilpin (1981) é um dos principais autores que se dedicam a discutir esse tema, concentrando-se principalmente na mudança sistêmica de hegemonias. O autor compreende que, caso exista um desequilíbrio no sistema internacional que não seja resolvido, o resultado será uma alteração do atual sistema com uma configuração que reflita a nova redistribuição de poder – reconfiguração que surge através de uma guerra hegemônica.

Segundo Gilpin (1981), a guerra hegemônica é o resultado decorrente de um desequilíbrio que não é resolvido de maneira pacífica no sistema internacional. Ela tem sido parte integrante do sistema e funcionado para reordenar os seus componentes básicos, configurando-os de maneira a ser congruente com a nova distribuição de poder global. Ela se caracteriza por ser um conflito total, envolvendo todos os países grandes e a maior parte dos pequenos, que tendem a se aliar a um dos lados do conflito. Outro aspecto que a distingue das demais guerras é o seu caráter ilimitado, visto que abarca questões políticas, econômicas e ideológicas, destruindo a natureza e a governança do sistema vigente para dar lugar a um novo ordenamento.

Tal desequilíbrio no sistema internacional capaz de originar uma guerra hegemônica acontece quando ocorre uma desconexão entre a governança do sistema e a distribuição de

poder dentro dele, ou seja, quando o prestígio, a distribuição de território, as regras e divisão internacional do trabalho privilegiam as potências já estabelecidas em face das potências em ascensão. Gilpin (1981) se refere à época em que a base de poder do sistema internacional estava sendo erodida pelo crescimento desigual entre os países, o que colocava desafios à potência dominante do sistema, notadamente os EUA, ao passo em que possibilitava oportunidades para as potências em ascensão.

O desafio imposto aos EUA àquela época, entre as décadas de 1970 e 1980, era o da ascensão das economias alemã e japonesa, cenário que, avaliado nos dias de hoje, com o privilégio de um determinado distanciamento, nos leva a concluir que, na verdade, a ascensão daquelas duas potências nunca representou um desafio *real* à hegemonia americana. Ambos os países estavam acomodados sob a liderança estadunidense, dependentes especialmente de apoio militar, e o único obstáculo que verdadeiramente poderiam impor era o econômico, mas não o político, sendo incapazes de substituir a liderança global americana.

Isso é evidenciado por Garcia (2021) quando explica que a hegemonia americana se constituiu com base em alianças com outros países – tratando-se aqui do Japão e da Alemanha – na qual determinadas concessões foram realizadas: da parte dos EUA ocorreu a aceitação da concorrência econômica de seus aliados europeus e japoneses, e por parte destes últimos consentiu-se com o papel dos estadunidenses como “banqueiros mundiais” em troca de segurança (Gilpin, 1975).

A contribuição de Gilpin (1981) faz parte da chamada Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), que foi organizada por Keohane (Garcia, 2021). A TEH se baseia em dois pressupostos: o de que a ordem na política mundial é estabelecida por uma única potência dominante e que a própria manutenção desta ordem depende desse poder hegemônico, ou como dito por Kindleberger (1973, p. 305, tradução nossa): “para que a economia mundial se estabilize, é preciso que exista um estabilizador³”.

Assim, a hegemonia se manifesta com um aspecto benéfico: a potência exerce o papel de estabilizador do sistema, provendo bens públicos, como a moeda, a criação de regras e regimes que proveem ordem à anarquia, garantindo a solidez do sistema financeiro internacional, assegurando o livre-comércio e coordenando as políticas econômicas globais, em suma, permitindo um ambiente favorável para o desenvolvimento de seus próprios interesses e

³ No original: “for the world economy to be stabilized, there has to be a stabilizer, one stabilizer” (Kindleberger 1973, p. 305).

de outros. O papel desempenhado pelo hegemom no sistema internacional se assemelharia, portanto, ao do Leviatã no ambiente doméstico (Castelli, 2017; Garcia, 2021).

Diferentemente da concepção gramsciana, a hegemonia na TEH está centrada na preponderância de aspectos materiais, notadamente recursos econômicos (Castelli, 2017). Keohane (1984) elenca a necessidade, por parte do hegemom, de controlar fontes de matérias-primas, de capital, possuir um vasto mercado e acumular vantagens competitivas na esfera da produção, que deve garantir a superioridade tecnológica do país líder. Além disso, a preponderância militar é importante para que o hegemom seja capaz de impedir as tentativas de outras potências de desestabilizar a ordem sistêmica (Keohane, 1984).

As discussões de Gilpin (1981), Keohane (1984) e Kindleberger (1973) reunidas sob o paradigma da TEH refletem a tendência geral do estudo da hegemonia no campo das RI, como argumentam Ikenberry e Nexon (2019). Os autores evidenciam como as teorias da hegemonia concentram-se a discutir basicamente os temas de fornecimento de bens públicos pelo hegemom, a relação entre as transições de poder e os comportamentos de aliança no sistema internacional, relegando as discussões sobre estratégias de contestação da hegemonia e o enfraquecimento da ordem internacional pelo próprio hegemom, como no caso da atuação do governo W. Bush e Trump, por exemplo. Ainda que a inclusão dos elementos da segurança e da guerra por parte da teorização de Gilpin (1981) representassem uma inovação, as discussões sobre hegemonia passaram a sofrer muitas críticas com o fim da Guerra Fria, tanto por parte dos liberais quanto dos construtivistas, que questionavam o papel do hegemom como provedor de bens públicos e a relação causal entre a existência de bens públicos e a atuação das grandes potências (Ikenberry; Nexon, 2019).

Outro aspecto passível de crítica na TEH é a própria forma de caracterizar a hegemonia como algo benéfico, o que também distancia a sua formulação do conceito de hegemonia gramsciano. Cox (1983) é um crítico dessa concepção, ao lado de outros autores como Arrighi (1994; 2008) e Strange (2015). A hegemonia para Cox (1983) vai além da simples dominação de um país sobre outro, sendo compreendida como uma estrutura social, econômica e política, expressas em normas, instituições e mecanismos que estabelecem as regras gerais de comportamento para Estados e para as forças civis da sociedade que atuam através das fronteiras nacionais – regras que apoiam o modo dominante de produção. Como dito pelo autor:

Uma hegemonia mundial é, portanto, em seu início, uma expansão externa da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia

nacional tornam-se padrões a serem imitados no exterior⁴ (Cox, 1983, p. 171, tradução nossa).

Esse aspecto da argumentação de Cox (1983) está de acordo com o que indica Gramsci (2024), ao articular a relação entre o nacional e o internacional, evidenciando o papel que o Estado possui em todo esse processo:

“Decerto, o desenvolvimento é em direção ao internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional”, e é deste ponto de partida que é preciso tomar posição. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais.” (Gramsci, 2024, p. 1866)

Assim, a ordem internacional estabelecida por um hegemom tem relação com a sua formação político-econômica interna, ou seja, com os interesses hegemônicos expressos por suas classes e grupos dominantes. Não se traduzem simplesmente em regras do livre-mercado antediluvianas, como o fazem parecer os teóricos da estabilidade hegemônica. Isso é patente no caso da hegemonia americana, pois como expõe Ramos (2021, p. 165), ela é “herdeira do sucesso do *New Deal* e associada ao internacionalismo econômico através do qual grupos sociais estadunidenses buscavam estimular a demanda através do consumo de massa.” O próprio Gramsci (2024) aborda essa questão quando trata do americanismo e fordismo, ao evidenciar que havia um ambiente propício ao surgimento do modelo hegemônico americano, com a concentração de toda a vida do país em torno da produção, na combinação da força através da destruição do sindicalismo de base territorial com o elemento consensual de altos salários, benefícios sociais e propaganda ideológica e política. Assim, “[...] o lugar que vem a exercer a hegemonia importa, portanto, no conteúdo e na forma que a hegemonia assume⁵” (Agnew, 2005, p. 9, tradução nossa).

Dessa forma, um aspecto importante para a hegemonia no âmbito internacional é a utilização das Organizações Internacionais (OIs) como mecanismos através dos quais as normas universais criadas pelo *hegemon* podem se expressar (Cox, 1983). Isso ocorre porque, segundo Cox (1983), as OIs personificam as regras que facilitam a expansão da ordem hegemônica mundial, visto que são justamente fruto da própria ordem hegemônica estabelecida. Outra questão é que elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial e são capazes de cooptar as elites de países periféricos, inclusive apropriando-se de ideias contra-hegemônicas⁶:

⁴ No original: “A world hegemony is thus in its beginnings an outward expansion of the internal (national) hegemony established by a dominant social class. The economic and social institutions, the culture, the technology associated with this national hegemony become patterns for emulation abroad.” (Cox, 1983, p. 171).

⁵ No original: “[...] the place that comes to exercise hegemony matters, therefore, in the content and form that hegemony takes.” (Agnew, 2005, p. 9).

⁶ Para mais ver Aragão (2014).

“a hegemonia é como um travesseiro: ela absorve os golpes e, mais cedo ou mais tarde, o possível agressor achará confortável repousar sobre ela” (Cox, 1983, p. 173, tradução nossa).

A compreensão de hegemonia de Arrighi (2006) é, em muitos aspectos, semelhante à de Cox (1983), visto que ambos os autores partem da compreensão gramsciana. Arrighi (2006, p. 27) caracteriza a hegemonia como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, distinguindo-a do exercício da dominação, associando-a ao exercício de uma liderança intelectual e moral.

Outra questão presente na argumentação de Arrighi (2006) é a articulação entre os aspectos nacional e internacional no desenvolvimento da hegemonia. Ao analisar os diversos ciclos hegemônicos, de Gênova ao ciclo hegemônico americano, Arrighi (2006) demonstra que a maneira com que o capitalismo se desenvolveu em cada um desses Estados foi determinante para o estabelecimento da sua hegemonia, visto que

[...] um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder *coletivo* dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles (Arrighi, 2006, p. 30).

Esse tipo de afirmação encontra mais facilmente correspondência com a realidade quando há uma situação de caos sistêmico, quando existe uma reivindicação por parte de todos para o estabelecimento de alguma ordem, qualquer que seja (Arrighi, 2006). Isso não significa dizer, no entanto, que qualquer crise significa o fim de uma hegemonia. Arrighi (2008) caracteriza as crises de duas formas: sinalizadoras e terminais. As primeiras são definidas como crises nas quais os problemas surgidos são solucionados, ainda que num longo prazo, enquanto as últimas indicam o fim de um ciclo hegemônico de fato.

No seu entendimento acerca da hegemonia americana, Arrighi (2008) compreende que os EUA passaram por uma crise sinalizadora com a derrota na Guerra do Vietnã e enfrentam a sua crise terminal com os atentados de 11 de setembro de 2001 e a crise do *subprime* em 2008. O prospecto do autor é a de que com a ascensão chinesa e o consequente deslocamento do dinamismo econômico do sistema internacional para a Ásia, a China se colocaria na posição de possível novo hegemom. A questão é que para que isso aconteça seria necessário que a China reunisse capacidades para liderar uma reorganização global num caminho distinto do que foi percorrido até então pelos EUA.

Strange (2015) nos traz importantes contribuições para compreender tais capacidades dos Estados para atuarem como hegemom. Segundo a autora, existem dois tipos de poder

exercidos na economia política internacional: o poder relacional e o estrutural, sendo este último o mais importante na atual configuração do sistema internacional. Ela caracteriza o poder relacional como a definição clássica presente nas teorias das RI, como a capacidade que um ator A tem de fazer com que um outro ator B realize algo que não realizaria normalmente. Já o poder estrutural seria mais abrangente, envolvendo a capacidade que um Estado detém de moldar e determinar as estruturas nas quais outros Estados e suas instituições devem operar: “em suma, o poder estrutural confere o poder de decidir como as coisas devem ser feitas, o poder de moldar as estruturas nas quais os Estados se relacionam entre si, se relacionam com as pessoas ou se relacionam com empresas corporativas.”⁷ (Strange, 2015, p. 50, tradução nossa).

Tal conceituação permite uma compreensão melhor do que a distinção comum entre poder político e poder econômico, visto que esses dois tipos de poder são inseparáveis e determinam um ao outro. Como exposto pela própria autora: “É impossível ter poder político sem o poder de comprar, de comandar a produção, de mobilizar capital. E é impossível ter poder econômico sem a sanção da autoridade política, sem a segurança jurídica e física que só pode ser fornecida pela autoridade política.”⁸ (Strange, 2015, p. 51, tradução nossa).

Compreendido esse aspecto, Strange (2015) nos apresenta o poder estrutural conformado em quatro bases: controle sobre a segurança, a produção, o crédito e o sistema conhecimento-crenças-ideias. Ainda que a autora não se afilie à perspectiva gramsciana – e inclusive critique o peso que Cox (1983) e outros marxistas dão ao tratar a produção como o aspecto central da análise sobre hegemonia – a maneira de decompor o poder estrutural em quatro fontes nos parece adequada para incluir na análise o peso tanto de aspectos materiais quanto ideológicos, além de nos permitir instrumentalizar o conhecimento teórico com a “prática”, isto é, compreendido o conceito de hegemonia, existem outros elementos para os quais devemos olhar a fim de identificar o exercício da hegemonia no sistema internacional.

Dessa forma, Strange (2015) define o controle da segurança como a capacidade de um Estado oferecer proteção num cenário de ameaça, impondo um custo alto aos que visem trazer ameaças. O controle da produção diz respeito a decidir o que deve ser produzido, por quem, de

⁷ No original: “Structural power, in short, confers the power to decide how things shall be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other, relate to people, or relate to corporate enterprises.” (Strange, 2015, p. 50).

⁸ No original: “It is impossible to have political power without the power to purchase, to command production, to mobilize capital. And it is impossible to have economic power without the sanction of political authority, without the legal and physical security that can only be supplied by political authority.” (Strange, 2015, p. 51).

que maneira e como devem ser empregados o capital, a tecnologia, a terra e o trabalho, bem como a forma com que o resultado do processo produtivo deve apropriado. Como nos diz a autora:

A classe em posição de decidir ou mudar o modo de produção pode usar seu poder estrutural sobre a produção para consolidar e defender seu poder social e político, estabelecendo constituições, criando instituições políticas e estabelecendo processos e precedentes legais e administrativos que dificultam a contestação ou a perturbação por parte de outros⁹ (Strange, 2015, p. 56, tradução nossa).

Já o controle sobre as finanças, ou o crédito, tem um aspecto decisivo para Strange (2015), visto que a capacidade de criar crédito é o que possibilita o controle da economia política internacional, bem como está na base do processo produtivo. Por fim, o controle sobre o conhecimento diz respeito tanto à capacidade de desenvolvê-lo ou adquiri-lo, quanto à possibilidade de controlar o acesso de outros a ele. No contexto atual poderíamos tratar também como o controle de tecnologias.

Baseado nesses aspectos é que Strange (2015) discorda das perspectivas que apontam para um estágio terminal da hegemonia americana no sistema internacional – seu poder estrutural não foi perdido de fato, nem parece que isso aconteça num futuro próximo. Esse diagnóstico está em linha com o que diz Fiori (2008), ao criticar as interpretações de Arrighi (2008) e Wallerstein (2004) acerca do fim da hegemonia americana. Para o autor o sistema internacional passa por uma etapa de “explosão expansiva”, no qual ocorre um aumento da pressão competitiva em decorrência do expansionismo das potências consideradas líderes no cenário global.

Fiori (2008), tal como Gramsci (2024), chama a atenção para a necessidade de distinguir os momentos históricos conjunturais e estruturais, argumentando que é preciso separar os períodos de tempo breve do da longa duração, como o faz Fernand Braudel. Dessa forma, o autor argumenta que as crises pelas quais os EUA passaram nos anos 1970 não foram sinônimo do seu declínio, mas justamente simbolizaram o aumento exponencial do seu poder. Da mesma maneira a crise financeira não simbolizaria o fim do poder americano, ou sua crise terminal nos termos de Arrighi (2008), tendo em vista que a centralidade do dólar e da dívida americana não foi abalada, o que neutraliza o problema do déficit externo do país, ao passo que os EUA seguiram sendo a maior potência militar e econômica, apesar dos revezes no Iraque:

⁹ No original: “The class in a position to decide or to change the mode of production can use its structural power over production to consolidate and defend its social and political power, establishing constitutions, setting up political institutions and laying down legal and administrative processes and precedents that make it hard for others to challenge or upset.” (Strange, 2015, p. 56).

[...] É verdade que os Estados Unidos estão enfrentando uma crise de liderança, no 'tempo breve' das relações políticas imediatas com seus aliados e adversários, mas isto não significa, necessariamente, uma diminuição do seu 'poder estrutural' [...] no plano das longas durações históricas, onde tudo se transforma de maneira mais lenta, as derrotas militares americanas e a expansão chinesa não significam, necessariamente, uma crise do poder americano (Fiori, 2008, p. 20)

Fiori (2008) também argumenta que as teorias que concebem um papel benéfico à hegemonia possuem dificuldade em compreender as contradições que surgem no sistema internacional e são incapazes de responder, como pontuado por Ikenberry e Nexon (2019), como o hegemom pode agir como entidade destruidora do próprio sistema que ajudou a erigir. Isso ocorre porque o sistema internacional é entendido pelo autor como um universo em permanente crescimento, no qual a expansão de uma ou mais potências leva ao aumento do número e da intensidade dos conflitos em decorrência da projeção de poder das potências, o que culmina com a expansão interna e externa das fronteiras do sistema. Como exemplificado pelo autor, ocorreram quatro momentos de explosão expansiva no sistema internacional: o primeiro momento ocorrera no século XIII, decorrente das guerras internas na Península Ibérica, expansionismo das Cruzadas e invasões mongóis, o que gerou o nascimento do sistema europeu de trocas e a conformação de unidades territoriais soberanas; a segunda explosão ocorrera no século XVI, com o expansionismo Otomano e Habsburgo, originando os primeiros Estados europeus consolidados e criando o sistema mundial moderno, com a sucessão de lideranças ibérica, holandesa, francesa e inglesa; o terceiro momento fora no século XIX, com a pressão competitiva dos expansionismos francês e inglês, juntamente com o nascimento de potências políticas e econômicas como os EUA, Alemanha e Japão, o que gerou a entrada da África e da Ásia no sistema mundial moderno por meio do sistema colonial na corrida imperialista; por fim, a quarta explosão expansiva se deu a partir dos anos 1970, com a multiplicação de Estados soberanos após os processos de descolonização, em conjunto com o crescimento vertiginoso da Ásia e a globalização definitiva do sistema, com a entrada dos Estados africanos e asiáticos como entidades independentes. Essa ascensão asiática e particularmente chinesa é o que acelera a pressão competitiva no sistema, segundo Fiori (2008), criando condições para novas explosões expansivas do sistema e corridas imperialistas.

Sendo assim, para Fiori (2008) o mecanismo de manutenção do sistema é a competição entre os Estados, e não a existência de um hegemom em si. Inclusive, a própria potência líder do sistema é impelida a buscar a expansão do seu poder, para manter sua posição relativa frente aos demais países, visto que o declínio relativo do poder é algo que acontece ao longo dos anos. Em muitos aspectos o pensamento de Fiori (2008) remete à formulação de Lênin (2021) sobre o imperialismo, quando o autor trata da necessidade constante da expansão do capital e a

impossibilidade de uma estabilização para evitar a guerra interimperialista. Dessa forma, como explicado pelo autor:

A própria “potência líder” ou “hegemônica” precisa seguir expandindo o seu poder de forma contínua, para manter sua posição relativa. E sua acumulação de poder, como a de todos os demais, também depende da competição e da preparação para a guerra contra adversários *reais ou virtuais*, que vão sendo criados pelas contradições do sistema. E para se expandir, muitas vezes ela precisa ir além e destruir as próprias regras e instituições que ela mesma construiu, num momento anterior, depois de alguma grande vitória [...] Assim se consegue entender melhor porque é logicamente impossível que algum hegemom possa ou consiga estabilizar o sistema mundial, como pesa a teoria dos “ciclos hegemônicos”. [...] Trata-se de um “universo” que precisa da guerra e das crises para poder se ordenar e “estabilizar” – sempre de forma transitória – e manter suas relações e estruturas hierárquicas (Fiori, 2008, p. 30-31).

De fato, pode-se identificar que há desequilíbrios no ordenamento atual do sistema, que não tem comportado demandas e atendido à altura aos anseios de potências emergentes, tais como os países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia e, especialmente, a China. O cenário de competição entre os EUA e a China é evidente, sendo possível identificar tal disputa em várias áreas, como na recente guerra comercial, no desenvolvimento de tecnologias de ponta como o 5G e microprocessadores e um posicionamento díspar em questões geopolíticas contemporâneas, como a guerra na Ucrânia.

Sendo assim, não é fora de propósito dedicarmos um momento a compreender a visão de alguns teóricos chineses acerca da temática da hegemonia. Dada a proeminência chinesa no cenário internacional atualmente, torna-se importante também observar algumas contribuições oriundas do país, o que nos permite traçar um paralelo com as visões tipicamente ocidentais já visitadas anteriormente, possibilitando identificar semelhanças e diferenças, o que tem a capacidade de nos ajudar a entender de que maneira o país enxerga a configuração do sistema internacional, bem como a sua própria ascensão neste sistema.

2.3 HEGEMONIA SOB A VISÃO DE TEÓRICOS CHINESES

Existe um debate corrente acerca da criação do que se chama de uma “Escola Chinesa” de RI, que congregaria teorizações próprias da China acerca das relações internacionais. Apesar de esse não ser um empreendimento completo, como nos expõem Lopes, Corrêa e Hendler (2022), a produção teórica de RI na China tem crescido cada vez mais ao longo dos anos, com a inclusão de determinados elementos da filosofia tradicional chinesa em conjunto com a manutenção de algumas premissas do pensamento ocidental de RI.

Como exemplo de teorização chinesa temos a discussão de Yan Xuetong e Huang Yuxing (2011) acerca da hegemonia, tomando como base escritos antigos acerca de uma época da história chinesa conhecido como o “Período dos Estados Combatentes”. Segundo os autores,

o poder nacional se expressa para além da pura esfera econômica: ele é formado por aspectos políticos, militares, econômicos e geográficos, com a primazia do aspecto político.

A ideia de Yan e Huang (2011) é a de que o poder político é a base na qual um Estado pode se tornar hegemônico. O aspecto político diz respeito, neste caso, à liderança do próprio governante do Estado e de seus ministros mais importantes, ou seja, a burocracia estatal. Como explicado por Wang Rihua (2011, p. 208, tradução nossa), “A teoria política hegemônica sustenta que, embora um Estado rico e um exército forte sejam elementos importantes na constituição do poder hegemônico, sua importância não é tão grande quanto a do poder político.¹⁰”.

Para além disso, o autor elenca quatro tipos de hegemon no pensamento chinês antigo: o soberano, o imperador, o rei e o hegemon. Com relação a este aspecto, Yan e Huang (2011) citam a descrição que Guanzi faz sobre cada uma dessas categorias para caracterizá-las: o soberano seria aquele que compreende o outro; o imperador como aquele que inspeciona o caminho; o rei, como sendo o que se vale da virtude e o hegemon como aquele que planeja vitórias militares.

Com base nesse aspecto, Wang (2011) esclarece justamente a mudança de significado que o termo hegemon sofreu no pensamento tradicional chinês. Como explica o autor, após a ascensão de senhores feudais na China antiga, pondo fim do período conhecido como “Período das Primaveras e Outonos”, os Estados que ascenderam por meio da força foram chamados de hegemon, fazendo com que o termo ganhasse uma conotação negativa, associada a opressão, arbitrariedade e invasões. Mêncio também é trazido por Wang (2011) e Yang (2019) para a discussão do exercício do poder político. Segundo os autores, o antigo filósofo chinês tece reflexões sobre um dilema para o príncipe entre optar por seguir o caminho dos reis sábios, baseado na moral e virtude, e o caminho do hegemon, centrado no uso da força. Alcançar a hegemonia, portanto, não passa a ser o objetivo final, tal como é comum notar nas reflexões dos teóricos ocidentais. O objetivo passa a ser seguir o caminho dos reis sábios, ou atingir o status da autoridade humana: “No início do Período dos Estados Combatentes, a hegemonia era o cerne da luta entre os estados, mas no final do período, o objetivo estratégico de Qin não

¹⁰ No original: “Political hegemonic theory holds that while a rich state and a strong army are important elements in the constitution of hegemonic power, their importance is not as great as that of political power”. (Wang, 2011, p. 208)

estava satisfeito com a hegemonia, mas aspirava à autoridade humana.¹¹ (Wang, 2011, p. 190, tradução nossa).

Yan (2019), no desenvolvimento da sua teoria chamada de “realismo moral” também pauta tais categorias de Estados, retiradas destas reflexões do pensamento chinês tradicional. O autor elenca quatro tipos de lideranças internacionais: autoridade humana, hegemonia, anemocracia e tirania. Essas categorizações realizadas por Yan (2019) funcionam como tipos-ideais de lideranças internacionais, baseadas na atuação destes países com relação aos demais. As lideranças do tipo autoridade humana seriam caracterizadas por serem atores confiáveis e por atuarem segundo normas morais, promovendo-as e recompensando os países que as seguem, ao passo em que punem os países que as descumprem. O autor considera esse tipo de liderança o modelo ideal, e utiliza como exemplo histórico os EUA de Franklin Delano Roosevelt, por terem combatido os nazistas e lançado as bases para o estabelecimento das Nações Unidas.

Já as lideranças de tipo hegemonia são consideradas atores confiáveis, tais quais as de autoridade humana, no entanto, se distinguem pela atuação segundo normas de duplo padrão – ou como conhecidas popularmente, do tipo “dois pesos e duas medidas”: “A liderança hegemônica manterá sua credibilidade estratégica dentro de uma aliança enquanto adota a lei da selva como princípio para lidar com os não aliados.¹²” (Yan, 2019, p. 44, tradução nossa). Como exemplo deste tipo de liderança o autor cita os EUA e a URSS durante a Guerra Fria.

As lideranças internacionais do tipo anemocracia se caracterizariam por não serem confiáveis e por alternarem a sua atuação de acordo com o status dos países: tendem a fazer o que está de acordo com países mais poderosos que si mesmo, ao mesmo tempo em que pode intimidar aqueles que são mais fracos. Como exemplo disso Yan (2019) cita os EUA sob a administração de Donald Trump. Por fim, as lideranças tiranas caracterizam-se pela absoluta falta de confiança e descumprimento de qualquer norma moral, tendo como exemplos a Alemanha Nazista e o Japão Imperial durante a Segunda Guerra Mundial. Como resumo desses quatro tipos-ideais de liderança internacional, tem-se o Quadro 2.

¹¹ No original: “In the early Warring States Period, hegemony was the core of the struggle between the states, but at the end of the period, the strategic goal of Qin was not satisfied with hegemony but aspired to humane authority.” (Wang, 2011, p. 190).

¹² No original: “The hegemonic leadership will maintain its strategic credibility within an alliance while adopting the law of the jungle as the principle for dealing with nonallies.” (Yan, 2019, p. 44).

Quadro 2 – Tipos de Liderança Internacional

Princípio de Ações	Credibilidade Estratégica	
	Confiável	Não-Confiável
Consistente	Autoridade Humana	Tiranía
Duplo-padrão	Hegemonia	Anemocracia

Fonte: adaptado de Yan (2019)

É interessante notar como tal interpretação se percebe nas visões contemporâneas da China acerca da hegemonia. Como exemplo, tem-se uma declaração recente do presidente Xi Jinping, relativa a questões do Mar do Sul da China, em que ele assegurou que a China nunca buscaria a hegemonia frente aos seus vizinhos (CNN BRASIL, 2021). É evidente que o entendimento de hegemonia empregado pelo presidente chinês ecoa aquele que os filósofos chineses antigos possuíam, associando hegemonia a uma espécie de controle, truculência ou uso da força por parte do país mais poderoso.

Tal questão nos leva a um outro aspecto muito frequente na teorização de Yan (2011): a legitimidade no exercício do poder hegemônico. O entendimento é o de que as normas internacionais são importantes para garantir a legitimidade do hegemôn, não bastando a sua força econômica ou militar. É o poder político o garantidor do exercício da hegemonia, baseado no estabelecimento das normas, no seu fiel cumprimento e na garantia de cumprimento pelos demais Estados. Portanto, a hegemonia vai além do status de um país, pois engloba também as normas que o hegemôn produz para a ordem internacional.

Baseado no seu entendimento moral, Yan (2011; 2016) argumenta que é o respeito às normas que garante o reconhecimento da hegemonia pelos demais países, não bastando apenas o poder militar. O uso da força, inclusive, é visto com desconfiança, devendo ser empregado em situações pontuais. O entendimento é de que a força deve ser utilizada somente para punir os Estados que descumprem as normas do sistema ou para atuar em auxílio aos Estados mais fracos. Yan (2016) expõe que o ideal é que o hegemôn possua autoridade, e não poder, numa interpretação de que o poder depende da força coerciva, enquanto a autoridade deriva da aceitação voluntária da liderança pelos demais. O garantidor da aceitação é, justamente, a credibilidade moral. Com isso, um Estado poderia aumentar seu poder e ainda assim diminuir a sua autoridade, como o caso dos EUA com a atuação unilateral de George W. Bush, segundo o autor.

Por conta disso, a visão preponderante é a de que o hegemôn deveria agir de forma a conseguir o consenso para suas preferências, evitando o uso da força. Por isso, a estratégia recomendada, embora não a única, seria a de, a partir do momento em que um Estado se torna

poderoso, construir alianças com outros países para formar um bloco sob sua liderança, fornecendo-os segurança e auxílio econômico, atingindo assim o status de hegemon através do consenso. Com isso, o hegemon pode ascender e estruturar uma nova ordem baseada nas normas criadas por si, com aceitação dos demais, ou até mesmo manutenção do mesmo sistema de normas legadas pelo hegemon anterior (Yan, 2011; 2016; Wang, 2011). Vê-se, portanto, uma similaridade com a formulação gramsciana da hegemonia como coerção e consenso, como vimos anteriormente.

Por conta disso, a sucessão de hegemonias para Yan (2011; 2016; 2019) ocorre como resultado do esforço dos Estados para tal, não como uma lei natural de ascensão e queda de potências. A maneira com que um país pode ascender e mudar a configuração do poder internacional depende das condições materiais de cada tempo, não existindo uma estratégia padrão para isso. Como exemplo o autor cita as sucessivas mudanças internacionais ao longo dos anos, todas ocorridas de maneira distintas: entre as antigas potências europeias a disputa pela hegemonia ocorria pela colonização de territórios, enquanto a tônica da Guerra Fria era a de guerras por procuração entre as superpotências. Por conta disso, o autor compreende que a China deveria adequar sua estratégia internacional, incluindo mais aspectos morais ao invés de se basear unicamente no seu crescimento econômico:

Os realistas morais não apenas consideram absolutamente necessário que a China faça alianças com o maior número possível de países, mas também acreditam que é importante que a China pratique a ideologia da imparcialidade, da justiça e da civilidade, tanto no país quanto no exterior, em prol de seus próprios interesses estratégicos e dos interesses do mundo¹³ (Yan, 2016, p. 26, tradução nossa).

Para além do realismo moral de Yan Xuetong cabe também uma análise acerca da perspectiva chinesa de *Tianxia*. Ainda que não se relacione especificamente com a questão da hegemonia, o entendimento sobre esse conceito está presente na formulação da ideia do sistema *Tianxia*. O termo, que costuma ser traduzido como “tudo sob o céu” é uma ideia presente no pensamento tradicional chinês que aborda o conceito de política internacional, tal qual a pólis grega serve como ponto de partida para pensarmos a política nacional (Zhao, 2019). Como explicado por Lima (2018, p. 29):

A expressão “Todos sob o Céu” (*Tianxia*) representa, em primeiro lugar, a terra, ou o mundo sob o céu. O segundo significado é “os corações de todas as pessoas” (民心), ou ainda “a vontade geral do povo”. Um imperador não aprecia realmente seu império de “Todos sob o Céu”, mesmo que ele conquiste uma extraordinária vastidão de domínios, a não ser que receba o sincero e verdadeiro apoio do povo dessas terras. O

¹³ No original: “Moral realists not only think it absolutely necessary for China to make alliances with as many states as possible, but also believe it important for China to practice the ideology of fairness, justice, and civility, both at home and abroad, for the sake of its own strategic interests as well as those of the world.” (Yan, 2016, p. 26)

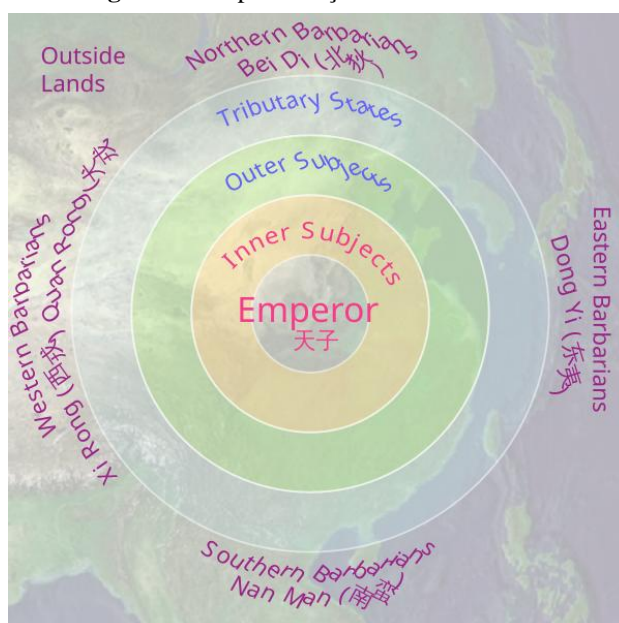
terceiro significado é “ético e/ou político, é uma instituição mundial, é um mundo ou um sistema universal, uma utopia do mundo como uma família

Pode-se traçar sua origem à dinastia Zhou, quando este pequeno reino conquistou uma vitória sob a dinastia Shang e surgiram problemas para administrar os novos territórios e populações, visto que havia uma aversão a usar a estratégia de hegemonia, que como vimos, possui uma conotação negativa no pensamento chinês. Dessa forma, a ideia de *Tianxia* surgiu buscando estabelecer um modelo de governança que se pautasse mais pela cooperação, para isso estabeleceram-se alguns princípios: a) os benefícios de participar do sistema *Tianxia* deveriam ser maiores do que ficar de fora; b) deve-se manter a independência dos Estados, baseando as relações numa interdependência que garanta a segurança e a paz de todos; e c) deve-se criar interesses compartilhados e a iniciativa pública deve atuar para benefício de todos. Vê-se, portanto, que a idealização do sistema *Tianxia* pela dinastia Zhou em 1046 a.C. já lançava as bases para o que temos atualmente como um sistema internacional de Estados. (Zhao, 2019).

A diferença crucial reside no fato de que *Tianxia* se configura como um sistema de Estados vassalos, pertencentes a uma rede e que pagavam tributos a um Estado suserano, responsável por garantir a segurança e ordem do sistema. A justificação para isso reside na existência do “mandato do céu”, que conferiria ao Estado suserano o poder de uso e administração do mundo, mas não de posse dos Estados, o que garante as suas existências como entes independentes (Zhao, 2019). Apesar do aspecto divino, no qual o governante do Estado suserano era chamado de “filho do céu”, o mandato do céu não estava ligado a uma ideia de parentesco com a divindade ou de hereditariedade com uma família real. Portanto, um governante poderia perder o mandato do céu para um outro que se provasse mais digno para tal, visto que o princípio do governo deveria ser a virtude (Lima, 2018; Zhao, 2019).

A ideia de “tudo sob o céu” engloba, de fato, todos os aspectos, desde o mundo geográfico em si, até os aspectos políticos e culturais. A própria manutenção do sistema *Tianxia* se baseia na construção de uma civilização comum, com a existência de ritos compartilhados que gerem a ideia de pertencimento entre todos os Estados que o integram (Lima, 2018; Zhao, 2019). Como argumentado por Zhao (2019), o objetivo é tornar inimigos em amigos, expandindo o sistema infinitamente para abarcar todos que desejem participar. O sistema *Tianxia* costuma ser representado como círculos concêntricos que se expandem, estando no centro o Estado suserano, seguido pelos Estados vassalos e por fim Estados de terceiro escalão integrados aos Estados vassalos, estando fora do alcance os chamados “bárbaros”, como vemos na Figura 1.

Figura 1 – Representação do sistema *Tianxia*



Fonte: Wikimedia Commons (2025)

Há uma ênfase no âmbito das relações entre todos, em que se prioriza os interesses coletivos frente aos individuais para assegurar a harmonia do sistema – a coexistência é precedente à existência (Lima, 2018; Zhao, 2019). O princípio da melhoria confucionista é algo que se relaciona com esse aspecto, visto que o que se busca é a expansão dos interesses recíprocos, com base no entendimento de que dessa forma pode-se atender os interesses de todos. Dessa forma, *Tianxia* advoga um universalismo pautado pelo princípio da simetria, a fim de evitar que os valores particulares de uma sociedade sejam tidos como valores universais (Zhao, 2019), o que diferenciaria a perspectiva chinesa do universalismo judaico-cristão, segundo Lima (2018).

Portanto, ainda que não aborde diretamente a questão da hegemonia, a ideia do sistema *Tianxia* é desenvolvida com base na compreensão do pensamento tradicional chinês oposto à

hegemonia, entendida como uma estratégia negativa. Zhao (2019) inclusive sugere que um novo sistema de *Tianxia* possa ser criado atualmente, adaptando-se às novas realidades do sistema internacional, com a adoção das ideias de internalização do mundo, da racionalidade relacional frente à individual, da melhoria confuciana e de um universalismo realmente compatível com todos.

Entretanto, Almeida (2022) apresenta uma visão distinta, ao compreender que a conceituação chinesa de harmonia é muito similar à da hegemonia gramsciana, visto que a suposta harmonia existente não seria uma realidade, tal qual a universalidade dos interesses teoricamente defendida pelos detentores da hegemonia. Além disso, na ausência de tal harmonia, a coerção se faria presente da mesma forma, evidenciando a dupla composição consenso e dominação presente na teorização gramsciana. Por fim, o próprio autor reforça a crítica de Mao ao pensamento de Confúcio, que baseia a ideia de sociedade harmônica, relembrando a incompatibilidade do pensamento confucionista com o marxismo, visto que a buscada harmonia não pode existir numa sociedade profundamente desigual, tampouco podendo se realizar numa ordem mundial imperialista.

Já Yan (2019) tece perspectivas para o sistema internacional com uma China em ascensão. Para o autor a tendência de que o sistema internacional se torne bipolar entre EUA e China está colocada, com a improbabilidade de que outras potências consigam reunir as capacidades possuídas por EUA e China. Tal aspecto cria, para o autor, incentivos para que as duas potências buscassem resolver os problemas por si mesmas, evitando mecanismos multilaterais e privilegiando a diplomacia bilateral, visto que nenhum outro país seria capaz de fazer frente aos EUA ou a China, enfraquecendo as instituições internacionais. De fato, vemos uma espécie de crise no multilateralismo, que pode ser traçada pelo menos desde a invasão dos EUA ao Iraque em 2003, mas que conta com exemplos mais recentes como a paralisação da Organização Mundial do Comércio (OMC), a saída dos EUA de inúmeros acordos internacionais e agências das Nações Unidas durante a primeira presidência de Donald Trump.

Entretanto, Yan (2019) acredita que a chance de uma repetição da bipolaridade da Guerra Fria é baixa, dado o grau de relações que a China estabeleceu mundialmente, o que dificultaria uma estratégia de contenção por parte dos EUA, além do baixo interesse estadunidense em prover um apoio tão abrangente aos seus aliados como foi feito durante a disputa com os soviéticos. Para além disso, o autor visualiza um cenário no qual nem os EUA nem a China atuarão como líderes globais, no sentido de oferecem proteção e segurança individual ou coletiva aos seus aliados, dado o pouco interesse dos EUA em repetir essa

estratégia – como pôde ser vista no caso das reiteradas críticas do presidente Trump à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – e da baixa possibilidade de a China abandonar a sua política de não-alinhamento. Dessa forma, o autor compreende que, apesar do cenário de desestabilização, há uma possibilidade baixa de que a ordem liberal internacional perca o seu aspecto liberal, ou seja, que um novo conjunto de normas substitua aqueles que foram estruturados em Yalta. Como explicado pelo autor:

A concorrência entre o liberalismo e o antiestablishment impede que os Estados Unidos retomem o domínio do liberalismo e forneçam um conjunto de novos valores com influência global. O governo chinês também não pode promover um conjunto de valores de influência global no exterior até que estabeleça uma ideologia popular compartilhada tanto pelo governo quanto pelos governados no país (Yan, 2019, p. 203, tradução nossa)¹⁴.

Por outro lado, Almeida (2022) compreende que o que se configura é uma bipolarização interimperialista, configurada por um bloco liderado pelos EUA e seus aliados europeus, juntamente com o Japão e outros, e um bloco liderado pela China em aliança com a Rússia e outros. Isso se daria em virtude de uma nova fase do imperialismo, caracterizada pela orientação da China ao capitalismo e o respectivo alcance do seu estágio monopolista, tornando uma tendência natural a sua expansão internacional de modo imperialista. O próprio discurso chinês da harmonia se aproximaria à tentativa de construção de um discurso para angariar apoio interno e externo para a construção de hegemonia, algo que Yan (2019) apontava como necessário para a promoção de influência global chinesa.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO 1

Vimos, portanto, de que maneira o conceito de imperialismo foi trabalhado ao longo dos anos, desde os seus pensadores clássicos, como Lênin (2021), Bukharin (1928), Kautsky (1914) e Luxemburgo (2024), até os esforços de atualização desta teoria para os nossos tempos, como fizeram Callinicos (2009), Harvey (2004; 2005) e Robinson (2017). Julgamos importante fazer uma distinção deste conceito com o de hegemonia, ainda que em muitas situações eles sejam utilizados como sinônimos, por conta de compreendermos que a forma e os mecanismos utilizados para o exercício da hegemonia diferem da atuação imperialista dos Estados. Como exposto por Garcia (2021), Mello (2012) e Sader (2005), o conceito de hegemonia é utilizado

¹⁴ No original: “The competition between liberalism and anti-establishmentarianism disenables the United States from resuming its domination of liberalism and from providing a set of new values with global influence. The Chinese government also cannot advance a set of globally influential values abroad until it establishes a popular ideology shared by both the government and the governed at home.” (Yan, 2019, p. 203).

de maneira mais abrangente que o de imperialismo e engloba outros aspectos para além do militarismo e da economia, dois elementos centrais na teorização do imperialismo, como vimos.

Por conta disso, partimos da conceituação de Gramsci (2024) sobre hegemonia, que reúne simultaneamente os elementos de consenso e força, direção e dominação, no qual uma classe dominante dirige as classes aliadas, ao passo em que domina as classes adversárias, enfraquecendo-as. É parte fundamental do exercício da hegemonia o uso dos seus aparelhos privados, como meios de comunicação e instituições, para facilitar o consenso pelo emprego da ideologia. Ainda que os interesses centrais a serem alcançados sejam os da classe dominante, a sua ideologia é constituída como universal, visto que existe a inclusão de interesses comuns entre ela e as classes que dirige, o que viabiliza a sua hegemonia. Esta situação pode entrar em colapso quando as mediações existentes entre a hegemonia e as demais classes alcançam um nível insustentável de resolução pacífica, abrindo espaço para conflitos e a emergência de uma nova classe dominante que tenha a capacidade de hegemonizar o conjunto da sociedade.

A conceituação de Gramsci (2024) é central para o desenvolvimento das demais discussões em torno do tema, especialmente no campo das RI. Como vimos, muitos autores partem de Gramsci (2024) para elaborar suas visões, ainda que discordem em muitos aspectos do autor italiano. Vimos que a TEH caracteriza o papel do hegemom como um estabilizador e garantidor de bens públicos para o sistema, dando à hegemonia uma característica benéfica, cabendo a ele o papel de impedir que potências ascendentes que busquem revisar a ordem estabelecida sejam combatidas, a fim de se evitar o caos sistêmico.

Além disso, pudemos notar como o debate sobre a sucessão de ordens hegemônicas e a ascensão e queda de potências é recorrente na discussão sobre hegemonia nas RI. As crises pelas quais a hegemonia americana passou iniciaram debates sobre o seu iminente fim, como argumentaram Arrighi (2008) e Wallerstein (2004), especialmente pelo fato da ascensão chinesa no sistema internacional. Por outro lado, autores como Strange (2015) e Fiori (2008) posicionaram-se contrariamente a esta ideia de fim da hegemonia americana, em virtude da permanência de seu poder estrutural no sistema. Além disso, vimos também perspectivas chinesas sobre a discussão da hegemonia, como o realismo moral de Yan (2019) e de *Tianxia* de Zhao (2019). Pudemos perceber que a hegemonia é caracterizada geralmente como um aspecto negativo, diferente das perspectivas dominantes nas RI dos teóricos da TEH. Além disso, vimos que os autores chineses também se dedicam a pensar novas possibilidades para o sistema internacional, considerando o papel relevante desempenhado pela China na atualidade, num contexto de rivalidade crescente com os EUA.

Com base em tudo que pudemos discutir neste capítulo, parece mais coerente afirmar, portanto, que o cenário atual é o de uma competição ou rivalidade hegemônica, visto que os EUA ainda se mantêm como uma potência decisiva no sistema internacional, tanto em aspectos econômicos quanto político-militares e culturais – ou, nos termos de Strange (2015), detém o seu poder estrutural. Portanto, caracterizar o momento presente como o de uma competição entre potências significa reconhecer que há um desequilíbrio, cuja resolução ainda está em aberto: não está nítido se as demandas da potência emergente serão inseridas ao sistema de maneira pacífica, ou se tais desentendimentos culminarão numa guerra hegemônica. Tampouco é possível definir com clareza qual seria o projeto encabeçado pela China para fazer frente à hegemonia estadunidense, muito menos se tal projeto consegue se apresentar como universal e contar com o consenso dos demais Estados. Vimos que Yan (2019) vê como improvável a modificação da ordem internacional liberal forjada em Yalta, mesmo com a ascensão da China. E isso parece mais evidente quando o próprio presidente chinês discursa em defesa da globalização e das normas de livre-comércio, como o fez no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2017 (Souza, 2018). Almeida (2022) compreende a defesa destas normas como algo esperado pela China, visto que favorecem a sua penetração nos demais países do mundo. A promoção da ideia de harmonia confuciana faria parte da tentativa de construção de sua hegemonia.

Se assumíssemos que o processo atual é o de uma transição de hegemonias seria o mesmo que dizer que o resultado está dado, restando apenas aguardar a mudança final de poder de uma potência para outra. Não é o que parece. O “jogo” ainda está sendo jogado, e não existem indícios sólidos de que de fato o que está a acontecer é a substituição da hegemonia estadunidense por uma hegemonia chinesa – mesmo que a China apareça como a “candidata natural” a esse posto. O declínio relativo dos EUA não necessariamente leva a uma substituição por outra potência hegemônica. Pode-se vislumbrar a estruturação de uma nova bipolaridade, como compreende Almeida (2022) e sua ideia da bipolarização interimperialista, bem como é possível vislumbrar uma multipolarização da ordem internacional. A maneira com que essa disputa se manifesta nas diferentes regiões do sistema internacional é distinta – para mantermos a metáfora, é um jogo que se desenrola em muitos tabuleiros. É necessário, portanto, debruçar-se de maneira mais específica em cada contexto para um melhor entendimento desse processo. O objetivo buscado aqui é empreender esse esforço intelectual com relação à essa dinâmica competitiva na região latino-americana, particularmente no Brasil.

Esclarecida a questão da hegemonia, podemos nos dedicar agora a uma breve caracterização da hegemonia americana e seus mecanismos. Faremos também uma exposição acerca do sistema internacional no século XXI, com atenção especial à globalização neoliberal e a crise do *subprime* em 2008, seus efeitos na economia política internacional e no poder estrutural americano, além do fenômeno da ascensão chinesa.

3 A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E A ASCENSÃO CHINESA

Após compreendermos no capítulo anterior o que entendemos por hegemonia, cabe agora, neste capítulo, caracterizarmos brevemente a hegemonia americana e seus mecanismos de atuação, tomando como base o seu estabelecimento em meados do século XX até o momento em que nos encontramos no século XXI. Dedicamos este capítulo também a compreender o fenômeno da ascensão chinesa, do processo de reforma e abertura à posição de rival sistêmica dos EUA.

Na primeira seção buscamos fazer um rápido histórico da ascensão dos EUA à posição hegemônica no sistema internacional, ao fim da Segunda Guerra Mundial, bem como evidenciar os mecanismos característicos da sua atuação hegemônica: a ordem internacional liberal erigida em torno da Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições econômicas de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Em seguida caracterizamos os momentos mais recentes da hegemonia americana, após o fim do sistema monetário e financeiro internacional de Bretton Woods e o surgimento da globalização neoliberal.

Na seção seguinte temos como objetivo tratar da ascensão chinesa no sistema internacional, buscando mostrar a relação entre a adoção das medidas de reforma interna do país com o cenário internacional de desregulamentação e liberalização fruto da globalização promovida pelos EUA. Notamos o surgimento da relação siamesa entre as duas economias, que levou a China ao patamar que hoje ocupa no sistema, bem como à redução relativa do poder dos EUA, especialmente após a crise financeira global iniciada em 2008.

Por fim, abordamos os efeitos que a crise financeira global teve para a modificação de algumas políticas da globalização levadas a cabo até então, bem como o estabelecimento do cenário de disputa aberta entre os EUA e a China no sistema internacional, com a adoção da política de “pivô para a Ásia” da administração Obama e a guerra comercial iniciada pelo governo Trump. A compreensão destes aspectos se mostra importante para que possamos avançar na análise do desenvolvimento desta competição sino-americana com relação aos investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil.

3.1 A HEGEMONIA AMERICANA: O SISTEMA DE BRETTON WOODS E A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

O fim da Segunda Guerra Mundial representou a afirmação dos EUA como potência hegemônica do sistema internacional, baseado no acúmulo de capacidades do Estado após o

fim do conflito: eram uma potência econômica, militar e lideravam um projeto claro de estabilização do sistema internacional baseado no livre-comércio, criação de instituições multilaterais e expansão do modelo de democracia liberal (Pecequillo, 2013; Acharya, 2017).

Os EUA tinham como base construtora de sua liderança a ideia do seu excepcionalismo, advinda desde a fundação do próprio país: uma nação pioneira na adoção do modelo de república democrática, que deveria servir de exemplo para as demais nações do mundo. Com a consolidação do Estado após a independência, o ideário do excepcionalismo americano pôde avançar do campo da retórica para a prática, se expressando no Destino Manifesto – a compreensão de que os EUA possuíam a missão civilizatória de expandir e universalizar seu experimento democrático – e na Doutrina Monroe, o elemento orientador das relações estadunidenses no continente americano, por meio da qual sua hegemonia regional era afirmada frente às antigas potências coloniais europeias (Pecequillo, 2013; Martins, 2017).

A ordem internacional erigida no pós-guerra, representada pela criação da ONU e as instituições de Bretton Woods – o FMI e o BM – expressam os valores e interesses americanos conciliados com os dos demais Estados. A ONU como símbolo dos valores liberais democráticos – presentes desde o idealismo wilsoniano da Primeira Guerra Mundial – foi uma maneira de diferenciar-se da antiga ordem internacional britânica ao incluir o multilateralismo e a cooperação, o que ajudou a adquirir o consenso dos demais Estados – ainda que os próprios EUA se reservassem o direito de agir unilateralmente e garantir sua preponderância por meio do veto (Martins, 2017; Dahtein, 2003; Wallerstein, 1996).

As instituições econômico-financeiras de Bretton Woods conciliaram o desígnio de uma ordem econômica estável, associando uma regulação mínima que garantisse a existência do livre-comércio e uma margem de manobra para a atuação estatal de forma a se evitar as crises econômicas das décadas de 1920 e 1930 – criou-se espaço para a hegemonia do keynesianismo na economia e o surgimento do Estado de bem-estar social. As bases deste sistema eram a flexibilidade do câmbio (câmbio fixo, mas ajustável, embora não flutuante), que permitiria um melhor ajuste dos déficits em contas externas no balanço de pagamentos; o controle de capitais, que buscava evitar os fluxos desestabilizadores de capitais de curto-prazo e o papel do FMI como regulador desta ordem e detentor de recursos para socorrer os Estados que enfrentassem problemas no balanço de pagamentos (Martins, 2017; Beluzzo, 1995; Eichengreen, 2000; Dahtein, 2003).

Já o BM atendia à necessidade de reconstrução no pós-guerra, algo evidenciado no seu nome original: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O BM

ficou responsável por fornecer empréstimos de longo-prazo para os países europeus financiarem a sua reestruturação econômica, além de financiarem projetos de desenvolvimento – uma demanda dos países periféricos. Entretanto, a limitação dos fundos do banco restringiu a consecução dos seus objetivos, o que levou os EUA a realizarem empréstimos diretos aos países europeus, no que ficou conhecido como o Plano Marshall (Martins, 2017, Dahtein, 2003). Como exposto por Belluzzo (1995, p. 12):

Os Estados Unidos e sua economia cumpriram, durante os primeiros vinte anos do pós-guerra a função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economias da Europa e do Japão e criadas as condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo.

Isso não abalou os interesses econômicos primordiais dos EUA. No sistema de câmbio fixo, mas ajustável, estabelecido em Bretton Woods, a referência para todas as moedas passou a ser o dólar, que deveria manter sua conversibilidade em ouro. A instituição do padrão ouro-dólar alçou a moeda americana à função de moeda de curso internacional, o que garantia privilégios aos EUA como emissor da moeda do sistema (Belluzzo, 1995; Dahtein, 2003).

Os empréstimos concedidos aos países europeus serviram para restabelecer a liquidez, permitindo que a Europa importasse bens das empresas americanas, o que garantiu superávits comerciais aos EUA e crescimento da sua economia com baixa inflação. Além disso, a condição de emissor da moeda mundial permitiu aos EUA financiar a sua expansão estratégica, por meio da instalação de bases militares nos países da Europa Ocidental que se tornaram partes da OTAN. Outro aspecto é que os investimentos diretos dos EUA beneficiaram a expansão dos bancos americanos, bem como privilegiaram as empresas americanas, que se tornaram grandes corporações multinacionais, sendo responsáveis pela disseminação do modo de produção fordista em todo o mundo. Além disso, cumpria-se um objetivo crucial que era fazer frente à ameaça soviética (Belluzzo, 1995; Dahtein, 2003; Martins, 2017; Filgueiras, 1999).

Entretanto, o funcionamento deste ordenamento americano foi breve – o que ficou conhecido como os anos dourados do capitalismo. O sistema de Bretton Woods passou a sofrer os primeiros abalos já no fim dos anos 1950, sem que seus três princípios basilares – câmbio fixo, mas com possibilidade de ajuste, controle de capitais e funções do FMI/BM – tivessem alcançado o pleno funcionamento. A plena reconstrução europeia e japonesa criou problemas para a economia dos EUA, que compensavam seus déficits oriundos da função de emissor de dólares com os superávits comerciais (Eichengreen, 2000; Dahtein, 2003, Belluzzo, 1995).

Esse cenário de maior disponibilidade de dólares no mercado internacional criou desafios à manutenção da paridade com o ouro, o que tornou a moeda americana mais vulnerável a ataques especulativos. Tal situação ficou conhecida como “Dilema de Triffin”, explicado por Dahtein (2003, p. 7):

[...] as funções simultâneas de garantir a liquidez internacional e a de servir como ativo de reserva, que o dólar deveria exercer, impuseram uma contradição [...] ou seja, a conversibilidade em ouro precisaria ser garantida com emissão de dólares somente na proporção do aumento das reservas dos EUA, o que requeria superávits no balanço de pagamentos deste país. No entanto, em assim sendo, o dólar não atenderia à função de corresponder às necessidades internacionais de liquidez.

A solução para o dilema foi feita em 1971, quando o presidente Richard Nixon anunciou o fim da conversibilidade do dólar em ouro, priorizando a manutenção da moeda americana como moeda de uso do sistema internacional. Isso significou, na prática, o fim do sistema de Bretton Woods e o início do padrão dólar-flexível (câmbio flutuante). O colapso do sistema foi visto por muitos autores como um sinal de decadência da hegemonia americana, por sua impossibilidade de garantir a estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional, ao passo em que enfrentava a concorrência das economias alemã e japonesa (Dahtein, 2003; Wallerstein, 2004; Arrighi, 2006).

O fim de Bretton Woods abriu o caminho para uma série de desregulamentações e inovações financeiras, iniciando uma nova fase do capitalismo global marcada principalmente pela força das finanças. A ausência de controle de capitais de curto prazo proporcionou uma maior mobilidade internacional de capitais, fortalecendo os mercados financeiros. Nesse cenário de intensa volatilidade, a manutenção da paridade fixa das moedas exigia dos Estados uma intervenção constante no mercado de câmbio, o que tornou inevitável a opção pela liberalização e adoção do modelo de câmbio flutuante (Eichengreen, 2000; Dahtein, 2003, Belluzzo, 1995; Filgueiras, 1999; Martins, 2017).

As rápidas mudanças ocorridas a partir dos anos 1970 trouxeram ao sistema internacional uma onda de instabilidade. O sucesso econômico da Alemanha e do Japão, oriundo da alta produtividade e inovações tecnológicas dessas economias, impôs aos EUA o desafio de conseguir manter o seu modelo fordista de produção. O aumento da inflação e do desemprego, a redução da produtividade e do crescimento econômico e o acúmulo de déficits públicos demonstravam o esgotamento do modelo fordista americano e pressionavam por uma resposta a essa crise – o que veio na forma de uma reestruturação produtiva pautada pela doutrina neoliberal (Belluzzo, 1995; Filgueiras, 1999; Dathein, 2003).

O esgotamento do fordismo não representava, no entanto, apenas o limite daquela organização do modo de trabalho vigente até então: era símbolo também da decadência de todo ordenamento social do pós-guerra, pautado pela preponderância das políticas keynesianas e dos Estados de bem-estar social. A desregulamentação do sistema monetário e financeiro internacional foi seguida pelo desmonte do pacto social vigente até então: flexibilização das jornadas de trabalho, da remuneração, dos direitos sociais, desmonte das organizações sindicais e adoção de um modelo comportamental cada vez mais individualista. (Filgueiras, 1999; Belluzzo, 1995; Martins, 2017; Dathein, 2003; Castelli, 2017; Marini, 2015)

A reestruturação produtiva colocada em prática possuía dois aspectos: reorganização e reconversão dos setores industriais e estabelecimento de um novo paradigma tecnológico e organizacional. Saem as indústrias convencionais de então, como a siderúrgica e têxtil para a entrada de indústrias de ponta, como a informática, biotecnologia e telecomunicações. A organização fordista deu lugar ao modelo japonês de organização de trabalho e uma automação informatizada cada vez maior (Filgueiras, 1999; Belluzzo, 1995; Martins, 2017; Dathein, 2003; Castelli, 2017; Marini, 2015).

Conjuntamente a esse processo tem-se a desagregação do próprio processo produtivo com uma difusão mundial da indústria. Ou seja, o esforço de modernização produtiva empreendido nos EUA, com o incentivo de indústrias de ponta levou à transferência de indústrias mais intensivas em trabalho para locais no qual o valor da força de trabalho é inferior, ao passo em que manteve sob seu domínio sobre as indústrias, fruto de alto desenvolvimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D); em suma, intensivas em conhecimento e tecnologia. Isso fortaleceu a posição das economias mais desenvolvidas, notadamente a dos EUA, concentrando tanto capitais quanto conhecimento (Filgueiras, 1999; Belluzzo, 1995; Martins, 2017; Dathein, 2003; Castelli, 2017; Marini, 2015). De acordo com Marini (2015) esse processo institui uma nova divisão internacional do trabalho, que representa um regresso à divisão do século XIX, embora com métodos de gestão completamente capitalistas.

Esse processo de terceirização da produção responde ao aumento da concorrência em nível global, numa busca por redução dos custos de produção, aumento da produtividade e elevação dos lucros. Juntamente com isso ocorre uma homogeneização da produção e torna-se mais difícil a criação de economias integradas, visto que as etapas da produção se tornam dispersas no mundo. Por outro lado, essa mesma desintegração torna mais difícil o estabelecimento de monopólios tecnológicos por muito tempo. Como nos explica Marini (2015, p. 266, tradução nossa):

A própria necessidade imposta pela concorrência de recorrer a novas formas de redução dos custos de circulação (como o sistema *just-in-time*, que visa evitar a formação de estoques) e de descentralização produtiva (como a terceirização), não só implica maiores graus de centralização do capital, como também força a difusão da tecnologia, particularmente no que se refere aos métodos diretos de produção (embora não, obviamente, no que se refere à sua concepção). A difusão tecnológica é indispensável para a padronização dos bens e, portanto, para sua intercambialidade, o que tende, a longo prazo, a homogeneizar os processos produtivos e a equalizar a produtividade do trabalho e, consequentemente, sua intensidade.¹⁵

A literatura convencionou chamar esse processo de globalização – ainda que esse fenômeno de mundialização não seja uma novidade no modo de produção capitalista, caracterizando-se, na verdade, como um dos seus fundamentos (Balanco, 2001). Em síntese, estabelece-se uma economia completamente globalizada, fruto das flexibilidades produtiva, financeira e comercial, o que torna o sistema cada vez mais suscetível a instabilidades e mundialização das crises (Filgueiras, 1999; Belluzzo, 1995).

A posição hegemônica dos EUA é fortalecida durante esse processo, ainda que os prognósticos fossem de seu declínio com o fim de Bretton Woods, como argumentavam Wallerstein (2004) e Arrighi (2006). Isso foi especialmente possível pela sua função de emissor da moeda de reserva do sistema, sem mais a necessidade de conversibilidade em ouro, o que permitiu aos EUA acumular déficits no seu balanço de pagamentos e exercer um controle do sistema monetário e financeiro internacional de maneira que nenhum outro país no planeta pôde (Fiori, 2008). Como explicado por Castelli (2017, p. 100):

[...] a adoção do padrão dólar-flexível conferiu aos EUA o poder de determinar os termos do desempenho econômico global, por meio de variações nos fluxos de capitais. Isso porque, as transações comerciais e financeiras passaram a ter no dólar norte-americano uma referência de liquidez e valor – à medida que essa moeda se torna um porto seguro em períodos de instabilidade – o que vem a ter implicações para a manutenção da posição hegemônica dos EUA.

Por isso, os EUA perdem a necessidade de agir no sistema para estabilizá-lo, como preconizam os teóricos da estabilidade hegemônica, e passam a utilizá-lo para alcance dos seus próprios interesses. (Castelli, 2017). Como dito por Fiori (2008, p. 18):

Pouco a pouco, o sistema mundial foi deixando para trás um modelo ‘regulado’ de ‘governança global’, liderado pela ‘hegemonia benevolente’ dos Estados Unidos e foi

¹⁵ No original: “La misma necesidad impuesta por la competencia de recurrir a nuevas formas de reducción de gastos de circulación (como el sistema *just-in-time*, que quiere evitar la formación de existencias) y de descentralización productiva (como la tercerización), no implica sólo grados superiores de centralización del capital, sino que obliga a la difusión de la tecnología, particularmente en lo relativo a los métodos directos de producción (aunque no, evidentemente, en lo relacionado con su concepción). La difusión tecnológica es indispensable para la estandarización de las mercancías y, pues, para su intercambiabilidad, con lo que se tiende, a la larga, a homogeneizar los procesos productivos y a igualar la productividad del trabajo y, por consiguiente, su intensidad.” (Marini, 2015, p. 266)

se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais do que hegemônicas.

A derrocada da União Soviética e o fim da Guerra Fria também serviram para a reafirmação da hegemonia americana, tornando mais fácil a difusão do ideário e das práticas neoliberais em todo o mundo, propagando-se a ideia de “fim da história” (Fukuyama, 2006) e da incontestabilidade da democracia liberal e da economia de mercado. Além disso, os EUA contaram também com o papel do FMI e BM como seus instrumentos de legitimação dessas políticas, sendo os responsáveis por recomendar e supervisionar a aplicação desses ajustes na periferia do sistema (Fiori, 2008; Filgueiras, 1999; Castelli, 2017; Cox, 1983; Toussaint, 2002).

A China foi uma das grandes beneficiárias da terceirização da produção advinda da globalização neoliberal. O processo de Reforma e Abertura conduzido por Deng Xiaoping integrou a China à economia global. A existência de uma enorme força de trabalho com baixos salários foi atrativa para a instalação de inúmeras indústrias nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), oriundas dos países desenvolvidos, notadamente dos EUA (Corrêa, 2021; Castelli, 2017; Pinto; Gonçalves, 2015). Entre 1995 e 2004 a China recebeu um fluxo de aproximadamente US\$ 465 bilhões em investimentos externos diretos (IED), tornando-se o principal destino desse tipo de investimento (Coggiola; Martins, 2006).

Por meio de IED os EUA – e outras potências desenvolvidas – instalaram filiais de suas multinacionais em território chinês, tornando esse país o polo produtor de mercadorias que abastecem o seu mercado interno (Corrêa, 2021; Castelli, 2017; Pinto; Gonçalves, 2015). Os EUA como emissor do dólar é o país que tem maior liquidez no sistema internacional, o que significa que ele possui maior capacidade de gerar renda e gastos. Um aumento da demanda dos EUA, ou seja, uma expansão de seus gastos, eleva o crescimento mundial, enquanto uma redução de seus gastos tem o efeito contrário:

A demanda mundial por moeda americana resulta na dependência dos demais países do mundo por maiores gastos estadunidenses, de modo que o crescimento mundial tende a gerar maiores desequilíbrios globais e maiores perspectivas de crises, caso esses gastos não sejam sustentados (Saboya, 2017, p. 81).

Foi essa a dinâmica que garantiu o crescimento mundial até a crise de 2008 e que transformou a China no maior exportador de bens do comércio mundial. O país asiático acumulou enormes superávits na balança comercial, enquanto o déficit da economia americana tornava-se cada vez maior. A China também se tornou o maior credor dos EUA, ao se tornar a maior detentora de títulos do tesouro americano. Essa relação demonstra a simbiose existente entre as economias dos EUA e da China, denominada “Chimérica” (Castelli, 2017; Corrêa, 2021; Ferguson; Schularick, 2009).

3.2 A ASCENSÃO CHINESA

A ascensão chinesa é, pode-se argumentar, o grande acontecimento de nossos tempos. Um fato incontornável para compreensão de qualquer evento da política internacional neste século, extrapolando os meros efeitos econômicos da projeção do país que, por si só, não deixam de ser surpreendentes. O ascenso da China à posição de segunda maior economia global e maior economia por paridade de poder de compra (PPC) é fruto de uma conjuntura específica que constituiu o que Ferguson e Schularick (2009) nomearam “Chimérica” e caracterizaram como o “casamento perfeito”: de um lado, os EUA, com consumo excessivo, buscando manter uma taxa de juros baixa e nível estável de investimento; do outro, a China buscando impulsionar sua economia com uma plataforma de exportações estruturada com a Reforma e Abertura dos anos Deng Xiaoping. Para além disso, essa conexão sino-americana representava 13% do território do planeta, $\frac{1}{4}$ da população mundial e mais de $\frac{1}{3}$ do produto interno bruto (PIB) global, além de ser responsável por $\frac{2}{5}$ do crescimento mundial na primeira década do século XXI, gerando também externalidades positivas para o resto dos países, ao elevar o comércio e o preço dos ativos globais (Ferguson; Schularick, 2009).

Os autores consideram a integração chinesa à economia mundial como o mais importante desenvolvimento da histórica econômica das primeiras décadas do século XXI. Do ponto de vista histórico, as políticas adotadas pela China seguiram um padrão utilizado por países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial, além dos modelos de desenvolvimento dos seus próprios vizinhos, Japão e Coreia do Sul, focados em exportações (Ferguson; Schularick, 2009; Souza, 2018). A constituição das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram essenciais para a atração de IED para a China, na esteira da política de portas abertas iniciada por Deng Xiaoping em 1979, e da tendência global de deslocalização das empresas dos países desenvolvidos intensivas em mão-de-obra para países subdesenvolvidos (Shambaugh, 2020; Souza, 2018).

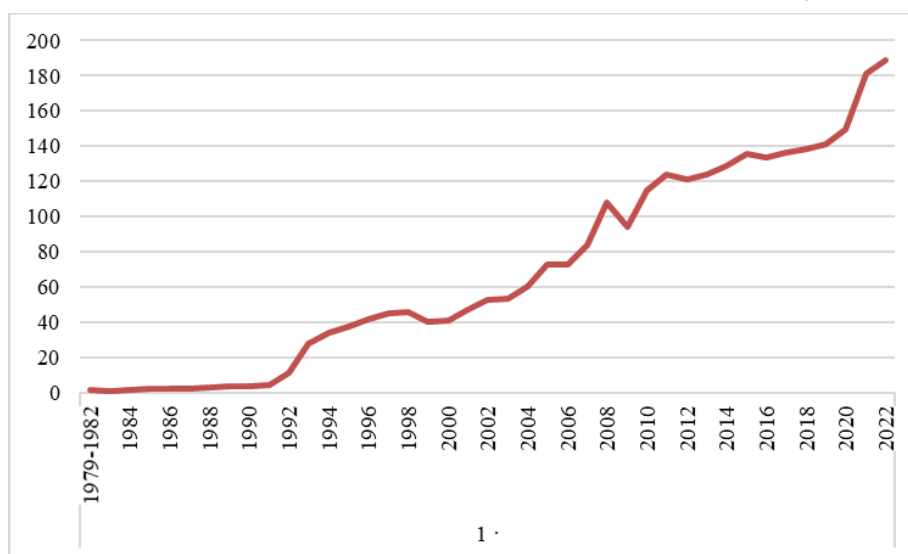
A agenda de reformas na economia chinesa, que levaram à reintrodução do capitalismo no país, foram fatores importantes tanto para o crescimento do país via sua integração aos mercados internacionais, quanto para permitir a criação de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento da globalização neoliberal. Como nos explica Li (2008), a neoliberalização da China, com as privatizações de empresas estatais e quebra do sistema de seguridade social, permitiu que uma grande massa de trabalhadores pudesse ser realocada para as indústrias. Dessa forma, há uma redução da força de trabalho por conta do aumento do exército industrial de reserva, o que criou incentivos para realocação do capital dos países centrais para a China. Há

ainda o que o autor chama de “efeito ameaça”, que impôs aos trabalhadores dos países desenvolvidos a aceitação de menores salários e piores condições laborais sob o risco de fechamento de fábricas e mudança da produção para a China.

Com isso, a China passou a atrair investimentos tanto de países centrais, como de outros países asiáticos, além da própria diáspora chinesa em Hong Kong, Taiwan e Cingapura, ávidos pelas possibilidades de liberdade comercial e incentivos oferecidos pelas ZEEs e a farta mão-de-obra barata e disciplinada. A própria localização das ZEEs foi um aspecto central para a atração desses capitais diaspóricos, visto que se localizavam na costa do país, próximas de Hong Kong, Macau e Taiwan, a exemplo das primeiras ZEEs: Shenzhen, Shantou e Zhuhai, estabelecidas na província de Guangdong, ficam próximas de Hong Kong e Macau, além da ZEE de Xiamen, na província de Fujian, próxima de Taiwan (Souza, 2018).

Dentre as vantagens oferecidas pelas ZEEs que explicam seu sucesso estão a redução de custos administrativos para as pequenas e médias empresas, especialmente pela possibilidade de importar livremente, a disponibilização de infraestrutura, concentração de setores estratégicos numa região e a viabilização de investimentos através de incentivos fiscais. Do lado do governo, foi um instrumento que permitiu uma transição gradual da economia planificada para a economia de mercado, além de impulsionar a competitividade das firmas chinesas. Esses fatores possibilitaram o aumento do fluxo dos IEDs para a China ao longo dos anos, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Valor total de IED efetivamente utilizado na China, em US\$ bilhões (1979-2022)



Fonte: elaboração própria, com base em National Bureau of Statistics of China (2023)

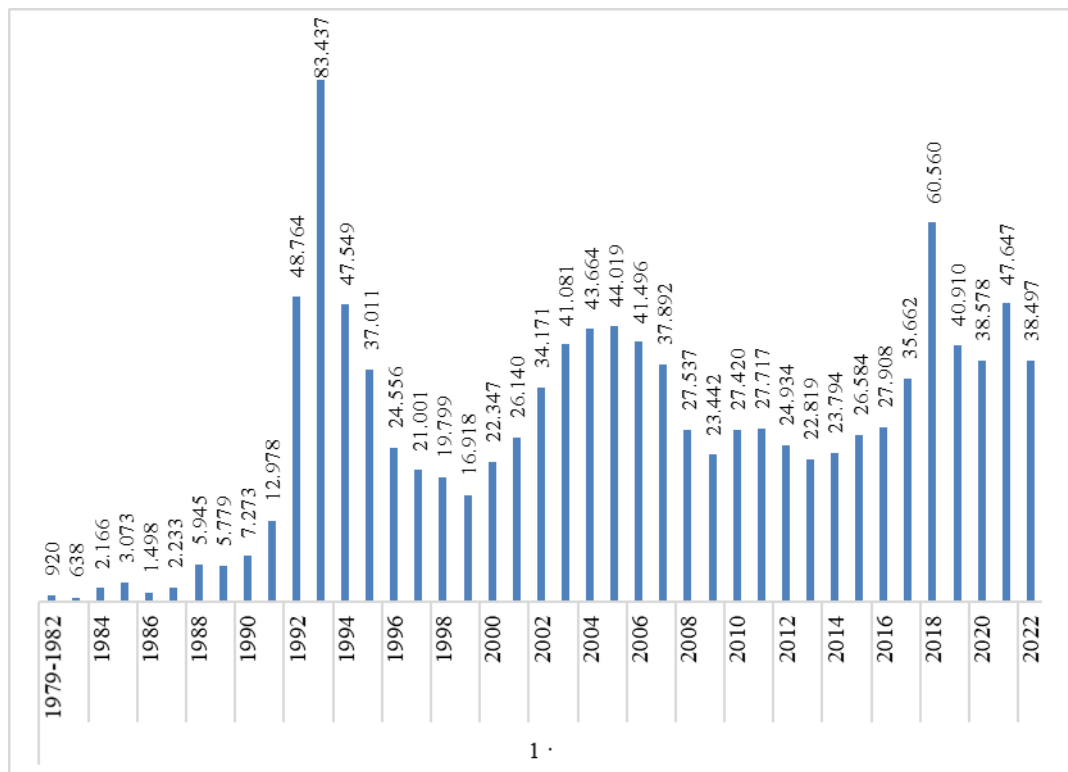
Como se nota, durante os anos iniciais das reformas na China, entre 1979 e 1982, há uma estabilidade na entrada de IEDs no país, com uma média anual de US\$ 1,77 bilhões, mas

a partir dos anos 1990, quando as reformas liberalizantes se aprofundam no país (Li, 2008), o que se vê é um aumento exponencial do fluxo de investimentos, com a tendência de crescimento quase que constante durante o período, atingindo-se um pico de US\$ 108,31 bilhões em 2008.

Neste primeiro momento o que ocorre é a configuração do país como uma importante plataforma de exportações para empresas estrangeiras, funcionando como uma fábrica de montagem de insumos importados das empresas dos países vizinhos. Entretanto, o processo se diferenciou do modelo de maquiladoras do México, em virtude do tamanho e dinamismo econômico chineses, da sua evolução tecnológica e sua integração produtiva regional elevada.

Ainda que durante os primeiros anos não ocorresse um transbordamento desses investimentos em termos da modernização tecnológica chinesa, o modelo era efetivado por meio da constituição de *joint-ventures* entre as empresas estrangeiras. Todavia, a partir dos anos 2000, o governo passou a elevar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que mudou a trajetória do país como mero montador de produtos (Souza, 2018). No Gráfico 2 pode-se ver a quantidade de novas empresas criadas no país com o recebimento de IED. Num intervalo de 10 anos, o país sai de uma média de 920 novas empresas para 83.437 novas firmas abertas com recebimento de IED, o que expõe a grandeza do processo de atração de novos investimentos no país.

Gráfico 2 – Número de empresas criadas via IED na China, entre 1979-2022 (em unidades)



Fonte: elaboração própria, com base em National Bureau of Statistics of China (2023)

Já na **Tabela 1** podemos verificar a origem dos IEDs efetuados na China durante o período da década de 1990. Pode-se notar como os investimentos da diáspora em Hong Kong e Taiwan foram significativos neste período, bem como dos países desenvolvidos, onde é possível notar um crescimento na participação dos EUA e da União Europeia.

Tabela 1 – Fontes de IED na China (em porcentagem do total)

País/Região	1991	1995	1999
Hong Kong SAR	55.3%	53.4%	41.0%
Japão	13.1%	8.5%	7.2%
Taiwan (Província da China)	10.1%	8.4%	6.5%
Estados Unidos	7.1%	8.2%	9.9%
União Europeia	5.7%	5.7%	11.0%
Cingapura	1.2%	4.9%	6.2%
Coreia do Sul	0.0%	2.8%	3.0%
Outros	7.5%	8.2%	15.1%

Fonte: adaptado de Tseng e Rodlauer (2003)

Um outro fator marcante é o aumento das exportações chinesas. Para além da inundação dos mercados com produtos *Made in China*, isso permitiu ao país um salto no seu crescimento econômico, um acúmulo de reservas internacionais e ocasionou uma reorganização na divisão internacional do trabalho e na divisão regional na Ásia. O país passou a atuar como um duplo polo da economia global, sendo tanto um centro da globalização como a base do processo de centralização regional da Ásia (Souza, 2018; Medeiros, 2006).

Como aponta Souza (2018), o aumento das exportações da China levou mais tempo para ocorrer do que a de outros de seus vizinhos asiáticos que perseguiram a estratégia de plataforma de exportações. O autor nos indica que entre 1981 e 1990 a China aumentou suas exportações em 50%, enquanto a Coreia do Sul, em apenas quatro anos – entre 1968 e 1972 – já as havia dobrado. A entrada do país na OMC foi o aspecto mais importante nas reformas políticas do país, permitindo que as exportações quadruplicassem entre 2002 e 2007 e aumentassem sua participação no PIB (Naughton, 2020).

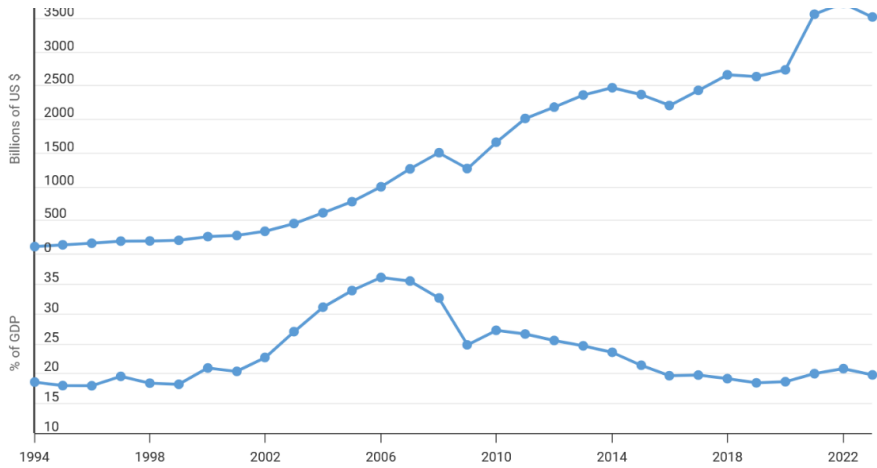
Como é possível notar no **Gráfico 3**, as exportações chinesas passam por uma crescente a partir de 2001, ano de entrada na OMC, até sofrer uma queda em 2009, efeito da crise financeira internacional desencadeada no ano anterior. Da mesma forma a participação das exportações no PIB chinês experimenta uma trajetória ascendente desde sua entrada na organização do comércio, até que seu peso passa a diminuir nos anos seguintes, ainda que as exportações seguissem aumentando.

As exportações chinesas saem de US\$ 13,96 bilhões em 1979, representando 7,83% do PIB do país, seguindo com trajetória crescente, mas tímida, chegando aos anos 1990 com o

valor de US\$ 49,13 bilhões e 11,84% de participação no PIB. Desta década em diante o crescimento das exportações passa a ser mais expressivo ano a ano, e o país sai de US\$ 272,06 bilhões em exportações em 2001 para US\$1,49 trilhão em 2008, com as exportações chegando a representar 36,04% do PIB do país no ano de 2006, o máximo registrado.

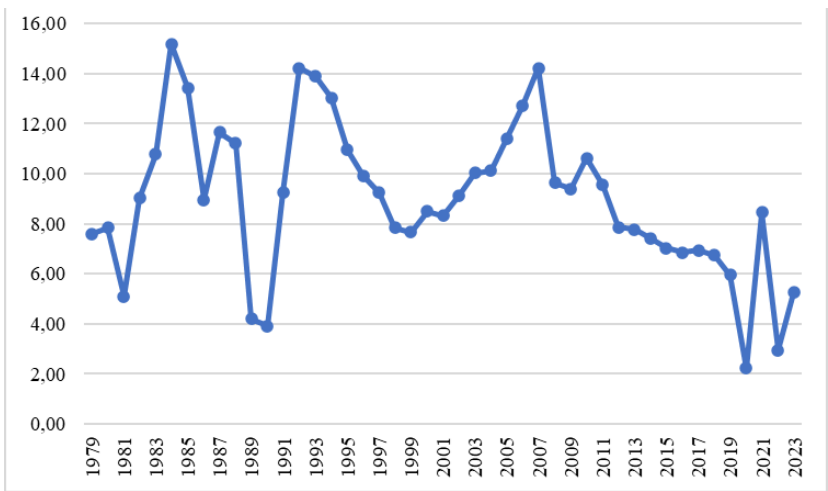
O “milagre chinês” fica ainda mais evidente ao considerarmos as taxas de crescimento do seu PIB, como exposto no **Gráfico 4**. Entre 1979 e 1989 o país cresceu a uma média de 9,54%, passando para 9,86% entre 1990 e 2000, chegando ao pico de 10,57% entre 2001 e 2011, após uma desaceleração para “apenas” 6,38% de crescimento médio entre 2012 e 2022. Assim, o PIB chinês sai de US\$ 178,28 bilhões em 1979, ano de início das reformas, para US\$17,79 trilhões em 2023. Pela medição de PPC o país saiu de 1,87 trilhão de dólares internacionais em 1990 para 31,23 trilhões de dólares internacionais em 2023, assumindo a posição de maior economia global (Banco Mundial, 2024a).

Gráfico 3 – Crescimento das exportações chinesas e sua porcentagem no PIB (1994-2022)



Fonte: Macrotrends (2024)

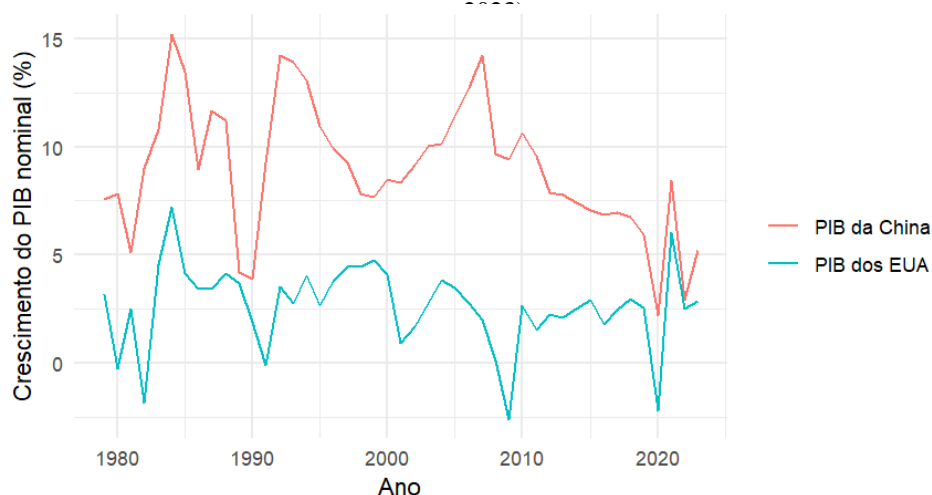
Gráfico 4 – Crescimento anual do PIB chinês, 1979-2023 (em %)



Fonte: elaboração própria, com base em Banco Mundial (2024b)

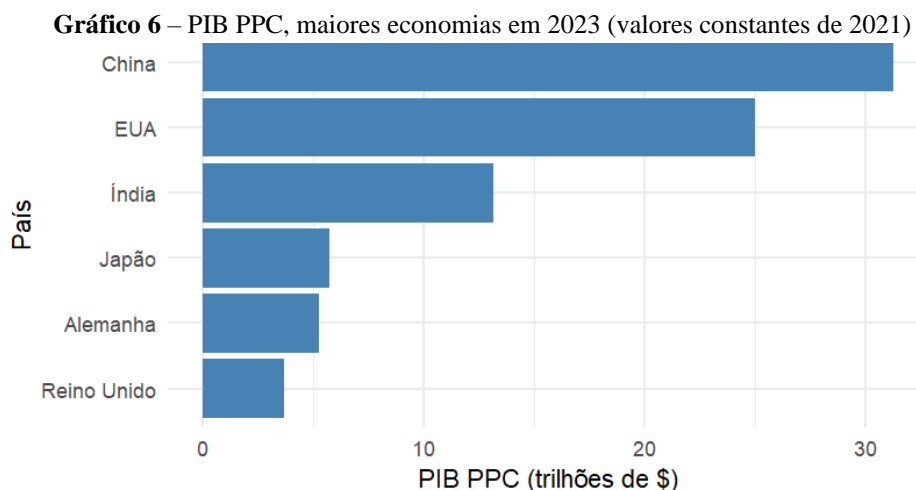
É possível ter uma maior noção da escala do crescimento chinês quando se compara com o desempenho de outras potências desenvolvidas durante o mesmo período. Os EUA, por exemplo, possuem uma média de crescimento bem abaixo do chinês durante o mesmo período – o que é esperado, visto que já era uma economia desenvolvida – alcançando os patamares de 3% durante as décadas de 1980 e 1990, até um nível de 2% aproximadamente entre as primeiras duas décadas dos anos 2000 (Banco Mundial, 2024b). Tal relação pode ser visualizada no **Gráfico 5**.

Gráfico 5 – Comparativo de crescimento percentual do PIB entre China e EUA (1979-



Fonte: elaboração própria, com base em Banco Mundial (2024b)

Além disso, no que diz respeito ao PIB estadunidense, há uma também uma robusta expansão, saindo de US\$ 2,63 trilhões em 1979 para US\$ 27,72 trilhões em 2023, assegurando sua posição de principal economia global (Banco Mundial, 2024d). A diferença se dá quando comparamos o PIB PPC, no qual os EUA figuram como segunda economia do sistema, com 24,98 trilhões de dólares internacionais, sendo ultrapassado pela China em 2016 (Banco Mundial, 2024c). No **Gráfico 6** é possível visualizar um comparativo entre o PIB PPC da China com as outras cinco maiores economias mundiais.



Fonte: elaboração própria, com base em Banco Mundial (2024c)

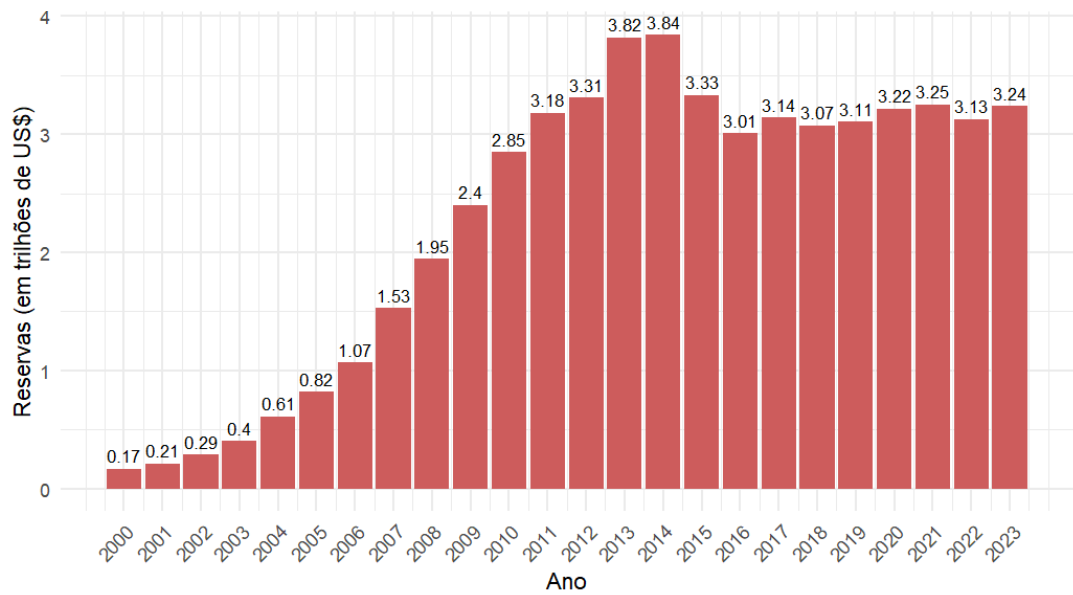
As competitivas exportações chinesas, motores do seu crescimento extraordinário, permitiram ao país acumular enormes superávits comerciais na balança de pagamentos – o que, por outro lado, significou déficits para outros países, notadamente os EUA – que se materializaram no acúmulo sem precedentes de reservas internacionais chinesas em dólares (Ferguson; Schularick, 2009). A China chegou a possuir 70% das suas reservas internacionais em títulos americanos (Li, 2008), o que evidencia a simbiose existente entre as duas economias.

É importante notar o papel que os EUA exerceram na economia mundial durante este período da ascensão chinesa. Num cenário de economia global neoliberal, onde o estímulo existente é para que se reduzam os déficits e se expandam as reservas internacionais, cria-se o incentivo para que os países busquem seguir o modelo de plataforma de exportações, com a criação do risco potencial de colapsar a economia: todos querem exportar ao máximo e consumir o mínimo possível. Dessa forma, os EUA funcionaram como um consumidor e prestador de última instância, gerando déficits na sua balança comercial e no saldo da conta corrente, permitindo a expansão dos mercados (Li, 2008). Por outro lado, a China, ao acumular reservas em títulos do tesouro americano, funcionava como financiador do déficit em conta corrente dos EUA.

Conforme expõem Ferguson e Schularick (2009), ainda que a China tenha perseguido uma estratégia de desenvolvimento semelhante à de países como Alemanha, Japão e Coreia do Sul, ancorada em tornar-se uma economia exportadora, com políticas de intervenção cambial e acúmulo de reservas, ela se diferencia, uma vez que este último aspecto atingiu um nível jamais alcançado por Japão e Alemanha. Essa diferenciação ou, segundo os autores, esta “mudança drástica” (Ferguson; Schularick, 2009) no acúmulo de reservas internacionais da China ocorre a partir do início dos anos 2000.

Pode-se verificar esse acontecimento no **Gráfico 7**, onde se vê que a China sai de um patamar de cerca de US\$ 170 bilhões nos anos 2000 para atingir o pico de US\$3,84 trilhões em 2013, expandindo suas reservas mesmo durante o período da crise financeira internacional. Para além disso, o acúmulo de reservas em dólares respondia a um triplo objetivo: acumular reservas que amenizassem os riscos da integração financeira, iniciativa que foi gerada pela crise asiática dos anos 1990; evitar a apreciação do *renminbi*, o que, por sua vez, garantia a competitividade das exportações chinesas no mercado global (Ferguson; Schularick, 2008).

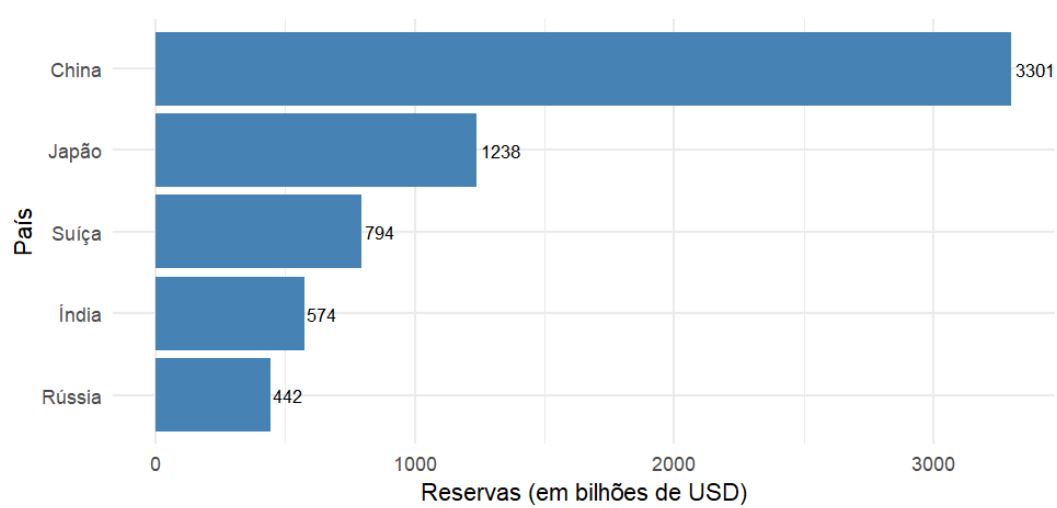
Gráfico 7 – Acúmulo de reservas internacionais da China (2000-2023)



Fonte: elaboração própria, com base em State Administration of Foreign Exchange – SAFE (2024)

A China permanece como o país com maiores reservas internacionais em dólares, acumulando US\$3,3 trilhões em 2023, conforme exibimos no Gráfico 8. O país é seguido por Japão, com US\$1,2 trilhão; Suíça, com US\$794 bilhões; Índia, com US\$574 bilhões e Rússia, que acumulou US\$442 bilhões em 2023, segundo dados do Banco Mundial (2024c).

Gráfico 8 – Reservas internacionais por país (2023)



Fonte: elaboração própria, com base em Banco Mundial (2024c)

3.3 O PÓS-CRISE FINANCEIRA GLOBAL E O AUMENTO DA “PRESSÃO COMPETITIVA”

Com a crise financeira internacional desencadeada em 2008, a China realizou uma mudança na sua estratégia de desenvolvimento econômico, identificando a necessidade de reforçar o consumo das famílias e realizar massivos investimentos em infraestrutura a fim de garantir a sustentabilidade do seu crescimento econômico (Pinto; Gonçalves, 2015). Isso se explica primeiramente pelo diagnóstico de que a alta dependência das exportações tornava a economia do país mais suscetível às alterações do cenário internacional, aumentando a sua vulnerabilidade (Souza, 2018). Como é possível notar nos Gráficos 3 e 4 as exportações do país e o crescimento do PIB sofrem uma queda neste período, afetadas pelo cenário global de crise.

A saída pensada para a crise foi o aumento dos estímulos à economia, baseados em crescimento do investimento doméstico, principalmente estatal. Há um incentivo do Estado chinês a políticas industriais, voltadas especialmente ao setor da tecnologia, baseadas num consenso de que a crise evidenciou a necessidade de manutenção de determinados controles estatais sobre a economia, com uma diminuição da agenda de liberalização econômica (Naughton, 2020). Tais políticas são adotadas mesmo com o país já integrando a OMC, o que Souza (2018) caracteriza como um “drible” chinês à organização, criando novos regulamentos com base nas brechas do acordo.

Para além disso, o desenvolvimento econômico do país neste período modificou, obviamente, as condições internas que propiciaram o crescimento expressivo da sua economia. Um dos motores principais desta expansão econômica, a farta mão de obra barata, sofreu uma queda na sua expansão, um efeito da redução do êxodo rural, que por sua vez acarretou em melhorias salariais. Ainda que os salários se encontrassem abaixo das médias dos países desenvolvidos, isso diminuiu a competitividade das exportações chinesas intensivas em trabalho e colocou no debate econômico do país a discussão sobre uma reestruturação do modelo de desenvolvimento, com o objetivo de fazer frente à tendência da queda da taxa de lucro (Naughton, 2020; Souza, 2023).

Outra questão apontada por Naughton (2020) é a busca dos *policymakers* chineses por transformar as reservas chinesas em ativos mais lucrativos do que os títulos americanos, algo que se adequasse com a realidade do país como uma economia de renda média e com enorme poupança doméstica. Com relação a este aspecto há uma confluência de fatores: a política de estímulos domésticos para lidar com a crise valeu-se das vultosas poupanças; entretanto, o excesso dessa poupança interna gerou o estímulo para que se realizassem investimentos

externos; dessa forma, a China passa a fornecer empréstimos para países em desenvolvimento e se vale do momento de crise para adquirir empresas das potências ocidentais, incorporando tecnologia e se reposicionando nas cadeias globais de valor (Naughton, 2020; Souza, 2018; 2023).

O próprio estágio de desenvolvimento capitalista na China e o nível de sua integração econômica obrigou o país a expandir-se internacionalmente, tornando inevitável a expansão de seus investimentos internacionalmente, como explica Souza (2018, p. 119): “A integração à economia mundial tem exigido a internacionalização dos próprios capitais chineses. Essa é uma necessidade de sobrevivência produtiva, comercial, financeira e tecnológica – na competição com as firmas estrangeiras.”. Há um aumento, dessa forma, dos IEDs oriundos da China, com o fluxo de saída superando os de entrada entre 2014 e 2016 (Souza, 2018). Os IEDs chineses têm buscado diversos setores, mas há uma tendência de se concentrarem especialmente nos setores de matérias-primas energéticas e de alimentos, o que expandiu sua presença na América Latina e na África (Fiori, 2008; Souza, 2018; 2023).

A estratégia de expansão dos investimentos externos da China alcança o seu ápice, podemos dizer, com a elaboração do projeto da Nova Rota da Seda (NRS), também chamada de Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* – BRI, em inglês). O empreendimento funciona como um guarda-chuva de diversos acordos bilaterais firmados pela China para obras de infraestrutura marítima, terrestre e conexões ferroviárias para ligar a China à Europa, sua vizinhança asiática, a África e até mesmo a América Latina (Naughton, 2020; Barbosa et al., 2016).

A NRS é evidentemente inspirada na histórica rota da seda e pode ser dividida em duas vertentes principais: a rota terrestre e a marítima. A primeira tem início na China e passará por Irã, Turquia e Rússia, até chegar ao porto de Roterdã, na Holanda. A segunda tem início em Xangai e se finda em Veneza. O projeto se justifica por diversas razões: primeiro que atende ao imperativo de expansão do capital chinês; segundo, funciona como um promotor da influência do país internacionalmente, podendo ser entendido como uma espécie de “modelo chinês” para o desenvolvimento internacional, articuladas com a narrativa diplomática de ascensão pacífica e de promoção de ganhos mútuos; por fim, funciona também como propulsor do desenvolvimento interno, especialmente por envolver regiões mais pobres do país e que têm sido alvo de maior preocupação do governo central, como a província de Xinjiang e seus movimentos separatistas (Barbosa et al., 2016).

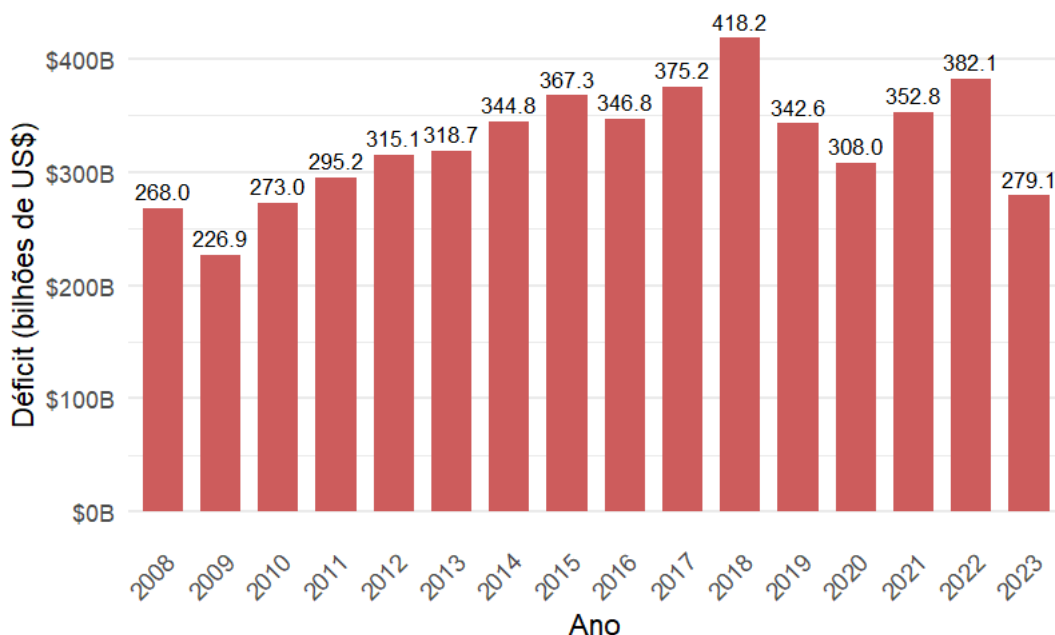
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO 2

Nota-se, dessa forma, que o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, proporcionando aos EUA um período de unipolaridade no sistema internacional, de hegemonia das ideias neoliberais e de expansão da globalização neoliberal teve o efeito de trazer à tona o seu principal concorrente. Como nos aponta Souza (2023, p. 303): “o que eles não pressentiam, naquele instante, é que na festa da globalização, a China se transformaria na nova superpotência econômica, com soberania nacional política e militar.” Como argumentou Fiori (2008, p.67):

[...] é possível dizer que a internacionalização americana associada com o crescimento chinês já produziu uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial, com a criação de um novo centro nacional de acumulação de poder e de capital com capacidade gravitacional equivalente à dos Estados Unidos [...] Esta nova configuração estrutural está na raiz da 'pressão competitiva' que está crescendo ao redor do mundo e anunciando uma nova 'explosão expansiva' do 'sistema mundial moderno’”.

Assim, o “casamento perfeito” existente na relação econômica desenvolvida entre os EUA e a China ao longo deste período é profundamente abalado pela crise financeira global desencadeada em 2008 (Ferguson; Schularick, 2008). A crise financeira é o que marca a mudança de estratégia de desenvolvimento da China, numa busca por diminuir a sua vulnerabilidade do mercado internacional e prover uma saída rápida para a crise, os chineses aumentam os investimentos beneficiando as empresas chinesas frente às demais (Souza, 2023).

Por outro lado, os efeitos profundos da crise nos EUA, com alto desemprego, crescimento das desigualdades e uma recuperação mais lenta da economia do país frente à China favorecem uma animosidade com o país. Outro aspecto são os reiterados e crescentes déficits dos EUA com a China, mesmo com a diversificação das exportações chinesas. Em 1999 os EUA eram o destino de 42% das exportações do país asiático, enquanto que em 2013 apenas 20% das exportações chinesas tinham como rota o mercado estadunidense (Naughton 2018). Ainda assim, isso não significou uma diminuição do déficit comercial americano.

Gráfico 9 – Déficit comercial EUA-China (2008-2023)

Fonte: elaboração própria, com base em Estados Unidos (2025)

Como se nota no **Gráfico 9**, o déficit comercial dos EUA com a China segue uma tendência crescente após 2009, com uma ligeira queda em 2016 até retomar o crescimento e atingir o recorde de US\$ 418,2 bilhões. O déficit sofre uma redução entre 2019 e 2020 como um efeito da guerra comercial iniciada pela administração Trump. Com relação a esse aspecto Naughton (2020) evidencia que o problema, para além do seu volume em si, é o que poderíamos caracterizar como o caráter qualitativo deste déficit.

Os EUA absorvem as exportações chinesas, mas não participa do comércio bilateral como fornecedor de produtos sofisticados para a China, o que não ocorre, por exemplo, com a União Europeia, que também acumula déficits com os chineses, mas numa escala menor e tem a Alemanha como grande fornecedora de maquinário para a China (Naughton, 2020). Como argumenta o autor:

Em suma, o déficit comercial dos EUA com a China é, em parte, o resultado da integração mais profunda entre os Estados Unidos e a China nos setores de alta tecnologia. Como resultado, a mudança da China para uma política tecnointustrial agressiva nos últimos dez anos ameaça os interesses dos EUA muito mais do que ameaça a maioria dos outros países (Naughton, 2020, p. 130).¹⁶

A partir do segundo governo Obama os EUA iniciam uma mudança da sua estratégia, identificando a Ásia, notadamente a China, como a região para a qual deveriam voltar suas

¹⁶ In short, the US trade deficit with China is partly the result of the deeper integration between the United States and China in high-tech sectors. As a result, China's shift to aggressive techno-industrial policy over the last ten years threatens US interests much more than it threatens most other countries (Naughton, 2020, p. 130).

maiores atenções. Como explica Souza (2023, p. 307): “Todas as elites políticas, independentemente da cor partidária, unificaram-se, em pânico, ao longo da década de 2010, diante da perspectiva de superioridade econômica da China em breve, com repercussões políticas e militares.”.

Como expõe Magnotta (2019), em 2011 o presidente Obama caracterizou a região Ásia-Pacífico como de prioridade máxima para os EUA, tornando clara a estratégia que ficou conhecida como “pivô para a Ásia”. Nesta mesma ocasião o presidente anunciou a intenção de criar o acordo comercial da Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership* – TPP, em inglês), que envolveria Austrália, Brunei, Chile, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Vietnã, Japão, Canadá e México, uma tentativa dos EUA de fazer frente à China na região (Pautasso et al., 2021). Segundo Magnotta, a política do pivô para a Ásia era orientada por cinco pilares estratégicos:

- (1) fortalecimento de alianças; (2) aprofundamento de parcerias com países emergentes; (3) estabelecimento de um relacionamento construtivo com a China; (4) fortalecimento das instituições regionais; e (5) estabelecimento de uma arquitetura econômica para aumentar os benefícios do comércio e do crescimento para os países da região (Magnotta, 2019, p. 90).

Entretanto, como a própria autora argumenta, a estratégia do governo Obama na verdade pode ser entendida como uma política que buscava a contenção da China na região, reunindo as esferas econômica, política e de segurança para alcançar tal objetivo. No entanto, tal estratégia sofre uma mudança com a chegada de Donald Trump à presidência, com a elevação do ambiente de competição com a China. Os EUA partem para uma retórica mais agressiva e de confrontação aberta à China. Uma das primeiras ações da administração Trump acaba por ser, justamente, retirar os EUA do TPP.

A partir de então o governo estadunidense desencadeia uma guerra comercial com a China, aumentando as taxações sobre produtos chineses, num movimento de tentar diminuir os déficits americanos e reverter a descentralização produtiva gerada pela globalização, buscando-se retornar as fábricas para os EUA e diminuir a complementariedade entre as duas economias (Wang; Sun, 2021).

Como explicado por Pautasso et al. (2021), a guerra comercial entre os EUA e a China apresenta uma tripla dimensão. À primeira vista parece ser apenas uma retomada do velho protecionismo americano e o cumprimento de promessas eleitorais de Trump. No entanto, quando se vai além dessa camada superficial, da aparência, percebe-se que: (1) no nível intermediário o que está em jogo é a liderança em setores de tecnologia de ponta – visto que os

setores de robótica, tecnologia da informação e aeroespacial foram os principais focos de taxação e embargos americanos; e (2) a essência, o cerne da disputa é a contenda pela própria liderança do sistema internacional.

Ocorre também um aumento da campanha anti-China, com o reavivamento de uma retórica à la Guerra Fria e uso massivo do poder midiático estadunidense, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Com a chegada de Joe Biden à presidência a retórica agressiva de Trump é modificada, com os EUA passando a caracterizar a China como um país prestes a colapsar (Pautasso et al., 2021; Souza, 2023). Num discurso de avaliação dos seus feitos de política externa, poucos dias antes da entrega do cargo, Biden disse que apesar do que muitos especialistas argumentavam, a China jamais ultrapassará os EUA (YAHOO NEWS, 2025).

Vê-se, portanto, que a competição entre os EUA e a China tem se acirrado cada vez mais ao longo dos anos. Como pontua Souza (2023, p. 310):

A liderança na ordem mundial está em disputa, embora, provavelmente, a superação da hegemonia dos Estados Unidos tenda a ser uma questão muito abrangente e complexa, destinada ao longo prazo e marcada por impasses e inércia. Apesar do declínio relativo na economia, gigantesco endividamento externo e dos revezes militares (Vietnã, Iraque, Afeganistão), os Estados Unidos ainda contam com muitos recursos, reservas e capacidades econômicas, financeiras, políticas e militares, além de poderoso sistema de alianças internacionais. Americanos e chineses estão conscientes do que se trata o conflito, sabem da sua complexidade, apesar da retórica reducionista sobre uma determinada visão de democracia dos primeiros e sobre o direito ao desenvolvimento e autodeterminação nacional dos últimos.

Compreendidas essas questões, no próximo capítulo nos debruçaremos sobre o cenário desta competição com relação aos IEDs de ambas as potências no Brasil, visto que “as rivalidades entre a potência hegemônica incumbente, os Estados Unidos, e o poder desafiante, a China, tendem a se cristalizar e afetar a economia e a política no mundo, cada vez mais.” (Souza, 2023, p. 354).

4 INVESTIMENTOS DIRETOS DOS EUA E DA CHINA NO BRASIL

Os IEDs ganharam importância cada vez maior a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os fluxos deste tipo de investimento se intensificaram, com o estabelecimento, por parte de empresas multinacionais sediadas nos países centrais, de filiais no exterior e compras de empresas localizadas nos países receptores. Aliber (1970) caracteriza o IED como a aquisição de plantas e equipamentos de produção em áreas monetárias ou alfandegárias que são distintas daquelas na qual a empresa investidora está sediada. Portanto, o aspecto externo do investimento estaria relacionado ao movimento que estes capitais realizam ao atravessar fronteiras, sejam elas de áreas monetárias ou alfandegárias.

Com relação a este aspecto, Kindleberger (1969) e Aliber (1970) se dedicam a discutir as motivações para a realização do IED, buscando compreendê-los como algo além do simples movimento internacional de capitais e a busca por realização de lucros. Entretanto, enredar-se nesta discussão não é o objetivo deste trabalho, motivo pelo qual a compreensão tradicional de IEDs como um movimento global de capitais satisfaz os objetivos de nossa análise. De toda forma, recomendamos as análises feitas por Kindleberger (1969), Aliber (1970) e as críticas feitas por Ornelas (1995) com relação a este debate, bem como as possibilidades que ele proporciona para pensar as questões de desenvolvimento nos países periféricos.

Para além disso, os IEDs são fonte para diferentes discussões acerca da economia dos países, do desenvolvimento econômico, da dependência, do poder e da geopolítica. A estrutura hierárquica que se estabelece entre os países que mais investem internacionalmente e aqueles que mais recebem esses investimentos constitui um fator essencial para identificar os principais concorrentes no cenário global atual. Nesse sentido, no que tange à análise da liderança global de um país, o movimento dos capitais em escala internacional desempenha também um papel importante (Ornelas, 1995; 2018).

Historicamente os IEDs sofreram uma mudança de padrões, visto que durante os anos 1950 os principais investimentos eram públicos e efetuados especialmente pelos EUA, como ficou evidente com o Plano Marshall e a Aliança para o Progresso. Contudo, a partir dos anos 1960, as empresas transnacionais tomaram a dianteira deste processo como principais fontes de investimentos externos (Ornelas, 1995; 2018). Entretanto, isso não eliminou a necessidade de considerarmos as relações de poder na interpretação da realidade econômica, visto que, como vimos anteriormente nas argumentações de Lênin (2021) e Bukharin (1928) no capítulo 1, tais conglomerados transnacionais mantêm vínculos estreitos com seus Estados de origem, representando uma manifestação de seu poder. Além disso, há uma tendência histórica de

“transbordamento” territorial, na qual as nações ampliam seus negócios e empresas para outros Estados, como apontado por Ornelas (1995).

As empresas transnacionais e a expansão de seus capitais globalmente são comumente vistas como símbolo do poder de um país, com tais empresas atuando como “braços” de expansão de uma nação, ao penetrarem em regiões de menor desenvolvimento, modificando suas estruturas produtivas e apropriando-se de matérias-primas e recursos energéticos. O vínculo empresa-Estado é necessário, ao menos inicialmente, em virtude da rivalidade existente entre os múltiplos capitais internacionais e a concorrência entre as potências imperialistas¹⁷. A internacionalização dos capitais aparece como elemento importante para as economias líderes porque significa um deslocamento das suas potencialidades produtivas e a apropriação de recursos no exterior, além do fato de ser um processo que se desenvolve nos marcos da rivalidade internacional (Ornelas, 1995).

Para além disso, Ornelas (2017, p. 26, tradução nossa) considera que a liderança mundial de um Estado se caracteriza como “a capacidade das coalizões de estados e empresas de criar, desenvolver e controlar as fontes de lucros, em relação a todas as empresas concorrentes, especialmente no que diz respeito às formas de organização produtiva”¹⁸. Por conta disso, a exportação de capitais se torna um dos processos centrais para compreender a concorrência entre os países pela liderança no cenário internacional, ao evidenciar quais são os territórios mais atrativos para receberem tais investimentos, ao mesmo tempo em que revelam quais são os principais oponentes nesta disputa. Como explica o autor, o predomínio ou a inferioridade de um conjunto de empresas de mesma base nacional pode indicar o fortalecimento ou enfraquecimento de atores que disputam a hegemonia global. Dessa forma, os IEDs podem servir para medir a situação competitiva dos capitais mais poderosos e dinâmicos, visto que são um indicador do grau de desenvolvimento do capitalismo: quanto maiores os investimentos externos, maior é o número de territórios integrados à acumulação capitalista, o que contribui para expandi-la (Ornelas, 2018).

Ademais, podemos também caracterizar os investimentos externos quanto ao seu tipo: os IEDs podem ser focados na estruturação de novos empreendimentos, chamados

¹⁷ Para maiores discussões acerca da atuação estatal e da compatibilização de interesses entre Estado e empresas transnacionais no processo de internacionalização de capitais ver Ornelas (1995).

¹⁸ No original: “la capacidad de las coaliciones de Estados y empresas para crear, desarrollar y controlar las fuentes de las ganancias, en relación con el conjunto de empresas competidoras, particularmente en lo que toca a las formas de la organización productiva” (Ornelas, 2017, p. 26).

normalmente de *greenfield*, ou podem ser utilizados para aquisição de empresas já estabelecidas, chamados de *brownfield*. Os primeiros são aqueles nos quais se criam empresas para produzir bens e serviços, sendo um tipo de investimento nos quais os riscos tomados são maiores, e nos quais há um efeito revigorante para a estrutura econômica dos países receptores, principalmente porque os novos empreendimentos podem representar desafios competitivos para o tecido produtivo do local.

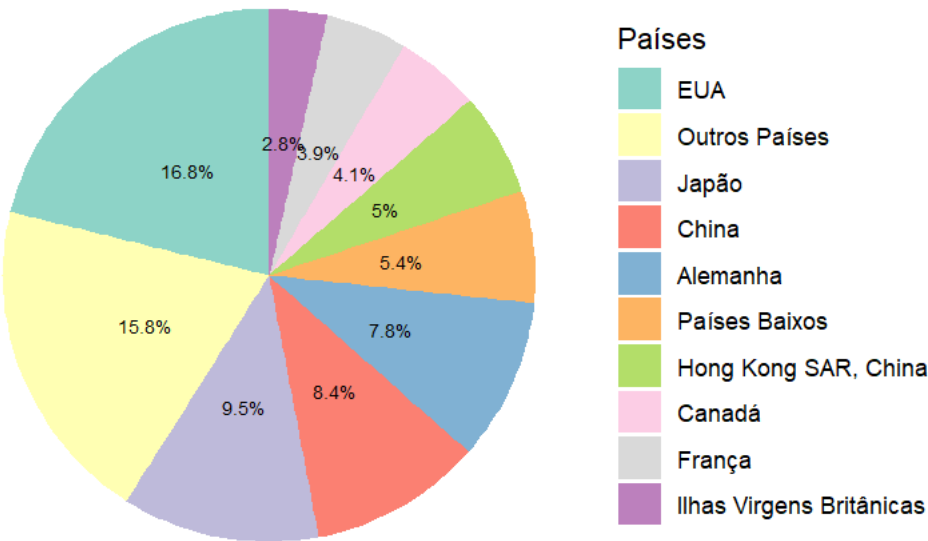
Já os investimentos dedicados a fusões e aquisições são focados em adquirir empresas já estabelecidas, portanto não possuem o caráter inovador dos investimentos *greenfield*. Esse tipo de investimento apresenta riscos reduzidos para o investidor, uma vez que envolve a aquisição de uma empresa já estruturada, com participação consolidada no mercado e pronta para ser explorada pelo novo proprietário. Os investimentos de tipo *brownfield* configuram-se como estratégias adotadas por empresas transnacionais que buscam racionalizar a propriedade e as suas operações, bem como aumentar sua parcela no mercado por meio da absorção de um competidor. Ao realizar uma fusão ou aquisição a empresa investidora ingressa num mercado com custos menores do que teria caso fosse criar uma nova empresa desde a base. Além disso, esse tipo de investimento é uma forma do ente investidor tomar posse de conhecimentos que até então não detinha, ao apropriar-se de inovações, patentes e novas tecnologias que, por sua vez, garantem vantagens competitivas no mercado. Já no que diz respeito aos efeitos gerados para os locais receptores, esse tipo de investimento pode causar deterioração econômica e social, em virtude da possibilidade de planos de demissão, reestruturação da empresa e adoção de novas formas de trabalho por parte do novo proprietário (Ornelas, 1995; 2018).

Em vista disso, as duas estratégias de investimento no exterior podem ser utilizadas pelas potências na sua competição pela hegemonia global, tendo a capacidade de fortalecer suas posições na hierarquia mundial. Entretanto, como evidencia Ornelas (2018), para ocupar a liderança econômica global é preciso que a atividade principal de uma potência seja a de criar capacidades, de inovar, e não apenas apropriar-se de fontes lucrativas.

Em resumo, podemos compreender os IEDs como investimentos de longo prazo, sob controle de uma economia investidora sobre uma economia recipiente. Os países desenvolvidos têm sido os principais receptores e as principais fontes de IED historicamente, com os EUA ocupando a dianteira desse processo global, tanto como receptor quanto como investidor – o que evidencia a sua posição de hegemonia global. A China tem elevado sua parcela de contribuição nos fluxos de IED, mas ainda está abaixo do acumulado pelos EUA. Podemos visualizar esse aspecto nos Gráficos 10 e 11. O primeiro traz a participação percentual dos dez

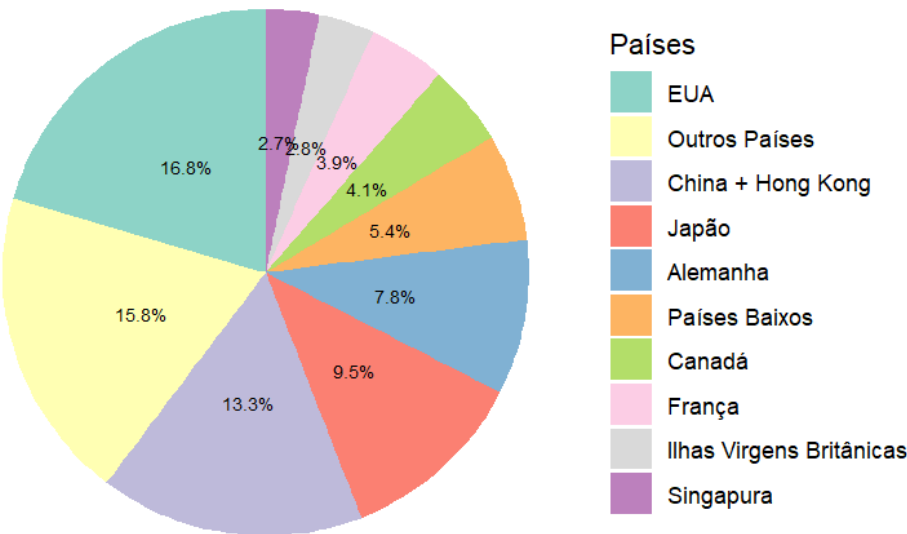
maiores investidores internacionais, evidenciando os EUA na primeira colocação com 16,8%, seguido pelo agregado dos demais países e o Japão, com 9,5%. A China aparece, nesse caso, na quarta colocação, com 8,4% de participação no fluxo de IED global, considerando-se os dados separados entre a China continental e Hong Kong. O resultado da união dos dados do continente e da região administrativa especial podem ser visualizados no **Gráfico 11**, no qual a China se eleva à terceira colocação, com 15,8% de participação nos fluxos internacionais de investimento direto. Se ignorarmos os dados referentes aos “outros países” as duas potências protagonizam o cenário dos IEDs globais, figurando entre as duas primeiras colocações.

Gráfico 10 – Participação de países no fluxo global de IED (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em Banco Mundial (2025)

Gráfico 11 – Participação de países no fluxo global de IED, unindo China e Hong Kong (2012-2023)

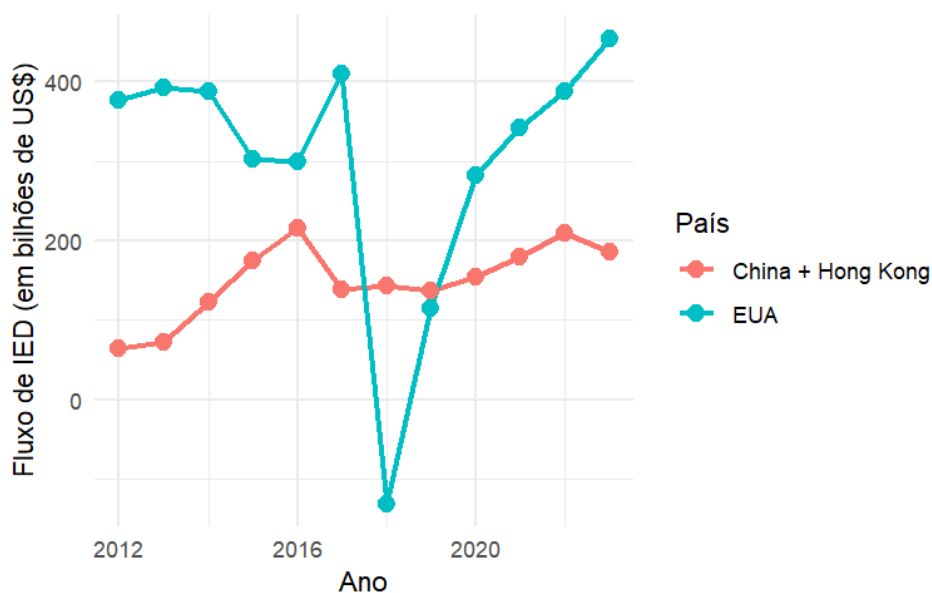


Fonte: elaboração própria com base em Banco Mundial (2025)

A razão para a existência de estatísticas separadas para a China continental e Hong Kong ocorre porque muitos dos investimentos que Pequim realiza internacionalmente partem daquele território, em virtude de muitas empresas estarem sediadas ali por conta do status econômico especial da região administrativa, que desfruta de uma maior facilidade para mobilidade de capitais (Ornelas, 2018). Além disso, grande parte das estatísticas sobre investimentos externos contabilizam a origem imediata dos capitais, e não o caráter do controlador final, motivo pelo qual a China continental aparece frequentemente com números menores (CEPAL, 2024).

Quando analisamos a trajetória do IED ao longo do tempo podemos notar que a China tem expandido a sua participação nos investimentos internacionais desde 2012, mantendo um ritmo mais constante, sem grandes oscilações – exceto com uma queda a partir de 2016 e uma ligeira diminuição nos valores visualizados em 2023. Os EUA, por outro lado, apresentam uma queda brusca nos investimentos externos a partir de 2017, fato que é revertido após 2018, com um crescimento exponencial e manutenção da tendência de crescimento. Ainda que a China tenha aumentado sua parcela no fluxo de IED global, percebe-se que os valores destinados pelo país estão abaixo daqueles dos EUA: no período analisado os maiores valores investidos pelos chineses atingiram o pico de pouco mais de US\$ 200 bilhões, enquanto o país norte-americano manteve, na maior parte do período, um fluxo de investimentos acima dos US\$ 400 bilhões, conforme visualizamos no **Gráfico 12**.

Gráfico 12 – Principais fontes globais de IED, fluxos de saída (2012-2023)

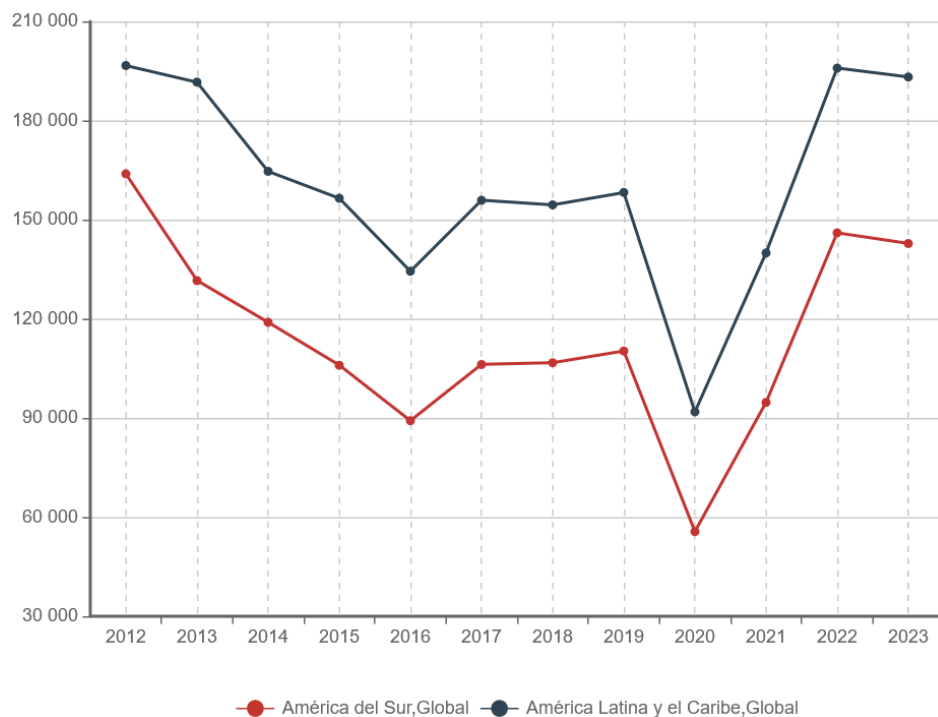


Fonte: elaboração própria com base em Banco Mundial (2025)

Compreendido o panorama dos IEDs de ambas as potências a nível global, podemos nos debruçar para o caso específico da análise dos investimentos de chineses e estadunidenses na América Latina. Como se visualiza no **Gráfico 13**, o panorama geral da região latino-americana, e da sub-região sul-americana é a de uma queda do investimento externo, diferenciando-se da tendência referida por Ornelas (2018), que foi iniciada a partir de 2008, quando houve um fluxo maior dos investimentos para os países em desenvolvimento, um reflexo da crise financeira global e das dificuldades de recuperação econômica enfrentadas no centro do capitalismo (Ornelas 2018).

A pandemia de COVID-19 agravou o cenário, com uma redução drástica dos IEDs na região, que voltaram a crescer a partir de 2021, ainda que com uma queda suave em 2023. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), justifica a queda como um produto combinado da diminuição de IEDs no setor de serviços – o principal setor receptor de investimentos na região –, dos fluxos oriundos dos EUA – a principal fonte dos investimentos para a região – e da entrada de IEDs no Brasil e México, os principais países receptores de investimentos na América Latina e Caribe. Mesmo assim, os dados da CEPAL (2024) apontam que o fluxo de entrada de investimentos na região somente em 2023 representou 14% do total de IED mundial, cifra maior do que a média da década passada, no qual registrou-se 11%.

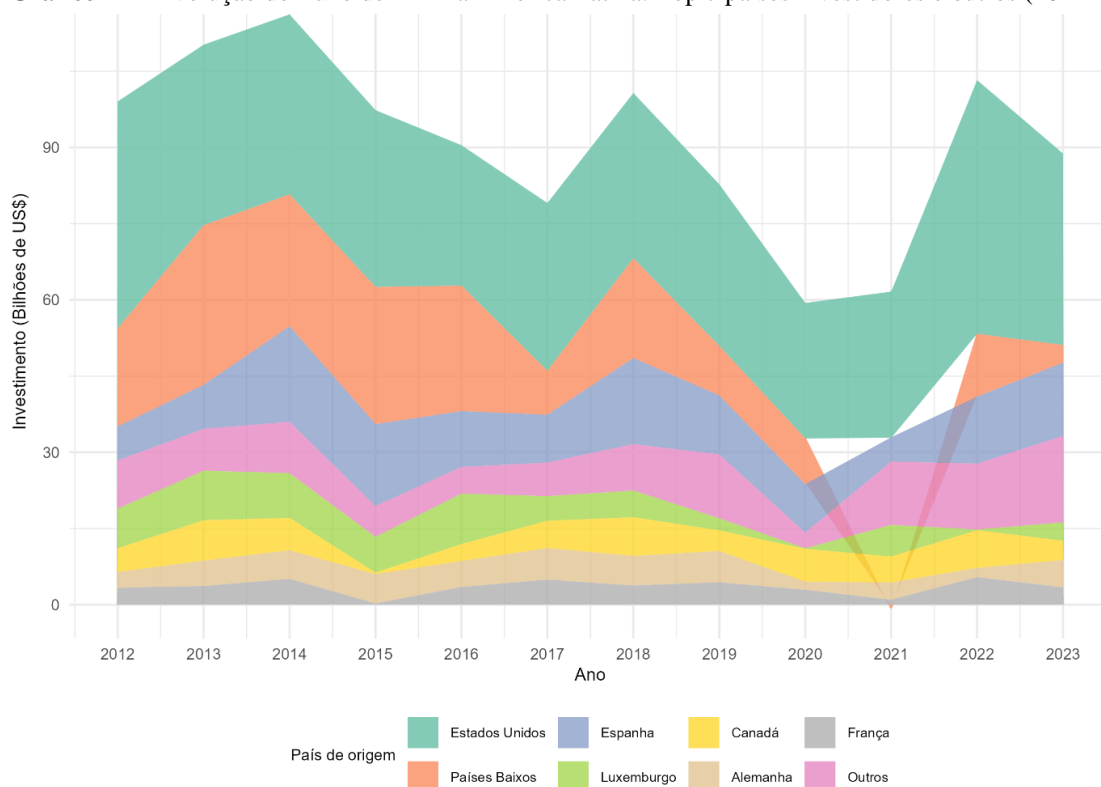
Gráfico 13 – Fluxo de entrada de IED na América Latina e Caribe, em milhões de US\$ (2012-2023)



Fonte: CEPAL (2025)

Com relação aos países fontes de IED para a região, podemos notar que os EUA é o principal investidor, muito à frente dos demais. Visualizamos também no Gráfico 14 que, além dos EUA e Canadá, os demais países que aparecem entre os sete maiores investidores na América Latina são países europeus, evidenciando a forte presença das potências europeias na região e da própria União Europeia em si, visto que são todos membros do bloco econômico. É importante também pontuar que os altos fluxos de investimentos oriundos de países como Luxemburgo e os Países Baixos relacionam-se ao aspecto mencionado anteriormente da contabilização de investimentos por origem imediata do capital, e não por origem do controlador final. Como esses dois países possuem regras fiscais para atrair empresas transnacionais, as estatísticas referentes a eles costumam ser sobrevalorizadas. Neste cômputo, por exemplo, a China não figura sequer entre os dez maiores investidores no continente, mas muitos dos investimentos externos realizados pelo país são contabilizados por empresas que foram adquiridas de outros países, o que contribui para cifras subestimadas do IED chinês, como evidencia a CEPAL (2024).

Gráfico 14 – Evolução do fluxo de IED na América Latina: Top 7 países investidores e outros (2012-2023)

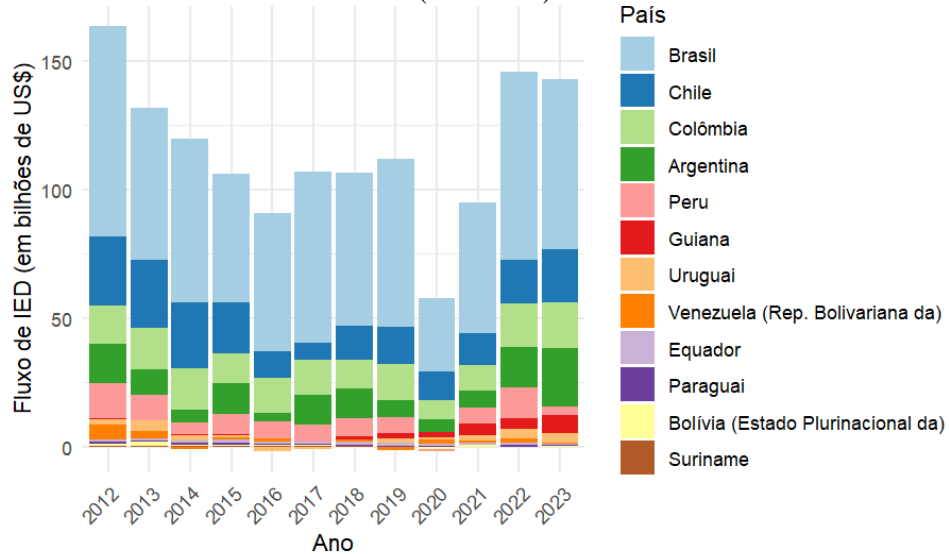


Fonte: elaboração própria com base em CEPAL (2024)

Como comentado anteriormente, o Brasil está, ao lado do México, como um dos principais receptores de IED na América Latina. Quando nos atemos especificamente para a América do Sul, o país se configura como o maior receptor de investimentos externos da sub-

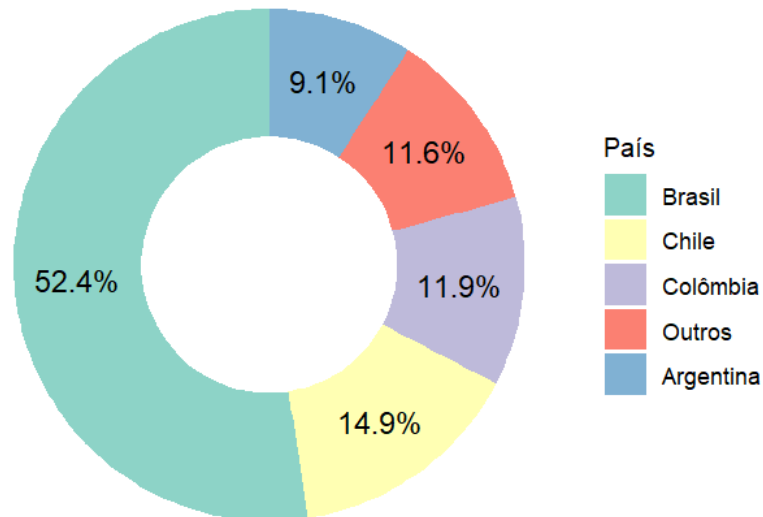
região, mantendo-se como destino primordial dos IED ao longo de todo o período entre 2012 e 2023, seguido por Chile, Colômbia e Argentina. O Brasil corresponde por 52,4% do total de investimentos externos recebidos pela região sul-americana durante o período analisado, evidenciando a centralidade da economia brasileira no que diz respeito à atração de investimentos, conforme podemos visualizar nos **Gráfico 15** e **Gráfico 16**.

Gráfico 15 – Fluxo de IED recebido por país da América do Sul, em bilhões de US\$ (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em UNCTAD (2025)

Gráfico 16 – América do Sul: participação percentual dos países no total de fluxo de IED recebido (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em UNCTAD (2025)

Sendo assim, pudemos compreender o aspecto geral dos investimentos estrangeiros na região latino-americana e sul-americana, o que tornou evidente o papel central que o Brasil desempenha na atração dos IEDs para a região, ao concentrar mais da metade de todo o fluxo

recebido no período de 2012 a 2023. Visualizamos também como os EUA mantêm uma posição de dominância nos investimentos diretos na região, com a China aparecendo com cifras bem reduzidas, muito em virtude do critério de investidor final nas estatísticas de contabilização do IED. Nos dedicaremos agora a compreender, justamente, como essas duas potências atuam com relação aos seus investimentos diretos no Brasil.

4.1 OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO BRASIL

As estatísticas de IED no Brasil são elaboradas pelo BCB, publicadas anualmente no Relatório de Investimento Direto (RID). O BCB utiliza uma nomenclatura distinta para os fluxos de entrada e saída de IED: no caso dos primeiros – que se referem aos investimentos que são feitos por países estrangeiros no Brasil – o termo utilizado é Investimento Direto no País (IDP), enquanto o segundo – que designa os investimentos que o Brasil faz no exterior – são chamados de Investimento Direto no Exterior (IDE). Para fins de padronização, manteremos a nomenclatura “IED”, que foi utilizada durante toda a pesquisa para se referir aos investimentos oriundos de países estrangeiros no Brasil.

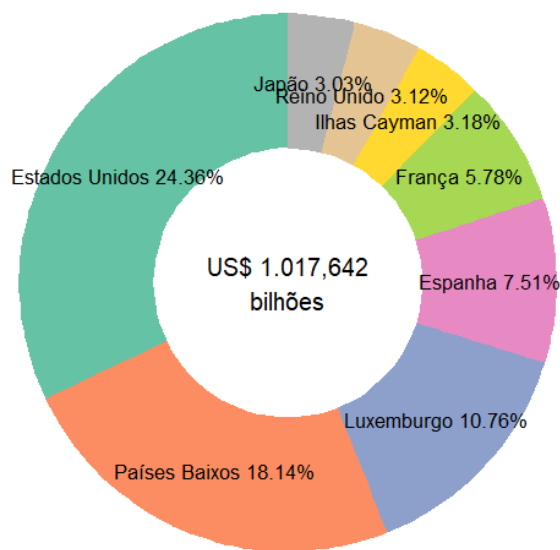
O BCB (2024) identifica uma relação de investimento direto quando um investidor possui 10% ou mais do capital, além do direito a voto, de uma empresa ou fundo de investimento numa outra economia, o que permite verificar um interesse de longo prazo no investimento. O BCB (2024) também contabiliza o total do IED no país através de dois componentes: participação no capital e operações intercompanhia. A primeira é a que define a existência da relação de investimento direto em si e a segunda diz respeito a empréstimos feitos por empresas de um mesmo grupo econômico. As análises desta pesquisa utilizam apenas os dados referentes à participação no capital, não englobando as operações intercompanhia.

Além disso, o BCB também distingue as estatísticas dos países investidores por meio dos critérios de investidor imediato e controlador final, algo necessário em virtude da complexidade com que se estruturaram as empresas transnacionais ao longo dos anos, configurando diferentes redes e conglomerados que podem acabar por distorcer as estatísticas do cenário externo, tal qual os dados sobre IED. Como explicado pelo BCB (2024, p. 22):

O país do investidor imediato é o país de domicílio da empresa não residente que investiu diretamente na subsidiária ou filial no Brasil. O país do controlador final é aquele de residência do investidor que detém o efetivo controle e interesse econômico na empresa investida no Brasil. Assim, o controlador final é identificado a partir da seguinte análise: partindo da empresa receptora de investimento direto no país, percorre-se a cadeia de relações de controle até encontrar a empresa não residente que não possua controlador.

A depender do critério considerado há uma mudança significativa nos dados referentes a cada país. Como verificamos no **Gráfico 17**, os Estados Unidos aparecem como os maiores investidores diretos no Brasil, acumulando mais de 24% do estoque de IED recebido pelo país, o que corresponde a mais de US\$247 bilhões quando consideramos o critério de investidor imediato. Entretanto, quando o critério passa a ser o de controlador final ocorrem mudanças significativas nas cifras correspondentes a outros países, como os Países Baixos, Luxemburgo, Ilhas Cayman e a China.

Gráfico 17 – Distribuição percentual de estoque de IED no Brasil (2012-2023): país investidor imediato

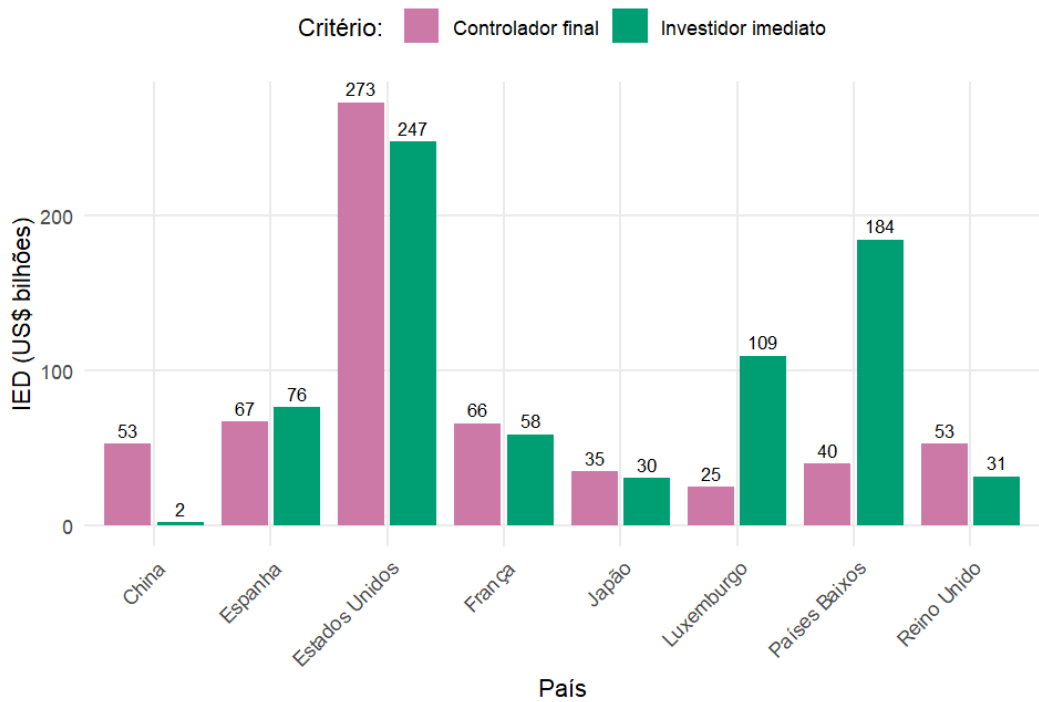


Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Como visualizamos, pelo critério de investidor imediato a China sequer chega a figurar entre os maiores investidores no Brasil, acumulando pouco mais de US\$ 2 bilhões de estoque de IED e menos de 1% do total. O cenário muda quando levamos em consideração o critério de controlador final, como podemos visualizar no **Gráfico 18**, no qual a China salta para o valor de US\$53 bilhões de estoque de IED, o que corresponde a pouco mais de 5% do estoque total acumulado pelo Brasil. O estoque de IED chinês se mantém abaixo apenas de Estados Unidos, Espanha e França, respectivamente, o que faz do país o 4º maior investidor no Brasil.

Entretanto, fica notória a discrepância existente entre os investimentos chineses e a parcela que eles representam frente aos de seu principal competidor: em 2023 os estadunidenses acumularam um estoque de IED de cerca de US\$273 bilhões, cerca de cinco vezes mais investimentos diretos do que os chineses, responsáveis por pouco mais de US\$53 bilhões.

Gráfico 18 – Comparação de estoque de IED no Brasil por critério de investidor, valores aproximados (2023)



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Na seção seguinte abordaremos especificamente os investimentos diretos dos EUA no Brasil, analisando sua variação ao longo do tempo. Para além da quantidade de investimento destinado ao país, verificaremos também o perfil desse tipo de investimento, evidenciando os setores principais nos quais os EUA têm destinado seus investimentos no país, bem como as perspectivas de anúncios de investimentos *greenfield*, o que nos permitirá compreender de que maneira os estadunidenses têm se posicionado neste campo da disputa com a China no Brasil.

4.2 OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS DOS EUA NO BRASIL

O Brasil possui uma longa história de relações com os Estados Unidos, na qual se destaca a independência do país como um exemplo marcante desse vínculo. Em 1824, os EUA foram os primeiros a reconhecer oficialmente a soberania brasileira, um acontecimento lembrado pela representação estadunidense no Brasil, que celebrou o bicentenário dessas relações em 2024.

Este aspecto é um marco importante na definição da trajetória de relações entre os dois países, que são marcadas por uma alternância entre momentos de maior cooperação – como durante a Segunda Guerra Mundial e os anos 1990 – e períodos de busca de maior autonomia por parte do Brasil – tal qual os anos da Guerra Fria e as primeiras décadas do século XXI.

Apesar disso, o Brasil sempre buscou ser reconhecido como um aliado importante dos EUA, especialmente durante o século XX, visto que o país sempre foi um importante parceiro comercial – o principal, até ser superado pela China na primeira década do século XXI – e uma fonte de investimentos significativos, além da existência de afinidades na agenda política e nas questões de segurança (Ramos; Costa; Gaio, 2023).

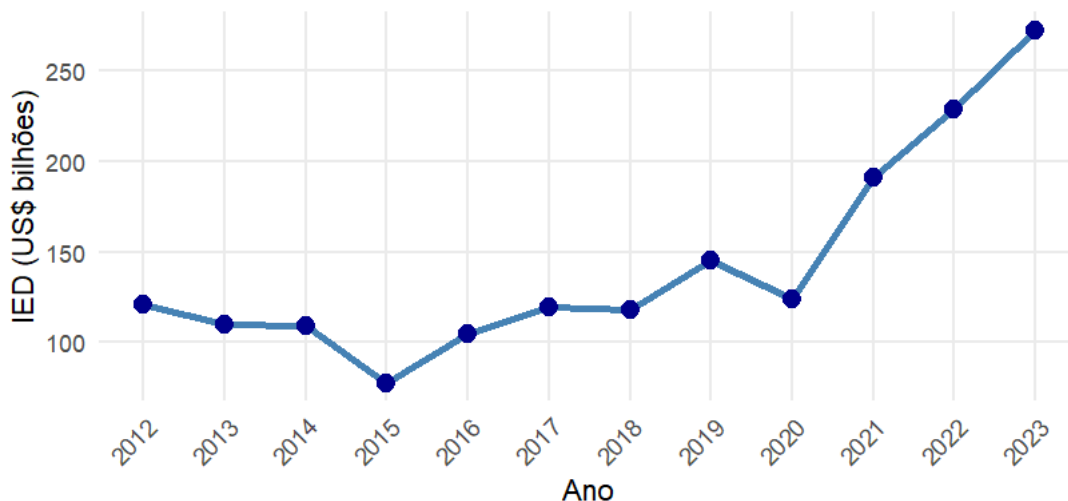
Dentre os períodos de maior aproximação entre o Brasil e os EUA podemos mencionar os anos 1990, momento no qual a redemocratização brasileira e a adoção de medidas econômicas baseadas no Consenso de Washington por parte do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) – além da própria amizade pessoal deste com o presidente estadunidense da época, Bill Clinton – intensificam as relações entre os dois países. Posteriormente a esse momento o que ocorre é um distanciamento das relações, reflexo da perda de interesse dos EUA na região no período pós-ataques de 11 de setembro de 2001. Para além disso, ocorre a busca, por parte do Brasil, de diversificar suas parcerias internacionais, notadamente com países do Sul Global. É durante este período que o fator China ganha relevância, quando o país asiático intensifica sua participação no comércio brasileiro, tornando-se o principal parceiro do país e desbancando os estadunidenses (Ramos; Costa; Gaio, 2023).

Mesmo durante os momentos de busca de maior autonomia por parte do Brasil, o país não renegou as estruturas basilares da ordem internacional liberal estruturada pelos EUA, tampouco abandonou suas obrigações já contraídas anteriormente. Pelo contrário, o país tinha como ambições políticas reforçar a multipolaridade no sistema, ao aliar-se com países emergentes, ao mesmo tempo em que procurava restaurar a confiança no sistema das Nações Unidas, advogando por uma reforma no seu Conselho de Segurança e demais instituições, a fim de que refletissem os interesses dos países do Sul Global. Portanto, ainda que existisse um maior distanciamento e divergências em muitas matérias da agenda externa dos países – como os vários contenciosos no órgão de solução de controvérsias da OMC – isso não significou um abandono das relações com os EUA em detrimento de outros países (Ramos; Costa; Gaio, 2023).

Um fator que torna isso evidente é justamente o papel que os EUA ocupam no cenário dos investimentos externos no Brasil, sendo o principal investidor e aumentando seus investimentos ao longo dos anos, configurando-se como o maior investidor em termos de

estoque de IED no país pelo critério de controlador final, segundo dados do BCB visualizados no **Gráfico 20**.

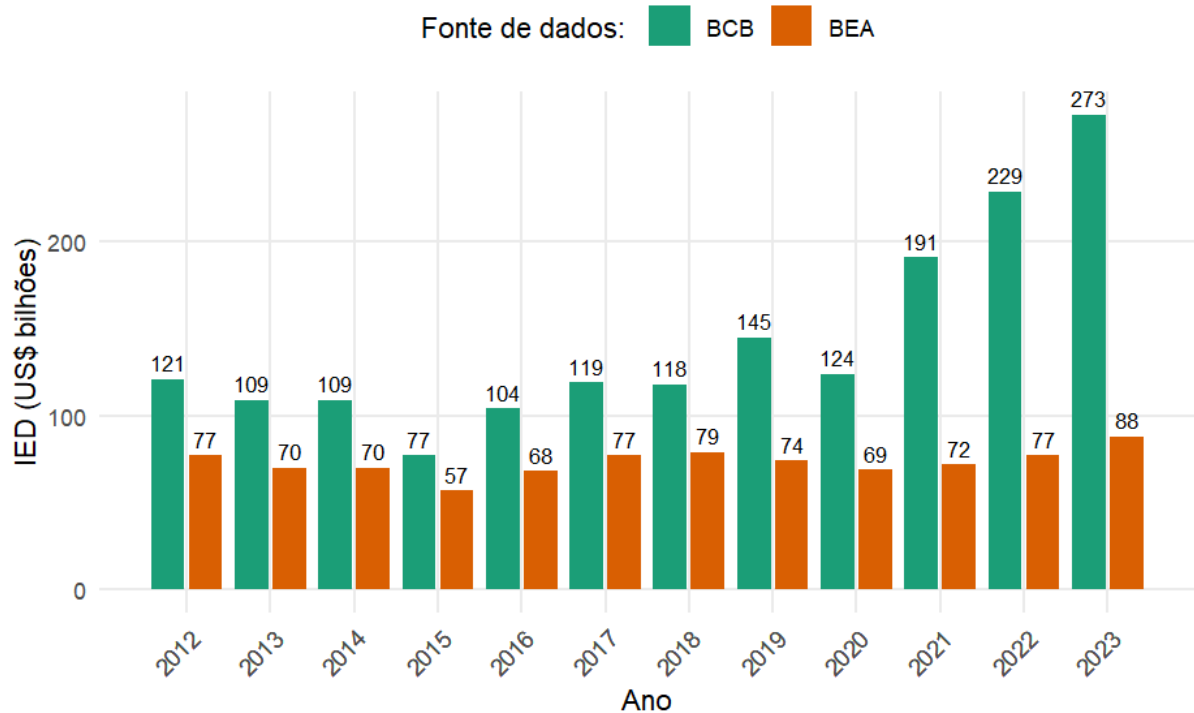
Gráfico 19 – Montante de IED dos EUA no Brasil (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

No início da série analisada os investimentos estadunidenses no Brasil aparecem com uma trajetória descendente. Em 2015 registra-se o menor valor da série, quando o estoque de IED registrado foi de US\$ 77 bilhões, um provável reflexo do instável cenário econômico-político do país naquele momento. A partir de então o IED estadunidense assume uma trajetória ascendente, registrando um estoque de US\$ 145 bilhões em 2019, o maior até então dentro deste período, mas sofre uma queda em 2020, muito provavelmente por conta da pandemia de COVID-19. Após esse momento o IED americano no Brasil retoma a trajetória de crescimento e chega a um montante de US\$ 272 bilhões em 2023, o maior valor registrado dentro desta série, um aumento de 19% com relação ao registrado no ano anterior.

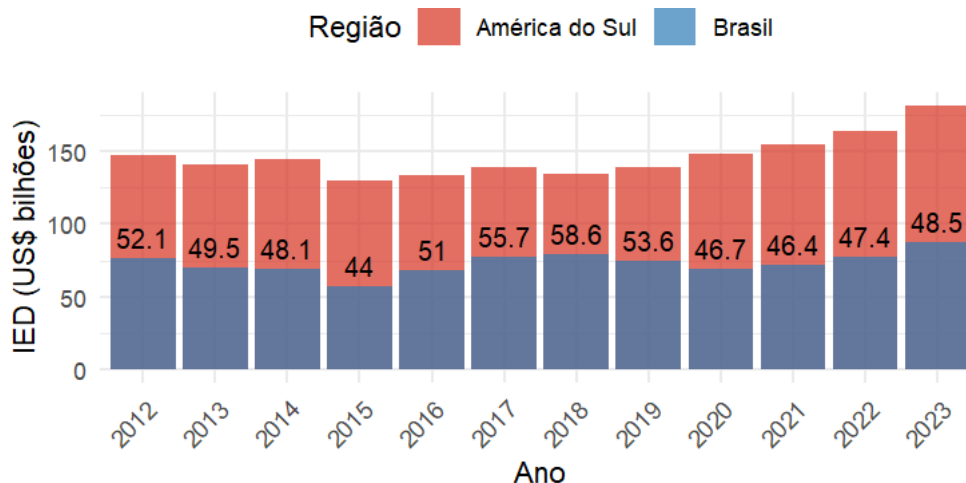
Para além disso, é importante evidenciar também os dados disponibilizados pelo *Bureau of Economic Analysis* (BEA), órgão oficial do governo dos EUA, responsável pelas estatísticas econômicas do país. Segundo o BEA (2024), o estoque de investimento direto dos EUA no Brasil em 2023 foi de aproximadamente US\$ 88 bilhões. Esses dados contrastam fortemente com os apresentados pelo BCB, visto que o BEA utiliza um critério distinto para aferir os dados de IED do país, conforme explica a ApexBrasil (2024) no Mapa Bilateral de Comércio e Investimentos Brasil-Estados Unidos. No **Gráfico 20** podemos visualizar a dimensão da diferença de valores de estoque de IED dos EUA no Brasil reportados pelo BCB e pelo BEA.

Gráfico 20 – Estoque de IED dos EUA no Brasil (2012-2023): dados do BCB vs. BEA

Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024) e BEA (2024)

Um outro aspecto que é interessante levar em conta é a participação do Brasil no IED dos EUA destinado à América do Sul. Segundo dados do BEA (2024), conforme visualizamos no **Gráfico 21**, durante este período o Brasil foi o país que concentrou mais da metade do IED estadunidense na região durante grande parte deste intervalo analisado. Em 2012 o país representava 52,1% do total de IED dos EUA na região, mas em 2015 chegou ao ponto mais baixo da série, atingindo 44% do total. Após esse período há uma retomada dos investimentos estadunidenses no país, com o Brasil chegando a representar 58,6% de todo o IED americano na América do Sul. Posteriormente ocorre uma queda, sem retomada ao patamar inicial de representar mais de 50% dos investimentos como no início da série histórica. Isso nos indica que, ainda que o Brasil tenha crescido em termos absolutos no recebimento de investimentos americanos, sua posição relativa na América do Sul tem diminuído, com outros países da região atraindo mais investimentos americanos.

Gráfico 21 – IED dos EUA no Brasil vs. América do Sul: valores em US\$ bilhões e parcela do Brasil (%)



Fonte: elaboração própria com base em BEA (2024)

A **Tabela 2** nos permite verificar o valor de IED dos EUA no mundo e os respectivos valores para a região da América do Sul, discriminado em alguns países sul-americanos, bem como o crescimento percentual apresentado pelos valores indicados no início e no fim do período. Como podemos perceber, o IED destinado à América do Sul aumentou em 23% quando comparamos os valores de 2012 e 2023, com a região representando 2,7% do IED americano no mundo. Além disso, o IED americano no Brasil passou por um aumento de 14%, enquanto Chile e Colômbia apresentaram crescimento um pouco superior, com 16%. Por sua vez, o Equador obteve um aumento de 59% do IED estadunidense, o maior registrado para os países sul-americanos. Ainda assim, todos esses países contam com valores muito abaixo dos registrados pelo Brasil no estoque de IED estadunidense.

O que realmente chama a atenção é o percentual de crescimento da categoria “Outros”, na qual o BEA inclui Bolívia, Guiana Francesa, Paraguai, Guiana, Suriname e Uruguai, o que pode nos ajudar a compreender a diminuição relativa da participação brasileira no estoque de IED americano destinado à América do Sul. No entanto, os dados disponibilizados pelo órgão para Guiana, Suriname e Uruguai encontram-se com o rótulo (D), o que indica uma omissão dos valores para evitar a divulgação de dados referentes a empresas individuais dos EUA. Isso nos impede de saber exatamente a quantia que foi destinada a esses países, mas nos dá um indicativo de que os EUA têm destinado maiores investimentos a eles, visto que o conjunto desses países acumulou mais de US\$27 bilhões de estoque de IED americano em 2023 – quando no início da série de análise, em 2012, havia recebido menos de US\$ 2,5 bilhões –, valor que

só é superado pelo Brasil e Chile, que acumularam cerca de US\$ 88 bilhões e US\$ 32 bilhões, respectivamente.

Dentro deste grupo de países podemos supor que a Guiana seja o principal destino destes investimentos, visto que o país tem passado por um ritmo acelerado de crescimento após a descoberta de reservas de petróleo num consórcio liderado justamente pela empresa estadunidense ExxonMobil, o que atraiu a atenção de várias potências para o pequeno país sul-americano, que o inseriu também na rota de disputa entre os EUA e a China, com a busca de ambas as potências por firmar parcerias com os guianenses. Para além disso, o país tem recebido foco pela escalada de tensões envolvendo a disputa territorial com a Venezuela pela região do Essequibo (Pires; Barbosa; Quito, 2024).

Tabela 2 – IED dos EUA por país e região, em milhões de US\$ (2012-2023)

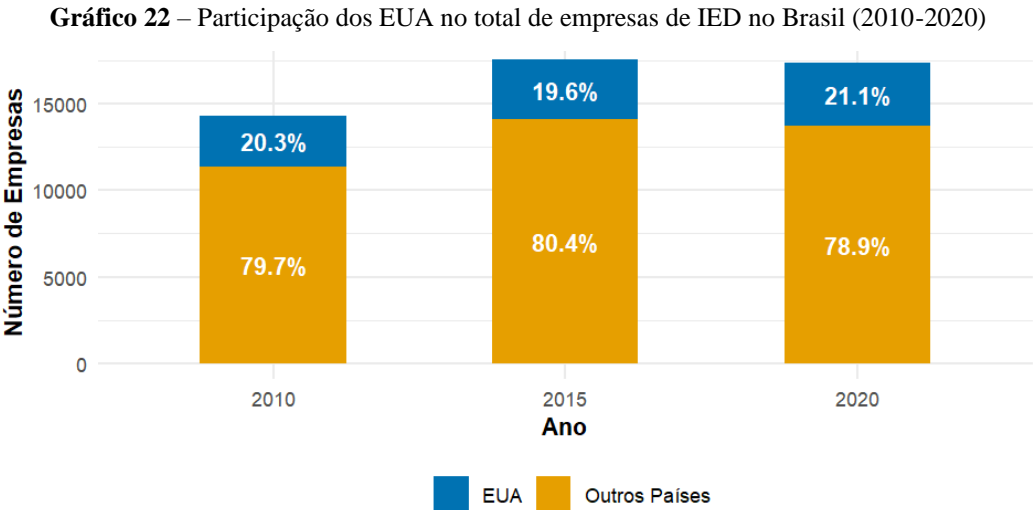
País/Região	IED dos EUA (US\$ milhões)		Crescimento no período (%)
	Ano		2012-2023
	2012	2023	
Mundo	4.410.015	6.676.478	51%
América Latina e Hemisfério Ocidental	828.721	1.065.761	29%
América do Sul	147.490	181.410	23%
Argentina	13.393	14.514	8%
Brasil	76.821	87.909	14%
Chile	27.537	32.034	16%
Colômbia	7.251	8.438	16%
Equador	571	906	59%
Peru	6.651	6.646	0%
Venezuela	12.781	3.268	-74%
Outros	2.484	27.696	1015%

Fonte: adaptado de BEA (2024)

Um outro componente do IED estadunidense no país diz respeito ao número de empresas americanas que realizam investimento direto atuando no Brasil. O BCB reúne dados considerando o intervalo de cinco anos, disponibilizando dados referentes a 2010, 2015 e 2020. Com relação ao número de empresas de investimento direto atuando no país pelo critério de controlador final, os EUA lideram o *ranking*, com 3.662 empresas registradas em 2020, número consideravelmente superior ao do segundo colocado, a Itália, que possui 1.028 empresas. A série histórica mostra uma tendência de aumento do número de empresas estadunidenses

atuando no país, visto que em 2010 havia 2.891 empresas, passando para 3.432 em 2015 e 3.662 em 2020, um aumento de 27% entre o início o fim do período analisado.

A participação de empresas estadunidenses no total de empresas de investimento direto atuando no Brasil também aumentou no período, com uma leve redução em 2015, motivada principalmente pelo aumento do número total de empresas estrangeiras, que saiu de 14.274 em 2010 para 17.534 em 2015. Com uma pequena redução no número total de empresas em 2020, que passaram para 17.377, a participação das empresas estadunidenses no total volta a subir, representando 21,1% das empresas de investimento estrangeiro direto atuando no país, conforme podemos visualizar no Gráfico 23.



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Ainda com relação às empresas, o BEA (2024) acumula informações relevantes acerca da atuação das empresas estadunidenses no Brasil, como a quantidade de empregos gerados no país, os ativos e vendas totais destas empresas para o mercado brasileiro, o valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e as despesas em P&D realizadas no período. A **Tabela 3** traz os dados referentes ao total mundial, à América Latina e ao Brasil. Os dados acerca dos ativos totais, vendas totais e valor adicionado e despesas em P&D estão exibidos em milhões de dólares americanos, enquanto os dados referentes ao emprego estão exibidos em milhares de postos de trabalho.

Tabela 3 – Atuação das empresas estadunidenses no Brasil, indicadores selecionados (2012-2023)

País/Região	Indicador	Valor (US\$ milhões)	Variação (%)
		Ano	2012-2022

		2012	2022	
Mundo	Emprego	12.128	14.024	16%
	Ativos Totais	21.700.169	28.518.462	31%
	Vendas Totais	5.942.859	8.108.066	36%
	Valor Adicionado	1.414.679	1.644.507	16%
	Despesas P&D	44.983	72.600	61%
América Latina e Hemisfério Ocidental	Emprego	2.369	2.811	19%
	Ativos Totais	3.452.212	3.347.843	-3%
	Vendas Totais	742.637	909.479	22%
	Valor Adicionado	163.943	168.000	2%
	Despesas P&D	2.747	2.092	-24%
Brasil	Emprego	599	529	-12%
	Ativos Totais	281.762	332.398	18%
	Vendas Totais	200.364	196.322	-2%
	Valor Adicionado	43.642	41.000	-6%
	Despesas P&D	1.285	581	-55%

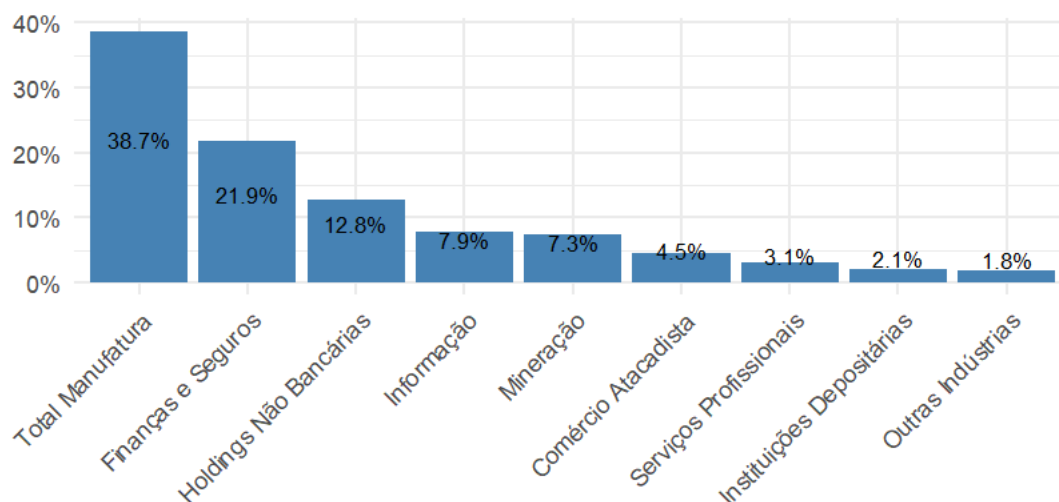
Fonte: adaptado de BEA (2024)

Como podemos verificar, as empresas estadunidenses atuantes no Brasil acumularam cerca de US\$332 bilhões de ativos totais, um aumento de 18% com relação ao verificado em 2012. Entretanto, todos os demais indicadores referentes à atuação dessas empresas no país sofreram queda, com o número de postos de emprego reduzindo-se em 12%, sendo os investimentos estadunidenses responsáveis por manter mais de 500 mil empregos no país. Para além disso, chama a atenção a redução dos gastos das empresas americanas em P&D no Brasil, com uma cifra de US\$581 milhões, o que representa uma queda acentuada de 55% com relação ao valor de US\$1,2 bilhão despendido em 2012, o que indica que as empresas americanas no Brasil tem se destinado mais à produção do que à inovação. A contribuição das empresas americanas para o PIB brasileiro também sofreu uma redução de 6%, saindo de US\$ 43.642 bilhões em 2012 para US\$ 41 bilhões em 2022. Por fim, as vendas das empresas americanas para o mercado brasileiro também sofreram uma pequena queda, de 2%, acumulando US\$ 196.322 bilhões em 2022.

Além disso, podemos verificar a composição setorial do investimento americano no Brasil. O BEA (2024) utiliza dezesseis categorias para definição dos setores, que são as seguintes: “Mineração”; “Manufatura”, que inclui as subcategorias de “Alimentos”, “Químicos”, “Metais”, “Maquinário”, “Produtos eletrônicos”, “Equipamentos elétricos”, “Equipamentos de transporte” e “Outras manufaturas”; “Comércio atacadista”; “Informação”;

“Instituições depositárias”; “Finanças e seguros”; “Serviços profissionais”; “Holdings não bancárias” e “Outras indústrias”.

Gráfico 23 – Estoque de IED dos EUA no Brasil, composição por setor (2012-2023)

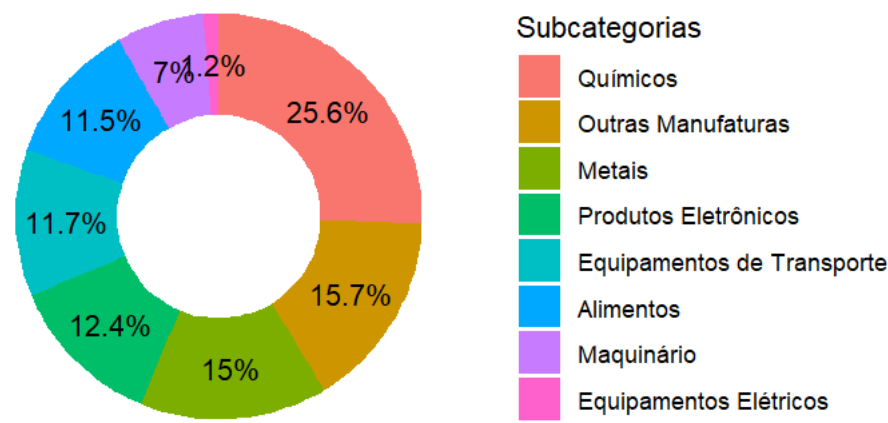


Fonte: elaboração própria com base em BEA (2024)

Dentre estas categorias, alguns dados também são omitidos em virtude da política de não divulgação de informações sensíveis das empresas estadunidenses, como os valores relacionados ao setor de mineração a partir de 2020, equipamentos elétricos e alimentos em 2012, instituições depositárias entre 2012 e 2017 e a categoria de “Outras indústrias”, que só possui valores discriminados para os anos 2018 e 2019. Podemos visualizar a composição percentual do IED americano no Brasil por setor econômico no **Gráfico 24**, no qual todas as subcategorias de “Manufatura” estão agrupadas no rótulo de “Total Manufatura”. Como podemos visualizar, mais de 38% do total do estoque de IED americano destinado ao Brasil se concentra no setor de “Manufatura”, seguido por “Finanças e Seguros”, que acumula 21,9%, e o setor de “Holdings Não Bancárias”, que recebeu 12,8% dos investimentos americanos no país. É possível também verificar a composição da categoria de “Manufaturas” de acordo com as suas subcategorias, o qual exibimos no **Gráfico 25**. Como notamos, a subcategoria de “Químicos” é a que responde pela maior parte dos investimentos americanos em manufatura no Brasil, com 25,6% do total, seguido pela subcategoria de “Outras manufaturas”, que inclui tipos de empresas não especificadas pelo BEA, com 15,7%. A lista segue com o setor de “Metais” em terceiro lugar, que responde por 15% do total de investimentos e a categoria de

“Produtos eletrônicos” figura em quarto, com 12,4% de todo investimento estadunidense em manufatura no Brasil.

Gráfico 24 – Composição do Total de Manufatura por Subcategoria

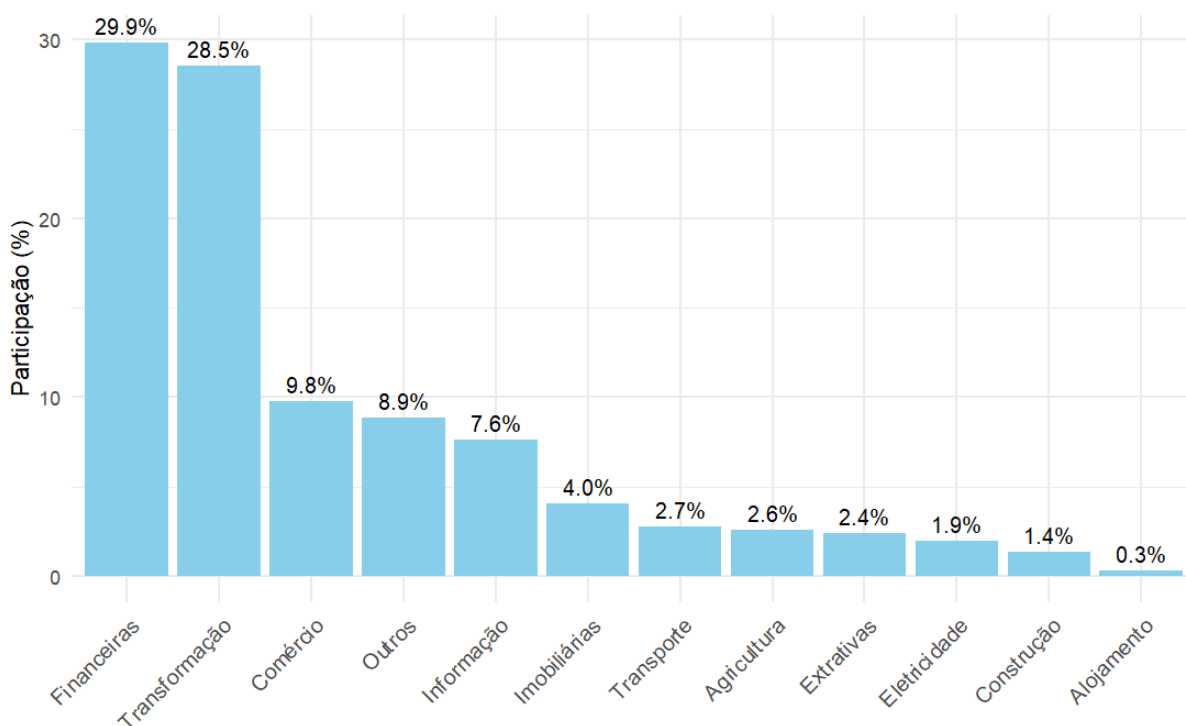


Fonte: elaboração própria com base em BEA (2024)

Já para os dados disponibilizados pelo BCB (2024) temos a divisão setorial do IED estadunidense feita de acordo com as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Sendo assim, temos doze setores de atividade econômica utilizados pelo BCB: “Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura”; “Indústrias Extrativas”; “Indústrias de Transformação”; “Eletricidade e Gás”; “Construção”; “Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas”; “Transporte, Armazenagem e Correio”; “Alojamento e Alimentação”; “Informação e Comunicação”; “Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados”; “Atividades Imobiliárias” e a categoria “Outros”, que engloba atividades que não estão elencadas e que não atendem aos critérios de confidencialidade dos dados (BCB, 2024).

De acordo com os dados do BCB (2024), visualizados no **Gráfico 26**, o setor que recebeu mais investimentos dos EUA ao longo do período analisado foi o de “Atividades Financeiras”, com quase 30% do total. Seguido de perto aparece o setor de “Indústrias de Transformação”, que acumulou 28,5%. Os dois setores dominam o panorama de investimentos estadunidenses no país, com quase 60%. Além disso, verificamos que tanto de acordo com os dados do BEA quanto do BCB os setores financeiro e industrial lideram os investimentos dos EUA no Brasil, apenas alternando a posição, visto que as informações do BEA apontam para o setor de “Manufatura” como dominante. Em terceiro lugar está o setor de “Comércio”, com 9,8%, seguido por “Outros”, com quase 9% e “Informação e Comunicações”, com 7,6% dos investimentos, acumulando uma participação mediana. Já o setor de “Alojamento e Alimentação” é o que menos recebeu investimentos, com apenas 0,3% do total acumulado no período.

Gráfico 25 – Composição setorial percentual do IED dos EUA no Brasil (2012-2023)

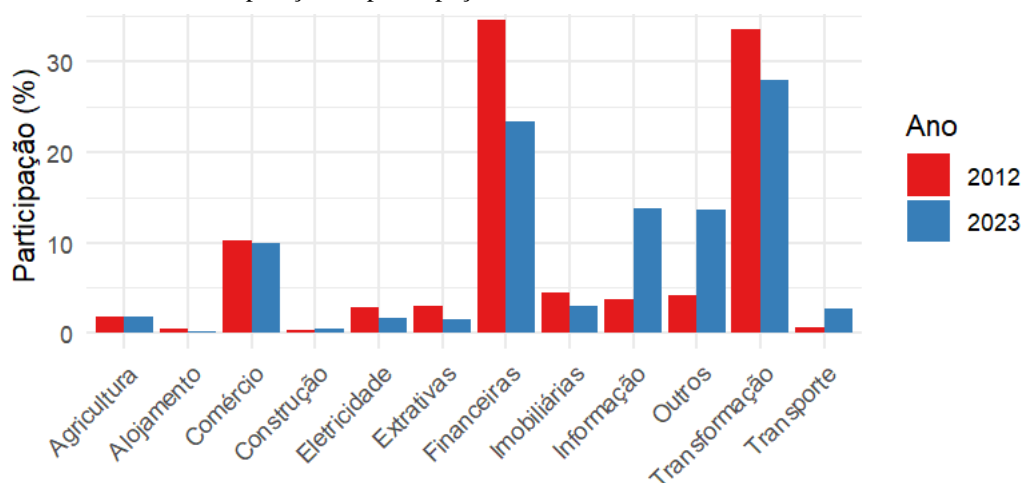


Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Já o **Gráfico 27** nos permite comparar a participação de cada setor no total de IED entre o início da série, em 2012, e o final, em 2023. Para muitos setores o percentual de participação foi estável, com poucas oscilações, como podemos verificar no caso do setor de “Agricultura”, que praticamente manteve o mesmo patamar. A redução da participação dos setores de “Atividades Financeiras” e “Indústrias de Transformação” diz respeito ao aumento que setores como “Informação e Comunicação” e “Outros” receberam no período, visto que o valor

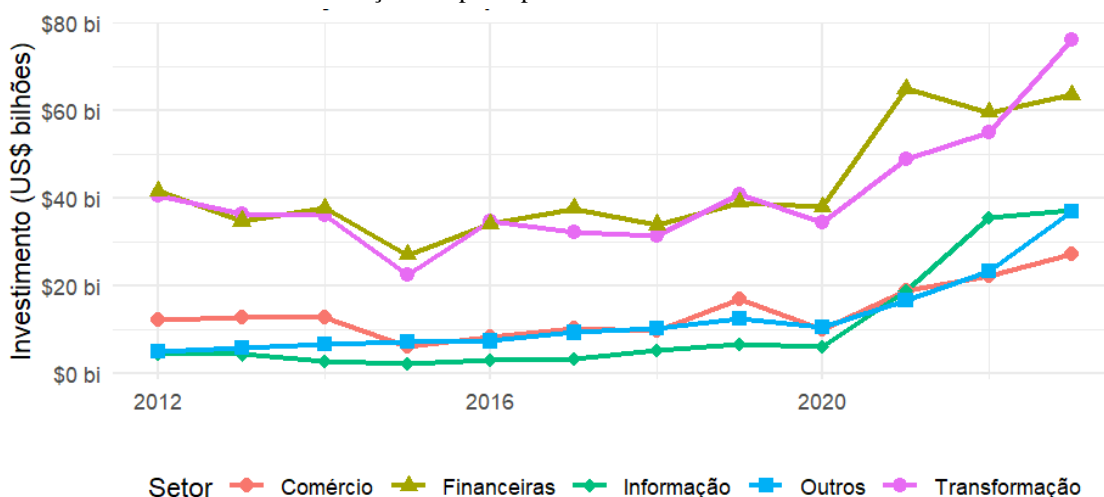
investido nas finanças e indústria aumentou na comparação entre 2012 e 2023. Essa trajetória dos investimentos por setor pode ser visualizada no **Gráfico 28**.

Gráfico 26 – Comparação da participação setorial do IED dos EUA no Brasil: 2012 vs. 2023



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Gráfico 27 – Evolução dos principais setores de IED dos EUA no Brasil



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Podemos notar que o setor de “Informação e Comunicação” vem numa trajetória crescente de investimentos desde 2016, com um salto após 2020, quando o investimento no setor aumenta em três vezes, saindo de pouco mais de US\$ 6 bilhões naquele ano para mais de US\$ 18 bilhões em 2021 e alcançando o pico de US\$ 37 bilhões em 2023. Tal aumento não é despropositado, visto que este setor foi o que mais recebeu anúncios de investimentos *greenfield* entre 2013 e 2023, conforme demonstra o Mapa da ApexBrasil (2024). Os anúncios de novos investimentos nos permitem identificar tendências futuras para o estoque de IED no país, verificando os setores que receberão maior prioridade. Como expõe a ApexBrasil (2024), com

base nos dados da Orbis¹⁹, o Brasil foi o sétimo país a receber mais anúncios de investimento direto *greenfield* dos EUA, acumulando US\$41,5 bilhões no período de 2013 a 2023. A **Tabela 4** traz os valores de anúncio de IED *greenfield* no Brasil, divididos por setor.

Tabela 4 – Setores com anúncio de IED greenfield oriundos dos EUA no Brasil (2013-2023)

Setor	Nº de projetos	Despesa de capital (US\$ milhões)	Participação (%)	Empregos estimados	Empresas
Software (hospedagem web)	166	10.288	24,8%	13.387	88
Fabricação de Veículos	27	7.055	17%	8.387	13
Transporte e Armazenagem	40	4.294	10,3%	5.997	18
Máquinas e Equipamentos	81	3.082	7,4%	14.732	45
Setor Elétrico	8	2.822	6,8%	2.511	5
Alimentos e Bebidas	30	2.386	5,7%	6.270	15
Produtos Químicos	64	2.362	5,7%	8.287	29
Metalurgia	13	1.753	4,2%	2.328	10
Serviços Profissionais	73	776	1,9%	2.406	60
Produtos Plásticos	13	654	1,6%	1.587	8
Outros	366	6.039	14,5%	26.423	187
Total	881	41.510	100%	92.415	478

Fonte: adaptado de ApexBrasil (2024)

O setor de *software*, especificamente o de hospedagem *web* – que estão incluídos na categoria de “Informação e Comunicação” – foi o que acumulou mais projetos anunciados: 166 ao total, sob coordenação de 88 empresas estadunidenses, acumulando um total de US\$10,2 bilhões em despesas de capital, com expectativas de geração de 13.287 empregos. Esta área é responsável especialmente por prover serviços de processamento de dados e infraestrutura para tal, como *data centers* (ApexBrasil, 2024). A concentração de cada vez mais investimentos de empresas americanas torna claro o interesse dos EUA em dar uma relevância cada vez maior

¹⁹ O *Orbis Crossborder Investment* é uma base de dados da empresa financeira Moody’s, especializada em informações de IED *greenfield* oriundos de empresas privadas (Moody’s..., 2025). Como é uma ferramenta proprietária, sem livre acesso, os dados são citados de maneira indireta nesta pesquisa.

ao setor de tecnologia da informação e comunicações (TIC) no que diz respeito à sua atuação no país.

Em segundo lugar estão os anúncios de fabricação de veículos, que concentram 17% das despesas de capital no período, com US\$ 7 bilhões despendidos em 27 projetos coordenados por 13 empresas americanas. Em seguida está o setor de “Transporte e Armazenagem”, com US\$4,3 bilhões em despesa de capital e 40 projetos com expectativa de geração de quase 6 mil empregos. Os setores de “Máquinas e Equipamentos” e “Elétrico” concluem a lista dos cinco maiores anúncios de investimento *greenfield* por parte dos EUA, com US\$ 3 bilhões e US\$ 2,8 bilhões de despesas de capital anunciadas no período, respectivamente. Por meio da **Tabela 5** podemos verificar as 10 empresas estadunidenses com os maiores anúncios de investimentos *greenfield* no país no período analisado, discriminadas por seu setor.

Tabela 5 – Top 10 empresas estadunidenses com maiores anúncios de IED greenfield no Brasil (2013-2023)

Empresas	Setor	Projetos	Despesa de capital (US\$ milhões)	Participação (%)	Empregos estimados
Bravo Motor Company	Fabricação de Automóveis	1	4.392	10,6%	372
CloudHQ	Software (hospedagem web)	2	3.042	7,3%	250
Cloudflare	Software (hospedagem web)	23	2.917	7,0%	4.200
Gas Alternative Systems	Transporte e Armazenagem	1	2.700	6,5%	500
General Motors	Fabricação de Automóveis	6	1.425	3,4%	3.316
AES Corporation	Setor Elétrico	1	1.217	2,9%	15
Cargill	Alimentos e Bebidas	11	937	2,3%	2.135
New Generation Power	Setor Elétrico	1	906	2,2%	521
Digital Realty	Software (hospedagem web)	5	789	1,9%	800
F&P Holding Co	Metalurgia	1	710	1,7%	140
Outros		829	22.475	54,1%	80.166
Total		881	41.510	100%	92.415

Fonte: adaptado de ApexBrasil (2024)

Como notamos, a empresa que anunciou o maior investimento *greenfield* para o período foi a Bravo Motor Company, uma fabricante de automóveis elétricos. Recentemente a empresa anunciou a instalação de uma fábrica de baterias de lítio na cidade de São Sebastião do Passé, no estado da Bahia, uma cidade que se encontra próxima de Camaçari, onde a chinesa BYD também está instalando uma fábrica para montagem dos carros no complexo industrial que pertencia à Ford. Os planos da empresa incluem a construção de uma montadora de carros após a conclusão da fábrica de baterias, o que evidencia a entrada na disputa com os chineses pelo mercado de veículos elétricos no Brasil (CanalVE, 2025; Revista Mineração, 2025).

O setor de *software* é o que mais aparece, com três empresas anunciando mais de US\$ 6 bilhões em investimentos no setor para o período, e duas delas figurando entre na segunda e terceira posições de maiores investimentos anunciados. Todas as empresas desse setor são especializadas em *data centers* e fornecimento de infraestrutura operacional para serviços de hospedagem de dados e computação na nuvem (ApexBrasil, 2024). Conforme expõe a Moody's Local Brasil (2025), o país tem atraído empresas deste ramo em virtude do aumento da demanda por energia em outras localidades, como Europa e Estados Unidos. O fato de a matriz energética brasileira ser majoritariamente composta de renováveis torna-se um atrativo, além da abundância de recursos hídricos no país, algo essencial para os sistemas de resfriamento dos *data centers*.

Por fim, há o setor elétrico que também se destaca com duas empresas, a AES Corporation e New Generation Power. Apesar de a Gas Alternative Systems estar classificada como uma empresa do setor de “Transporte e Armazenagem”, existe uma relação com o setor energético, visto que ela atua na infraestrutura de transportes para o setor energético, notadamente de gás. Já a AES Corporation e a New Generation Power são empresas que atuam na geração e distribuição de energia de fontes renováveis, com a AES tendo uma capacidade instalada de 5,2 GW distribuídos entre as fontes eólica, solar e hídrica (ApexBrasil, 2024).

Quando nos debruçamos sobre os documentos oficiais do governo americano podemos compreender a atuação estadunidense por meio de seus investimentos e a conexão com competição com a China. Alcívar (2024) argumenta que a disputa com a China superou o paradigma da guerra ao terror na política externa estadunidense, afetando, por isso, a agenda de política externa do país ao redor do globo, o que inclui, portanto, a América Latina. Na Estratégia de Segurança Nacional de 2015, no governo Obama, a China ainda não é caracterizada explicitamente como competidora dos EUA. O documento sinaliza a necessidade de monitorar a modernização militar chinesa e sua presença na Ásia, ao mesmo tempo em que

incentiva a cooperação com o país para promover a segurança e o desenvolvimento globais, tratando a ascensão chinesa como algo positivo para isso. Além disso, quando aborda a estratégia para a região da América Latina o documento frisa a importância da região para o fornecimento de energia e a intensão de expandir parcerias público-privadas no campo da educação, desenvolvimento sustentável, eletricidade, resiliência climática e combate ao crime transnacional (Estados Unidos, 2015).

A China só aparece como competidora estratégica nos documentos oficiais do governo americano a partir de 2017, com a guerra comercial desencadeada pelo governo Donald Trump se tornando um aspecto da estratégia de competição no âmbito da rivalidade multidimensional sino-estadunidense. A disputa comercial é a camada mais superficial, mais visível, da rivalidade entre as duas potências, que evidencia a competição pelo domínio econômico global e a tentativa de equilibrar a relação comercial marcada pelos enormes déficits americanos (Alcívar, 2024; Pautasso et al., 2021). Como vimos no capítulo anterior, a China alcançou níveis surpreendentes de crescimento econômico, chegando a superar a economia americana em termos de paridade de poder de compra, ao mesmo tempo em que tem colocado em desenvolvimento iniciativas globais como a NRS, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês) e a estratégia *Made in China 2025*, projetos que impulsionam o poder chinês globalmente.

Esses aspectos evidenciam que ambos os países possuem interesses típicos do que se nota na rivalidade entre potências: ambos buscam evitar a influência do rival ao mesmo tempo em que se empenham para projetar seu próprio poder para além dos interesses puramente econômicos. No caso dos EUA isso é ainda mais evidente, visto que o país possui interesses mais amplos na região, como a questão da segurança, em virtude da proximidade geográfica (Alcívar, 2024). Isso fica evidente nas Estratégias de Segurança Nacional dos EUA, que sempre mencionam a questão do tráfico de drogas, crime e migração nas suas seções destinadas à América Latina. Além disso, no documento da Estratégia de Segurança Nacional da administração Trump é citada a importância que o acesso a mercados, matérias-primas, linhas de comunicação e capital humanos têm para garantir a segurança dos EUA. A China é citada na seção específica sobre a América Latina, quando é dito que o país busca atrair a região para sua órbita por meio de investimentos e empréstimos estatais. O país também aparece ao lado da Rússia como duas potências que ameaçariam os valores democráticos do continente (Estados Unidos, 2017). Por fim, a Estratégia de Segurança Nacional do governo Biden trata a China como o único competidor com intenção e poder para remodelar a ordem internacional (Estados

Unidos, 2022). Com relação à estratégia regional para a América Latina há menção à Parceria para a Prosperidade Econômica das Américas, uma iniciativa de cooperação econômica que parece ser uma alternativa para fazer frente à presença dos investimentos chineses na região. Como dito no documento, a Parceria para as Américas tem como objetivo revigorar as instituições econômicas regionais, promover a descarbonização e energia limpa, além de realizar “investimentos revolucionários que aumentem a eficiência da administração pública”²⁰ (Estados Unidos, 2022, p. 41, tradução nossa).

Já as estratégias do Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM, na sigla em inglês) são ainda mais explícitas ao tratar da China e sua presença na região. O documento de Estratégia do USSOUTHCOM de 2019 menciona a China como um ator que busca remodelar a ordem internacional com base em modelos autoritários, atuando para minar os princípios de democracia, soberania, direitos humanos e a própria legitimidade dos EUA. Os investimentos e empréstimos chineses são caracterizados como predatórios e pouco transparentes, além de o documento mencionar especificamente a preocupação com os investimentos chineses na área que envolve TIC: “seus investimentos [da China] em telecomunicações e o acesso a instalações de rastreamento espacial colocam em risco as operações militares, a propriedade intelectual e os dados privados”²¹.” (USSOUTHCOM, 2019, p. 3, tradução nossa). Além disso, o documento lançado em 2023 afirma que a América do Sul é uma região de alto interesse estratégico porque “[...] contém 60% do lítio mundial, 30% das reservas de água doce do mundo, as maiores reservas mundiais de petróleo e a ambientalmente relevante bacia do Amazonas”²² (USSOUTHCOM, 2023, p. 4, tradução nossa). Com relação a esse aspecto é interessante notar que os dados referentes aos investimentos americanos no setor de mineração no Brasil não estão disponibilizados pelo BEA (2024) por questões de confidencialidade de empresas, mas a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (AMCHAM Brasil) relata que este setor esteve entre os que mais receberam anúncios de investimentos *greenfield* em 2023:

Em 2023, no entanto, houve uma mudança significativa com um foco maior em tecnologia e economia verde. Dos mais de US\$ 7 bilhões em investimentos *greenfield* anunciados, a maior parte foi destinada a data centers (US\$ 3 bilhões), minerais para transição energética, como lítio e alumínio (US\$ 610 milhões), e energia eólica (US\$ 230 milhões) (AMCHAM Brasil, 2024, n.p.).

²⁰ No original: “[...] and making game-changing investments that increase the effectiveness of public administration.” (Estados Unidos, 2022, p. 41).

²¹ No original: “Its telecommunications investments and access to space tracking facilities place military operations, intellectual property, and private data at risk.” (USSOUTHCOM, 2019, p. 3).

²² No original: “The region contains 60% of the world’s lithium, 30% of the world’s fresh water, the world’s largest oil reserves, and the environmentally significant Amazon basin.” (USSOUTHCOM, 2023, p. 4).

A proximidade da região com a Antártica também é sinalizada como fator de importância estratégica, além da própria proximidade com os EUA, no sentido de garantir a segurança nacional do país, oportunidades econômicas e resiliência climática. O documento advoga por uma atuação conjunta entre as forças armadas estadunidenses, as agências governamentais, países aliados, organizações não-governamentais e o setor privado para alcançar os objetivos estratégicos na região e superar os desafios da atuação do que chamam de “atores estatais malignos” (*Malign State Actors*, no original em inglês), que incluem a Rússia, Irã, Cuba, Venezuela, Nicarágua e, obviamente, a China. Com relação a este último ator, o Comando Sul explicita que apoiará os esforços das agências estadunidenses para reverter e conter o crescimento da influência chinesa na América Latina, o que incluiria “o esclarecimento das instalações de uso duplo da RPC, projetos de infraestrutura, iniciativas de ‘cidade segura’, extração de recursos, acesso ao domínio espacial e outras áreas que aumentam seu alcance, acesso e influência globais²³” (USSOUTHCOM, 2023, p. 9, tradução nossa).

Dessa forma, nota-se que a política externa americana para a América Latina deixou de adotar a perspectiva da cooperação, de acomodação da China, para colocar em prática uma confrontação aberta ao país. Um outro exemplo disso é o fato de que durante a gestão Donald Trump altos representantes do governo estadunidense, como o vice-presidente Mike Pence e os secretários de Estado e Defesa realizaram visitas aos países latino-americanos, buscando promover uma melhoria nas relações entre os EUA e a região, ao mesmo tempo em que enfatizavam o aspecto prejudicial de relacionar-se com a China. O país chegou a criar uma nova agência, a *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC), com o objetivo de fazer frente aos investimentos chineses (Alcívar, 2024), algo que é evidenciado pela própria agência:

[...] Ao combater a influência da China globalmente, ajudar as empresas americanas a acessar mercados de alto crescimento e lidar com ameaças antes que elas cheguem às fronteiras dos EUA, o DFC torna os Estados Unidos mais seguros, mais fortes e mais prósperos. A DFC faz parcerias com aliados e com o setor privado em projetos transformadores, oferecendo aos países em desenvolvimento alternativas financeiramente sólidas para iniciativas insustentáveis e dirigidas pelo Estado (U.S. International., 2024).²⁴

²³ No original: “This includes illuminating the PRC’s dual-use facilities, infrastructure projects, “safe city” initiatives, resource extraction, space domain access, and other areas that enhance its global reach, access, and influence.” (USSOUTHCOM, 2023, p. 9).

²⁴ No original: “By countering China’s influence globally, helping American businesses in accessing high-growth markets, and addressing threats before they reach U.S. borders, DFC makes America safer, stronger, and more prosperous. DFC partners with allies and the private sector on transformative projects, offering developing countries financially sound alternatives to unsustainable, state-directed initiatives” (U.S. International., 2024).

O caráter multifacetado da disputa entre EUA e China se evidencia no uso de táticas diversas, que vão além da guerra comercial, o evento que se tornou o símbolo dessa rivalidade. Como notamos, há um esforço que engloba a atuação do Estado e sociedade/mercado estadunidenses na busca pela contenção chinesa, evidenciado pelos documentos de Estratégia do USSOUTHCOM. Isso se manifesta também nos investimentos que o país realiza externamente, o que pudemos notar na análise dos IEDs americanos no Brasil. O aumento dos investimentos em *data centers*, a atuação no mercado de veículos elétricos, produção de energia renovável e exploração de minerais de particular interesse para a chamada “transição energética” não estão desconectados das preocupações expostas com a participação chinesa nestes mesmos setores na região. Todos esses aspectos revelam, como argumentam Biderbost, Carrasquero e Boscán (2023, p. 14, tradução nossa), como “O ambiente estratégico de rivalidade entre a China e os Estados Unidos [...] constantemente encontra ocasiões propícias para se encarnar no solo fértil da América Latina.”²⁵

Na próxima seção nos dedicaremos a analisar os IEDs chineses no Brasil, buscando compreender de que maneira a China tem atuado no país, quais setores têm sido priorizados ao longo dos anos e de que maneira isso pode se relacionar com a rivalidade corrente com os EUA.

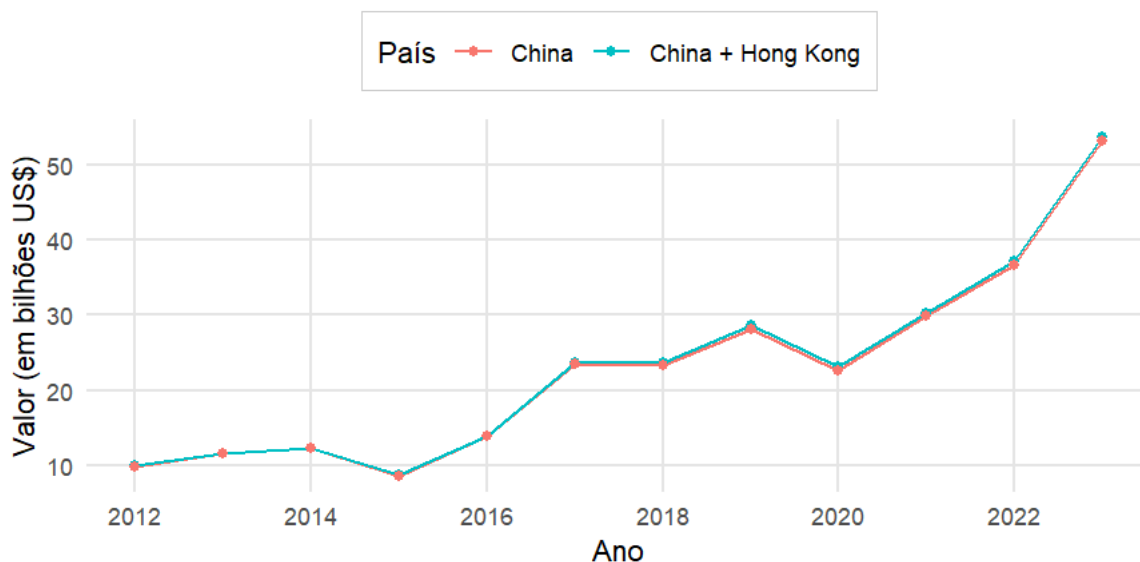
4.3 OS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS DA CHINA NO BRASIL

Como vimos nas seções anteriores, a China tem aumentado sua participação nos investimentos diretos no Brasil, aparecendo como quarto maior investidor externo no país. Em 2023 o país acumulou um total de US\$53 bilhões de investimentos no país segundo o critério de controlador final do BCB (2024). No Gráfico 29 podemos visualizar a trajetória dos investimentos ao longo deste período, o que nos permite constatar que o IED chinês tem crescido ao longo do tempo no Brasil, com poucos períodos de redução. No início da série histórica a China concentrou por volta de US\$9,8 bilhões de IED ao Brasil, valor que seguiu crescendo pouco a pouco até o ano de 2015, quando foi registrado o menor valor do período, pouco mais de US\$ 8 bilhões. Desde então, a partir de 2016 o IED chinês passa a aumentar significativamente, mantendo o estoque sempre acima da faixa dos US\$20 bilhões, atingindo o pico de US\$53 bilhões em estoque de IED em 2023. No **Gráfico 29** também incluímos os valores de IED oriundos de Hong Kong, mas, como é perceptível, a diferença dos dados é

²⁵ No original: El entorno estratégico de rivalidad entre China y Estados Unidos[...] encuentra permanentemente ocasiones propicias para encarnarse en la fértil tierra latinoamericana.” (Biderbost; Carrasquero; Boscán, 2023, p. 14).

relativamente pequena, o que nos indica que, no caso brasileiro, os investimentos chineses concentram-se na China continental.

Gráfico 28 – Montante de IED da China no Brasil (2012-2023)

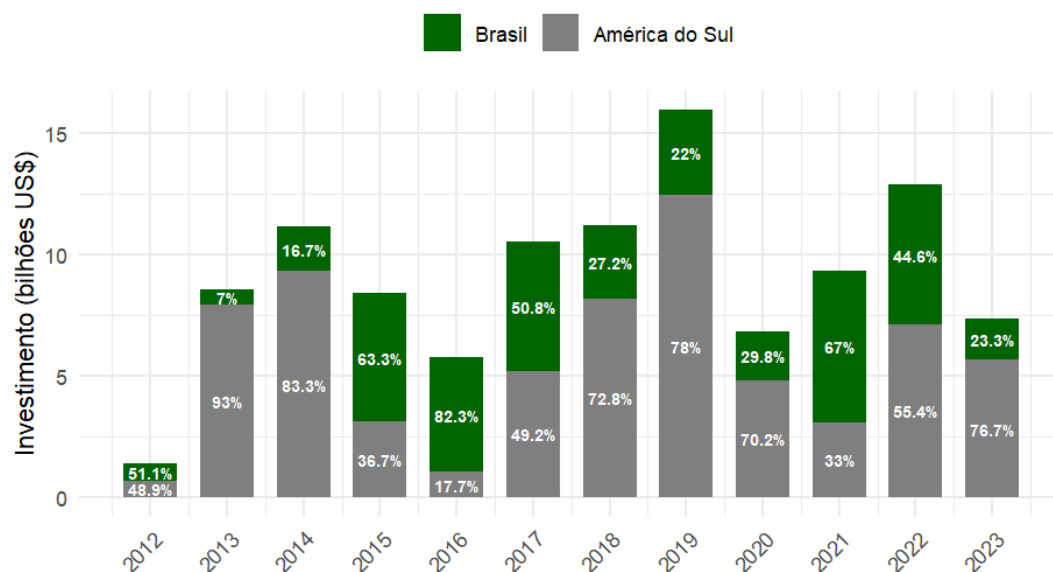


Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

É importante observarmos também a posição do Brasil comparada aos demais países da América do Sul. Para essa análise utilizamos os dados do Monitor do IED chinês na América Latina, elaborado pela Rede Acadêmica de América Latina e Caribe sobre China (REDALC-China). É necessário evidenciar que os dados do Monitor dizem respeito ao fluxo de IED chinês, e não ao estoque do investimento, como é realizado pelo BCB. Os dados de estoque se referem ao valor total acumulado durante todo o período, enquanto os fluxos de IED evidenciam uma dinâmica de curto prazo, da entrada e saída de investimentos no país, o que justifica a diferença nos valores apresentados pelas duas bases de dados utilizadas aqui.

A análise dos fluxos de IED chinês em direção ao Brasil e aos demais países da América do Sul evidenciam uma alternância tanto na quantidade de investimentos quanto na participação percentual do Brasil no total recebido. Há momentos em que a predominância do Brasil como polo receptor de investimentos é muito alta, como em 2015 e 2016, quando o Brasil respondeu por 63,2% e 81,9% do IED chinês na região, respectivamente. Por outro lado, como vemos no **Gráfico 30**, a participação do Brasil entre 2018 e 2020 sofreu uma queda considerável, permanecendo na faixa média de 25% de participação, o que significa que os demais países sul-americanos receberam mais investimentos proporcionalmente. Entre 2021 e 2023 o que se nota é um novo aumento da participação brasileira, mas com uma queda considerável em 2023.

Gráfico 29 – Participação percentual do Brasil no fluxo de IED chinês na América do Sul (2012-2023)



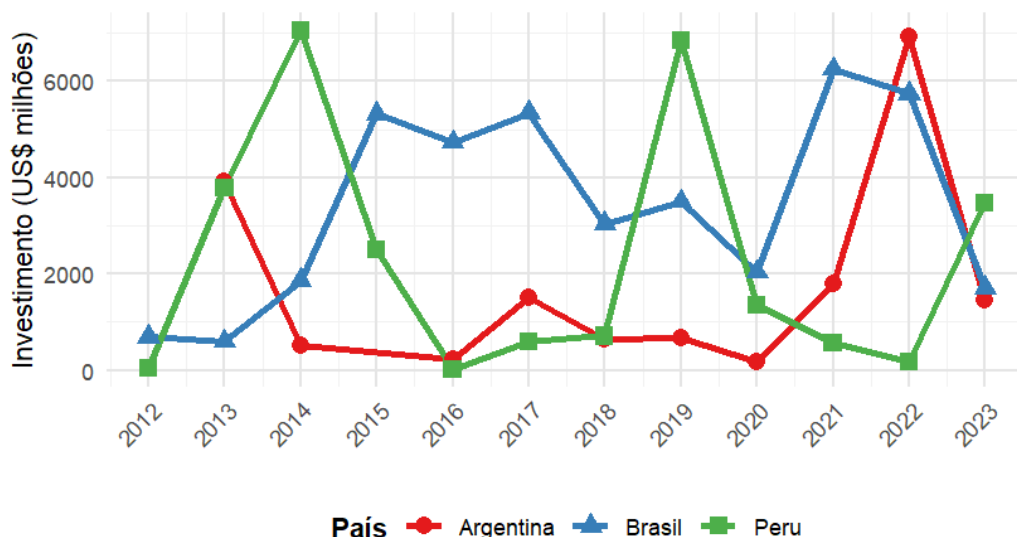
Fonte: REDALC-China (2024)

Apesar das flutuações, o Brasil permanece como o principal destino do IED chinês na região, mas há uma participação crescente de demais países. O **Gráfico 31** corrobora essa tendência ao comparar o fluxo de IED ao longo do período entre o Brasil, Peru e Argentina, os três maiores receptores de IED chinês na região. É possível verificar como o Peru apresenta picos de investimentos chineses, notadamente nos anos de 2014 e 2019, com uma nova onda de crescimento em 2023. Estes anos são marcados pelos maiores investimentos chineses feitos no país, ligados ao setor de mineração e energia: a compra da *Glencore Xstrata Peru* em 2014, que operava o projeto de mineração de cobre nas minas de Las Bambas, investimento de US\$5,85 bilhões; a aquisição da distribuidora de energia *Luz del Sur* em 2019 pelo valor de US\$3,59 bilhões e compra da Enel Perú em 2023, outra distribuidora de energia, no valor de US\$ 2,9 bilhões (REDALC-China, 2024).

Por outro lado, a Argentina possui uma trajetória mais estável de crescimento, com um pico em 2022, seguido por uma queda considerável no ano seguinte. Os investimentos dos chineses na Argentina concentram-se no setor de mineração, especialmente de lítio, tendo como exemplo o projeto da mineradora chinesa *Tibet Summit Resources*, no valor de US\$1,5 bilhão em 2022 (REDALC-China, 2024). Já o Brasil passa por uma fase de expansão a partir de 2013, seguido por quedas até o ano de 2020, quando ocorre uma expansão dos investimentos chineses em 2021 e uma posterior queda acentuada em 2023. Em que pese a alternância, como argumentam Ramos, Costa e Gaio (2023, p. 37, tradução nossa): “o Brasil é o parceiro econômico e político mais importante da China na América do Sul, além de ser um participante

importante no grupo BRICS de economias emergentes, no qual a China está desempenhando um papel cada vez mais importante.”²⁶

Gráfico 30 – Variação temporal do IED chinês na América do Sul: três principais países receptores

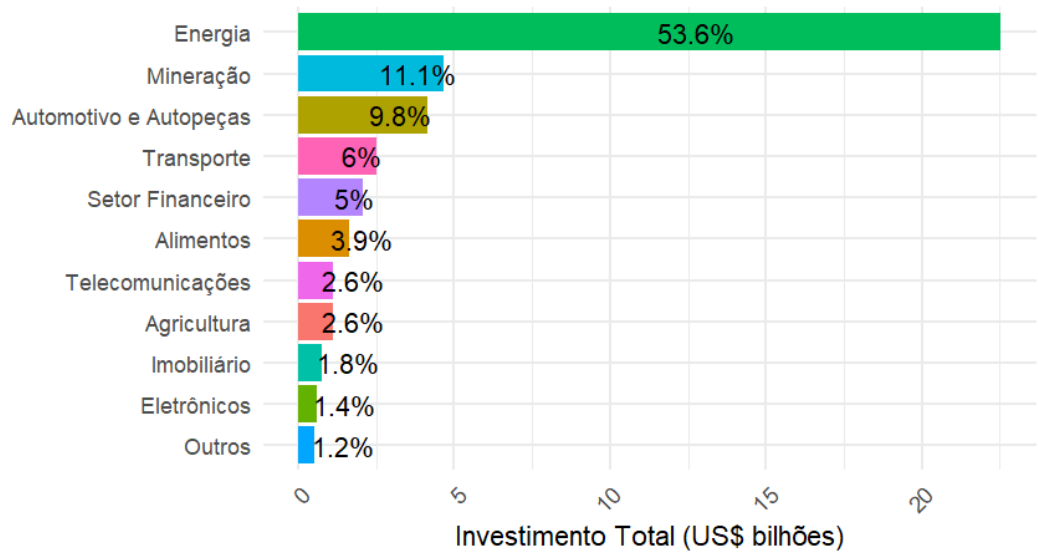


Fonte: elaboração própria com base em REDALC-China (2024)

Com relação aos setores de destino do IED chinês, a REDALC-China (2024) os organiza as em 15 categorias agregadas: “Energia”, “Mineração”, “Automotivo e Autopeças”, “Transporte”, “Setor Financeiro”, “Alimentos”, “Telecomunicações”, “Agricultura”, “Imobiliário”, “Eletrônicos”, “Construção”, “Maquinário”, “Manufatura”, “Turismo” e “Outros”. A fim de proporcionar uma melhor leitura das informações, agregamos os dados de todas as categorias que reuniram menos de 1% do fluxo total de IED chinês no país na categoria “Outros”, restando os outros dez setores que mais receberam investimentos chineses entre 2012 e 2023 no Brasil, como podemos visualizar no **Gráfico 32**. O que podemos notar é a alta concentração dos investimentos chineses em setores estratégicos da economia brasileira, visto que as categorias de “Energia” e “Mineração” respondem por 64,7% de todo fluxo de IED chinês no país, com predominância do setor de “Energia”, com 53,6% e a “Mineração” com 11,1% do fluxo recebido entre 2012 e 2023. Em seguida aparecem os setores de “Automotivo e Autopeças”, “Transporte” e “Setor Financeiro”, que juntos correspondem a 20,8% dos investimentos chineses no país.

²⁶ No original: “Brasil es el socio económico y político más importante de China en Sudamérica, así como un participante clave en el grupo de economías emergentes, BRICS, donde China desempeña un papel cada vez más relevante.” (Ramos; Costa; Gaio, 2023, p. 37)

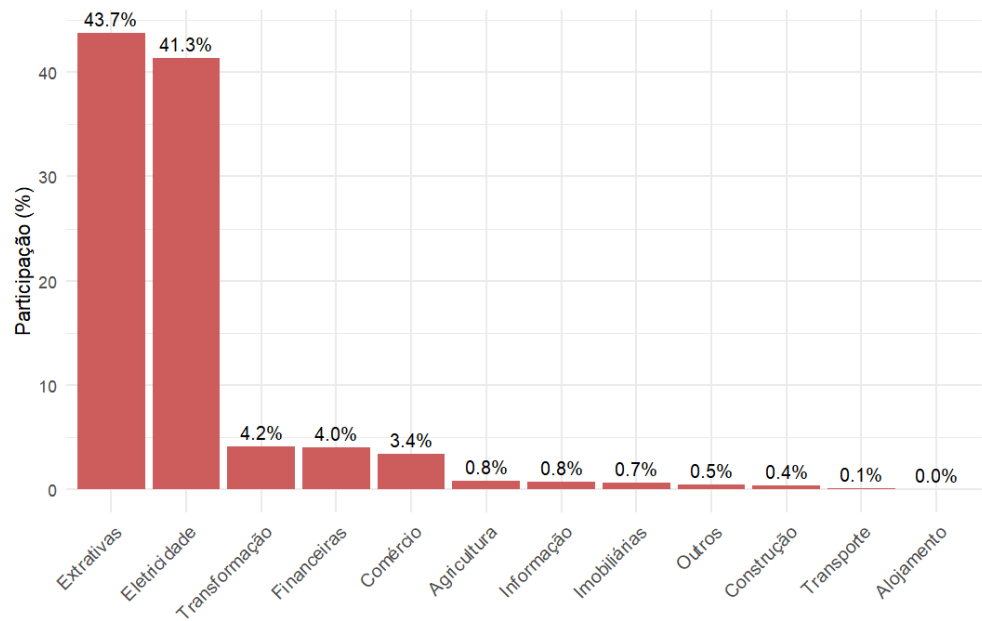
Gráfico 31 – IED chinês no Brasil: participação percentual por setor (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em REDALC-China (2024)

Já com relação aos dados do BCB (2024), exibidos no **Gráfico 33**, verificamos que os setores com maiores investimentos chineses são os de “Eletricidade” e “Indústrias Extrativas”, que representam 43,7% e 41,3% do estoque de IED chinês destinado ao Brasil no período analisado. Os dois setores correspondem aos de “Energia” e “Mineração” nas categorias da REDALC-China, e podemos perceber que, de acordo com os números do BCB (2024), há uma proximidade maior entre os números dos dois principais setores, além de uma concentração maior do IED em ambos, que respondem por mais de 80% dos investimentos chineses no país, ainda que as duas fontes tragam informações distintas: uma sobre o fluxo e outra sobre o estoque.

Gráfico 32 – Composição percentual do IED da China no Brasil (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Em seguida aparecem os setores de “Indústrias de Transformação”, “Atividades Financeiras” e “Comércio”, que juntas acumulam 11,6% do estoque de investimento chinês entre 2012 e 2023. Isso demonstra o alto grau de concentração do IED chinês no país, centralizado em dois setores preponderantes. Diferentemente dos EUA, a China não possui tantas empresas atuantes no Brasil, embora apresente valores crescentes. Entre 2010 e 2020 a China saiu de 126 empresas atuantes no país para 239, valor que representa cerca de 1,5% do número total de empresas estrangeiras que investem no Brasil. Se considerarmos os valores referentes a China e Hong Kong, temos inicialmente 165 empresas em 2010 e 344 ao fim do período, o que corresponde a 2% do total, valor ainda bem abaixo dos EUA e de outras potências tradicionais, como Alemanha, Reino Unido, França e até mesmo de parceiros regionais do Brasil, como o Uruguai (BCB, 2024).

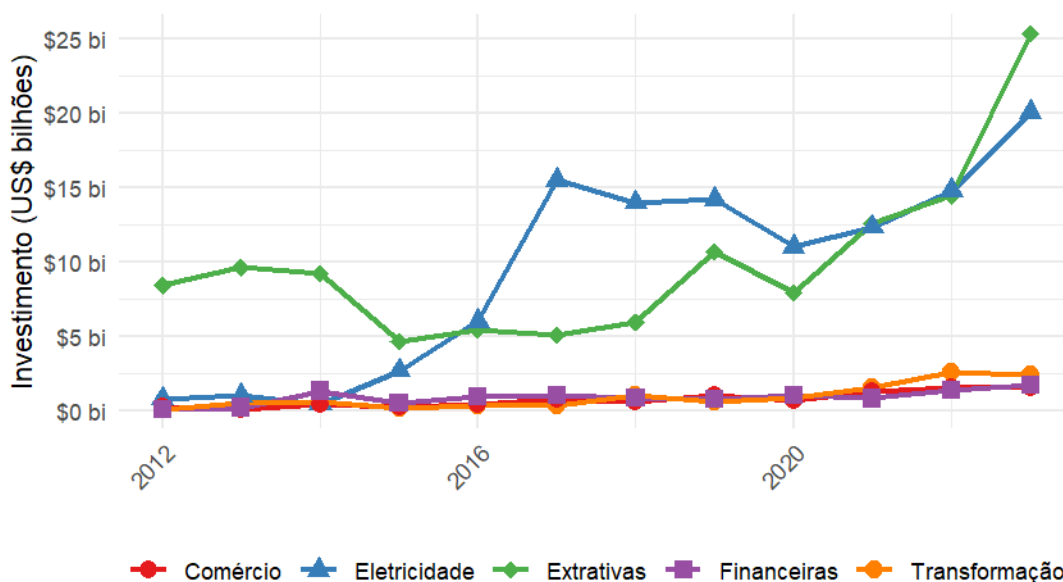
A entrada dos capitais chineses no setor de construção e infraestrutura energética no país pode ser atribuída a uma conjunção de fatores, como a instabilidade político-institucional brasileira a partir de 2015 e a estratégia chinesa “*Going Global*”. O desencadeamento da crise brasileira pela Operação Lava-Jato fragilizou muitas empresas do país, especialmente as do setor de infraestrutura, abrindo um espaço para atuação do capital estrangeiro, interessado em adquirir ativos a preços depreciados e disposto a assumir os riscos de comprar os patrimônios ofertados pelas empresas brasileiras (Menezes; Bragatti, 2020; Søndergaard; Barros-Platiau; Park, 2022; Ramos; Costa; Gaio, 2023). A crise econômica serviu como catalisador de um processo que provavelmente já ocorreria, devido a uma demanda de investimentos por parte do setor de infraestrutura brasileiro e a necessidade de adquirir capacidades técnicas ausentes nas empresas nacionais. Esse tipo de convergência já era evidenciado no período anterior à recessão brasileira, quando a então presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping enfatizaram a cooperação entre os dois países nos setores de infraestrutura elétrica, projetos de mineração e construção de ferrovias, entendidos como setores estratégicos e de interesse mútuo de ambos os países (Søndergaard; Barros-Platiau; Park, 2022).

Apesar do cenário instável, o capital chinês fluiu para o Brasil em virtude do que muitos autores atribuem como uma maior “paciência” e tolerância ao risco do que os de demais países. A realização de *joint-ventures* e outros tipos de investimento *brownfield*, no entanto, são uma evidência de uma certa cautela dos chineses num primeiro momento, oriunda do próprio cenário de crise, mas também por barreiras institucionais de entrada. Além disso, esse tipo de investimento permite um ingresso rápido no mercado brasileiro, além de evitar o grau de opinião pública contrária associada a novos investimentos, tais como controvérsias políticas,

preocupações ambientais e sociais. A liberalização econômica posta em prática pelo governo Michel Temer também criou oportunidades para as empresas chinesas, interessadas num retorno de longo prazo oriundo dos investimentos em concessões públicas (Menezes; Bragatti, 2020; Søndergaard; Barros-Platiau; Park, 2022).

Para além disso, a trajetória não parece apontar para uma diversificação significativa dos investimentos chineses no Brasil, visto que os setores de “Eletricidade e Gás” e “Indústrias Extrativas” seguiram em trajetória de crescimento. Como se nota no **Gráfico 34**, entre 2012 e 2015 os investimentos chineses contavam com uma distribuição mais equilibrada e diversificada entre setores, com uma participação maior das “Indústrias Extrativas”, mas com os demais setores apresentando valores semelhantes. O cenário se modifica a partir de 2016, quando o setor de “Eletricidade e Gás” passa a receber maiores investimentos, atingindo o pico de US\$15 bilhões em 2017, consolidando o cenário de predomínio dos dois setores que ocorre desde então. A mudança mais recente é um aumento significativo do setor extrativo, que volta a estar à frente do setor energético a partir de 2022. Durante esse mesmo período os demais setores também receberam maiores investimentos, com as indústrias de transformação se destacando um pouco mais do que os outros, mas num grau muito abaixo dos dois primeiros setores dominantes.

Gráfico 33 – Evolução dos principais setores de IED da China no Brasil (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

Essa concentração se reflete também no cenário de atuação das empresas chinesas no país. Como verificamos nos dados da REDALC-China (2024), dentre as dez principais empresas chinesas investidoras no Brasil somente três não integram os setores de energia e

mineração, como se vê na **Tabela 6**. Dentre os maiores investimentos realizados pelo capital chinês no período considerado destacam-se a compra, em 2015, das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira pela China Three Gorges Corporation (CTG) pelo valor de US\$4,2 bilhões; aquisição de projetos da Canadian Solar por parte da State Power Investment Corporation Limited (SPIC) pelo valor de US\$3,8 bilhões em 2022; aquisição da CPFL Energia pela State Grid Corporation of China (SGCC) no valor de US\$2,3 bilhões em 2016; compra de uma hidrelétrica da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) pela quantia de US\$2,2 bilhões em 2017 e investimentos de US\$2,1 bilhões em projetos de mineração da empresa Sul Americana de Metais (SAM), subsidiária da chinesa Honbridge Holdings Ltd., adquirida em 2010 por US\$390 milhões (REDALC-China, 2024).

Tabela 6 – Top 10 empresas chinesas investidoras no Brasil (2012-2023)

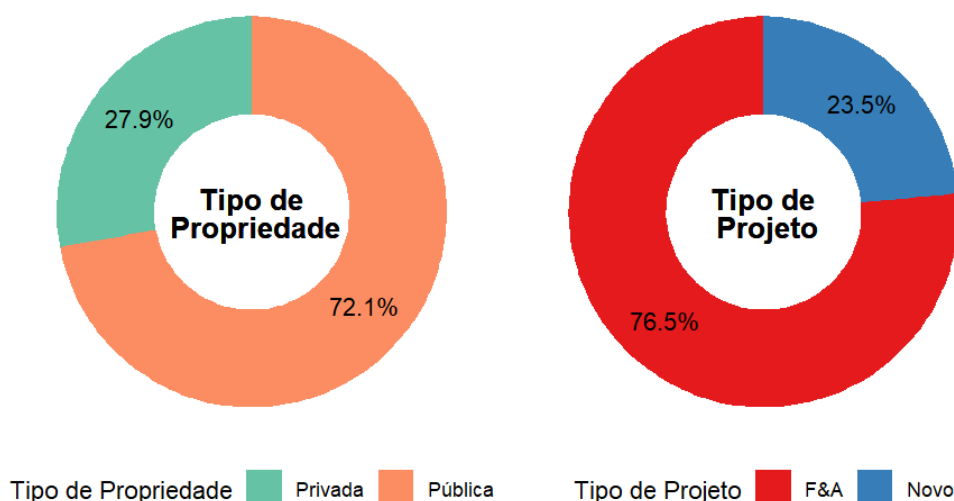
Empresa investidora	Setor	Propriedade	Investimento Total (US\$ milhões)	Empregos gerados	Projetos
State Power Investment Corporation Limited (SPIC)	Energia	Pública	7703,5	1501	4
China Three Gorges Corporation (CTG)	Energia	Pública	4830	5347	3
China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)	Energia	Pública	3800	2670	2
State Grid Corporation of China (SGCC)	Energia	Pública	3356	6501	3
Great Wall Motor Company Limited (GWM)	Automotriz e Autopartes	Privada	2575	4000	2
Honbridge Holdings Ltd	Mineração	Privada	2100	1200	1
China General Nuclear Power Group (CGN)	Energia	Pública	2076	647	3
China Molybdenum	Mineração	Pública	1687	5000	1
China Communications Construction Company (CCCC)	Transportes	Pública	1187,21	13198	5
CITIC Agri Fund Management Co., Ltd.	Agricultura	Pública	1100	1500	1

Fonte: elaborado com base em REDALC-China (2024)

Os dados referentes à atuação das empresas chinesas nos chamam atenção para outros dois aspectos: o tipo de investimento realizado e a propriedade das empresas investidoras. Somente com base nas informações da Tabela 6 notamos que existe uma preponderância das empresas de propriedade pública, além de quatro dos cinco maiores investimentos feitos no país serem de fusões e aquisições (F&A). Percebemos que isso reflete o cenário geral do IED chinês no Brasil, pois ao considerar o valor das transações a maior parcela do investimento é oriundo das empresas estatais, com grande parte dos investimentos se tratando de F&A. O **Gráfico 35** nos mostra que entre 2012 e 2023, 72,1% do IED chinês foi oriundo de empresas públicas, ao passo que 76,5% do valor das transações realizadas foi destinado a F&A, o que indica que

grande parte do investimento chinês no país está concentrado na aquisição de outras empresas, ao invés do estabelecimento de novos empreendimentos.

Gráfico 34 – Participação percentual do tipo de propriedade e projeto do IED chinês no Brasil (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em REDALC-China (2024)

Como evidenciam Søndergaard, Barros-Platiau e Park (2022), o IED chinês é muito influenciado por fatores que extrapolam as razões de mercado, o que é tornado claro pela preponderância das empresas públicas chinesas neste processo. As estatais atuam com uma razão dupla: pela lógica do mercado, buscando auferir lucros, mas também tem como direção os objetivos estratégicos do país. Isso justifica o investimento concentrado nas áreas de energia e o interesse na construção de infraestrutura de transportes, o que se alinha com a estratégia de médio e longo prazo do país, buscando maior eficiência nos meios de transporte para o escoamento dos produtos exportados pelo Brasil, como grãos e recursos naturais (Rippel, Medeiros, 2024). Liang (2019) caracteriza ainda essa conduta chinesa como um caso de *economic statecraft*, uma estratégia na qual um Estado opera na economia para atingir objetivos estratégicos, seja por meio do comércio, ajuda externa, financiamentos ou investimentos. O autor identifica que a China buscou alterar sua estratégia para a América Latina após o período de *boom* das commodities, buscando tornar as relações mais equilibradas e menos controversas, aumentando a sua influência econômica com a expansão dos investimentos, visto que a participação do comércio era a mais preponderante.

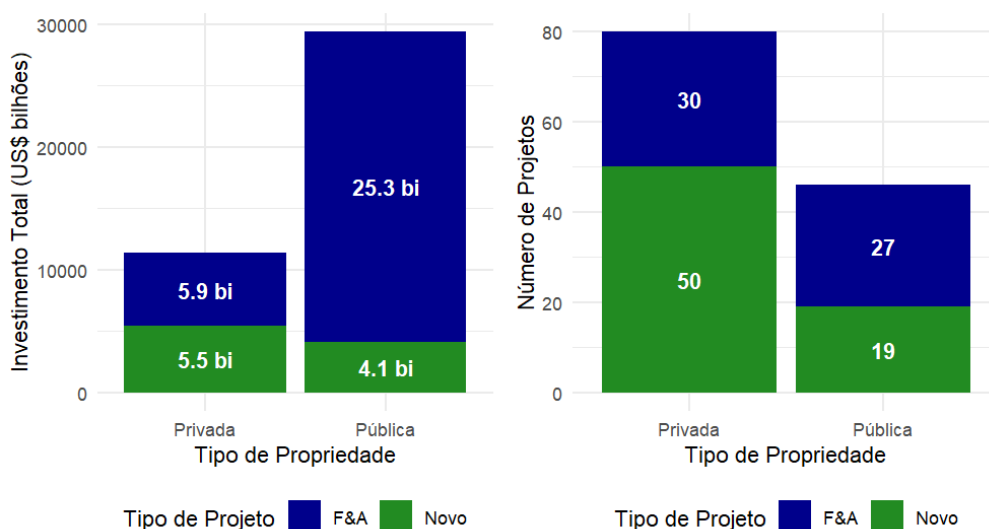
Além disso, as estatais chinesas possuem acesso a crédito mais facilitado junto às instituições financeiras do país, o que lhes garante vantagens competitivas e a capacidade de investir quantias expressivas em diversos projetos. Como um exemplo dessa atuação das estatais chinesas estão as linhas de crédito fornecidas à Petrobrás a partir de 2015, que serviu de auxílio à estatal brasileira no período de crise, mas também consolidou uma parceria em projetos de exploração entre a *China Petroleum and Chemical Corporation* (CNPC), *China*

National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a petroleira brasileira (Søndergaard; Barros-Plataiu; Park, 2022), atingindo os interesses de fornecimento de recursos vitais ao país:

Essencialmente, o Estado chinês busca assegurar fontes de suprimento de energia e alimentos por meio da internacionalização de suas empresas via aquisições nesses dois setores e, assim, garantir tanto o processo de crescimento e expansão de sua economia quanto atender às necessidades alimentares de sua população. (Menezes; Bragatti, 2020, p. 450, tradução nossa).²⁷

Por outro lado, ao considerarmos o número de projetos e a trajetória do investimento chinês ao longo dos anos notamos algumas nuances com relação ao que é visto na distribuição geral, tal qual exibida no Gráfico 34, o que também nos permite visualizar algumas mudanças de tendências no período. Primeiramente, ao levar em conta o número de projetos realizados ou anunciados pelas empresas chinesas, verificamos no **Gráfico 36** que dos 126 totais, 80 foram realizados por empresas privadas, com 50 deles sendo de novos projetos. As empresas estatais foram responsáveis por 46 projetos, com 19 deles destinados a novos empreendimentos. Portanto, 69 dos 126 projetos foram de investimentos *greenfield*, o que representa mais de 54% do total.

Gráfico 35 – Projetos de IED chinês no Brasil: Investimento Total x Número de Projetos



Fonte: elaboração própria com base em REDALC-China (2024)

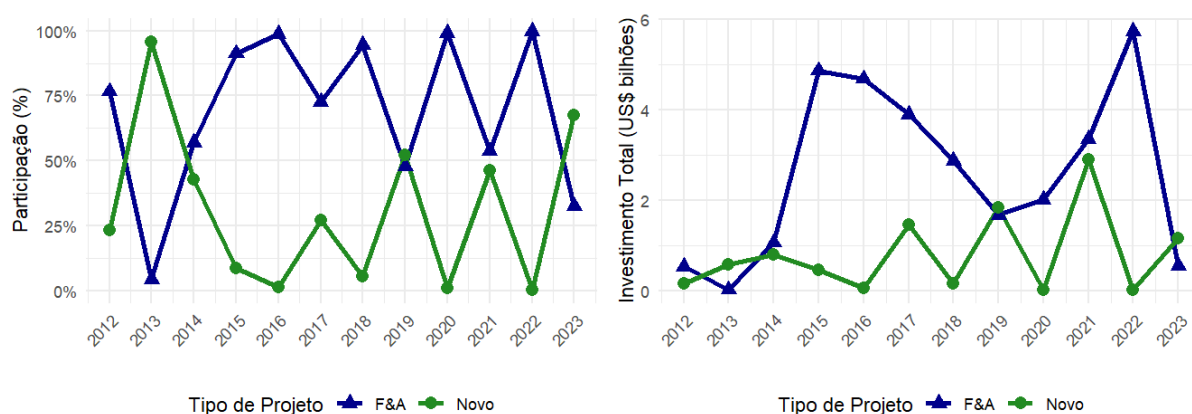
O cenário se inverte quando visualizamos os valores destinados a cada tipo de projeto: em F&A foram investidos US\$ 31,2 bilhões, com US\$ 25,3 bilhões aportados apenas por empresas estatais, enquanto os novos investimentos receberam US\$ 9,6 bilhões, com US\$ 5,5 bilhões investidos pelo capital privado chinês. Vê-se, dessa forma, que embora os maiores

²⁷ No original: “Essentially, the Chinese State seeks to secure sources of energy and food supplies through the internationalization of its enterprises via acquisitions in these two sectors and thus ensure both the process of growth and expansion of its economy and meet the food needs of its population.” (Menezes; Bragatti, 2020, p. 450)

valores do IED chinês sejam destinados às F&A e se origemem de empresas públicas, são as empresas privadas do país asiático que realizam a maioria dos projetos, com os investimentos *greenfield* correspondendo à maior parte dos projetos realizados ou anunciados por Pequim no Brasil.

No Gráfico 37 também podemos visualizar que os investimentos chineses em F&A iniciam a rota de crescimento a partir de 2014 e permanecem representando mais da metade do valor do IED chinês no país até o ano de 2019, quando os novos investimentos as superam ligeiramente. Além disso, é interessante notar que após o crescimento acentuado das F&A, e mesmo elas representando a maior parte do IED chinês no país, a trajetória desse tipo de investimentos é descendente entre 2015 e 2019.

Gráfico 36 – Trajetória do IED chinês no Brasil: valores percentuais x valores absolutos (2012-2023)



Fonte: elaboração própria com base em REDALC-China (2024)

Por outro lado, apesar de representarem a menor parcela dos valores de investimentos da China no Brasil, os investimentos *greenfield* seguiram uma trajetória mais estável e apresentaram uma tendência de crescimento a partir de 2023, chegando a proporcionar valores absolutos e participação percentual maiores que os das F&A – algo que não ocorria desde 2019. Isso é um indicativo de que possa estar ocorrendo uma mudança do perfil dos investimentos chineses no país, com um foco maior nas chamadas “novas infraestruturas”, uma tendência visualizada nos investimentos chineses a nível mundial, no qual os valores dos projetos tornam-se menores, mas voltados principalmente a novas iniciativas centradas nas áreas de energias renováveis, veículos elétricos, TIC, infraestrutura urbana e indústrias de ponta, algo que se alinha com os próprios planos de desenvolvimento econômico do país (Cariello, 2024).

O quadro geral dos investimentos *greenfield* da China no Brasil evidencia que grande parte deles foram tocados por empresas privadas e, em sua maioria, focados em setores não estratégicos, o que nos indica que o capital chinês possui uma estratégia que combina duas

atuações distintas, mas complementares: as empresas privadas são responsáveis por desenvolver o maior número de projetos, com valores mais “modestos” e centrados nos setores de serviços e indústria, enquanto as empresas estatais concentram-se em basicamente dois setores, os de mineração e energia, com poucos projetos executados, mas de valores elevados. No entanto, como verificamos na **Tabela 7**, os últimos anúncios de investimento *greenfield* da China no Brasil apontam para uma ligeira mudança desse cenário: 4 dos 12 projetos anunciados são liderados por empresas públicas, focados nos setores financeiro, de energia e mineração, totalizando US\$834,6 milhões e 3.172 empregos estimados. Os 8 projetos restantes são de responsabilidade de empresas privadas, totalizando US\$3,2 bilhões, 6.165 vagas de emprego estimadas e distribuídos entre os setores de eletrônicos, telecomunicações, indústria automotriz e mineração. Ou seja, dentre os últimos anúncios de novos investimentos chineses, o setor privado lidera não somente o número de projetos, mas também os postos de trabalho estimados e o valor investido. Com relação a este último aspecto destaca-se o projeto da *Honbridge Holdings* e seu anúncio de US\$2,1 bilhões na exploração de minério de ferro em Minas Gerais (Goitia, 2024), um setor até então dominado pela atuação das empresas estatais chinesas.

Tabela 7 – Investimentos greenfield da China no Brasil (2020-2023)

Ano	Empresa Investidora	Setor	Empregos Estimados	Investimento Total (US\$ milhões)	Tipo de empresa
2020	Xuzhou Construction Machinery Company (XCMG)	Setor Financeiro	424	14,8	Pública
2020	BYD Company	Automotriz e Autopartes	100	2,7	Privada
2020	Hainan Shennong Technology	Eletrônicos	215	2,0	Privada
2021	Honbridge Holdings Ltd.	Mineração	1200	2100	Privada
2021	China General Nuclear Power Group (CGN)	Energia	400	416	Pública
2021	China Communications Construction Company (CCCC)	Mineração	248	375	Pública
2021	Huawei Technologies	Telecomunicações	-	6,7	Privada
2022	Higer Bus Company	Automotriz e Autopartes	-	10	Privada
2023	Huawei Technologies	Telecomunicações	-	800	Privada
2023	Zhejiang Geely Holding Group	Automotriz e Autopartes	4300	290	Privada
2023	Sinoma Wind Power Blade	Energia	2100	28,8	Pública

2023	Goldwing Science&Technology	Energia	600	18,2	Pública
2023	Yangtze Optical Fiber and Cable	Telecomunicações	350	14,9	Privada

Fonte: elaborado com base em REDALC-China (2024)

Estes dados parecem indicar o início de uma mudança no perfil do IED chinês no Brasil, com as empresas privadas aumentando a sua participação e com uma diversificação de setores crescentes. Menezes e Bragatti (2020) já aventavam essa possibilidade ao prospectar uma espécie de estratégia “*Going Global 2.0*” por parte de uma China em busca de novos mercados, novas tecnologias e elevação de sua influência em setores diversos, como automotivo, telecomunicações, financeiro e industrial. Quando nos voltamos para a documentação oficial publicada por Pequim podemos compreender que tal diversificação faz parte de uma estratégia ampla pensada para a América Latina, exposta no segundo *policy paper* da China sobre a América Latina e o Caribe. O documento foi divulgado em 2016, oito anos após o lançamento do primeiro *policy paper*, e tem como objetivos abordar a experiência adquirida na relação entre o gigante asiático e a região, traçar diretrizes para o futuro do relacionamento, divulgar informações sobre novos projetos e iniciativas da China para a região e executar um plano de cooperação abrangente. (China, 2016).

De fato, o *policy paper* de 2016 aborda uma ampla gama de setores como de interesse para o desenvolvimento da cooperação sino-latino-americana e caribenha, e utiliza como ponto de partida cinco princípios: confiança mútua, cooperação ganha-ganha no campo econômico, aprendizado cultural mútuo, coordenação em assuntos internacionais e reforço mútuo nas relações regionais e bilaterais com a China, exigindo como base a defesa da política de China única para o estabelecimento de qualquer tipo de relação. Isso é particularmente importante para a China, e exhibe um interesse estratégico do país na região, que é o de avançar a reunificação do país, cessando o reconhecimento e apoio internacionais a Taiwan. A região latino-americana é a que possui a maior quantidade de países que mantém relações oficiais com Taipei e prosseguem com o reconhecimento oficial à ilha ao invés da República Popular – um reflexo também da influência hemisférica estadunidense –, sendo o exemplo do Paraguai, talvez, o de maior expressão (Biderbost; Carrasquero; Boscán, 2023; Rodrigues, 2020).

O documento ainda inclui como pontos de interesse tratativas acerca de soberania estatal, integridade territorial, estabilidade e desenvolvimento. Como pontos de destaque de novos projetos há o “Programa de Cooperação Pragmática 1 + 3 + 6”, que utiliza o Plano de Cooperação China-América Latina e Caribe (2015-2019) como diretriz e elenca três áreas como

suas “forças motrizes”: comércio, investimento e finanças. São destacadas seis áreas prioritárias para a cooperação: energia e recursos; construção de infraestrutura; agricultura; manufatura; ciência e inovação tecnológica; tecnologia da informação. Por fim, o programa propõe um modelo de cooperação visando ampliar a capacidade cooperativa, chamado de “modelo 3x3”, no qual se buscaria a construção de logística, eletricidade e informação, com a promoção de relações entre empresas, sociedade e governo e a expansão de três canais de financiamento: fundos, empréstimos e seguradoras (China, 2016).

Com relação às áreas de cooperação, o documento elenca todas as áreas nas quais a China buscará fortalecer sua atuação regional, com foco em cooperação no âmbito político, econômico, social, cultural, em âmbito internacional, paz e segurança, assuntos jurídicos e cooperação trilateral. Especificamente com relação ao setor econômico notamos a abrangência de áreas visadas: comércio; investimento industrial; cooperação financeira, visando acordos de uso de moedas locais; energia e recursos, com o objetivo de estabelecer mecanismos de longo prazo para o fornecimento de matérias-primas e recursos energéticos; cooperação em infraestrutura, destacando a vontade de participação ativa em parcerias público-privadas (PPP); cooperação em agricultura, ciência, tecnologia e indústria espacial (China, 2016). Como argumentado por Rodrigues (2020), o *policy paper* de 2016 funciona como um marco para um ciclo de relacionamento mais intenso – e acrescentamos, abrangente – entre a China e os países latino-americanos e caribenhos.

O documento não chega a abordar explicitamente a rivalidade com os EUA, mas estão expostas visões do país acerca do sistema internacional, que expõem a sua perspectiva como grande potência global. É recorrente a menção ao apoio à multipolarização do sistema internacional e à cooperação sul-sul com a região, além da defesa, em alguns trechos, da democratização das instituições globais, com o aumento da representação dos países em desenvolvimento, reforma da governança global, promoção do sistema multilateral de comércio e defesa do direito internacional e das instituições multilaterais para colaboração em assuntos de interesse comum. Talvez o comentário mais “evidente” acerca da competição com os EUA e a relação com a América Latina esteja no momento em que há a referência à cooperação trilateral, no qual a China estaria disposta a desenvolver uma agenda de cooperação com países terceiros, externos à região, em conjunto com a América Latina:

A China está pronta para realizar a cooperação trilateral para o desenvolvimento nos países da América Latina e do Caribe com países relevantes de fora da região e organizações internacionais, **sob a premissa de que essa cooperação seja proposta,**

acordada e dominada pelos países da região. (China, 2016, p. 5, tradução nossa, grifo nosso)²⁸

É compreensível a ausência de uma menção explícita à situação de rivalidade, em virtude do momento em que o documento foi divulgado, visto que o grau de desentendimento ainda não havia se elevado como durante a administração Trump. Nota-se também uma diferença da abordagem chinesa e estadunidense para a América Latina. Como notamos, os documentos estadunidenses tratam a competição de maneira aberta e evidenciam a necessidade de contenção dos seus inimigos externos, aludindo principalmente a valores compartilhados, como a democracia e direitos humanos, concentrando a atuação pela via da segurança (Krivoláfov; Stepánova, 2020). Tardiamente os EUA passaram a tentar fazer frente aos projetos econômicos chineses, como a iniciativa do DFC, da *Blue Dot Network* – criada em 2019 como uma tentativa de EUA, Reino Unido, Japão e Austrália barrarem o avanço da NRS – além do projeto *Build Back Better World Partnership*, proposta pelo presidente Biden na reunião do G7 em 2021, como uma iniciativa global em conjunto com o projeto europeu *Global Gateway* para também competir com a iniciativa chinesa da Rota da Seda. No entanto, esses projetos não contaram com a mesma disponibilidade de recursos como os da China, em virtude de um histórico de recusa do Congresso dos EUA em destinar grandes quantias à ajuda externa (Sokov, 2023; Prevost, 2024).

A China, por outro lado, adota uma postura de destacar os interesses comuns e evitar controvérsias. Há um apelo à cooperação sul-sul, à agenda do desenvolvimento econômico, reforma das instituições e redução da pobreza, todas pautas tratadas como essenciais por praticamente qualquer país latino-americano. E o mais importante de tudo, para além da retórica propícia, existe a atuação prática na execução de investimentos e fornecimento de créditos, sem a incorporação de condicionalidades políticas – exceto a adoção da política de China única – e tampouco a promoção de uma agenda específica (Rodrigues, 2020), o que agrada as lideranças dos mais diferentes espectros políticos. Enquanto a China apresenta um plano estruturado e abrangente para a região, os EUA parecem não possuir o mesmo. O que ocorre é uma interação conduzida por questões da política interna estadunidense, como a questão migratória, que faz com que o governo dos EUA busque atuar junto a países caribenhos, centro-americanos e com o México, a fim de controlar o fluxo de migrantes; ou questões políticas com Cuba, Venezuela e Nicarágua, que também refletem um apelo do eleitorado interno do país. Apesar do consenso

²⁸ No original: “China is ready to carry out trilateral development cooperation in Latin American and Caribbean countries with relevant countries outside the region and international organizations under the premise that such cooperation is proposed, agreed upon and dominated by countries in the region.” (China, 2016, p. 5)

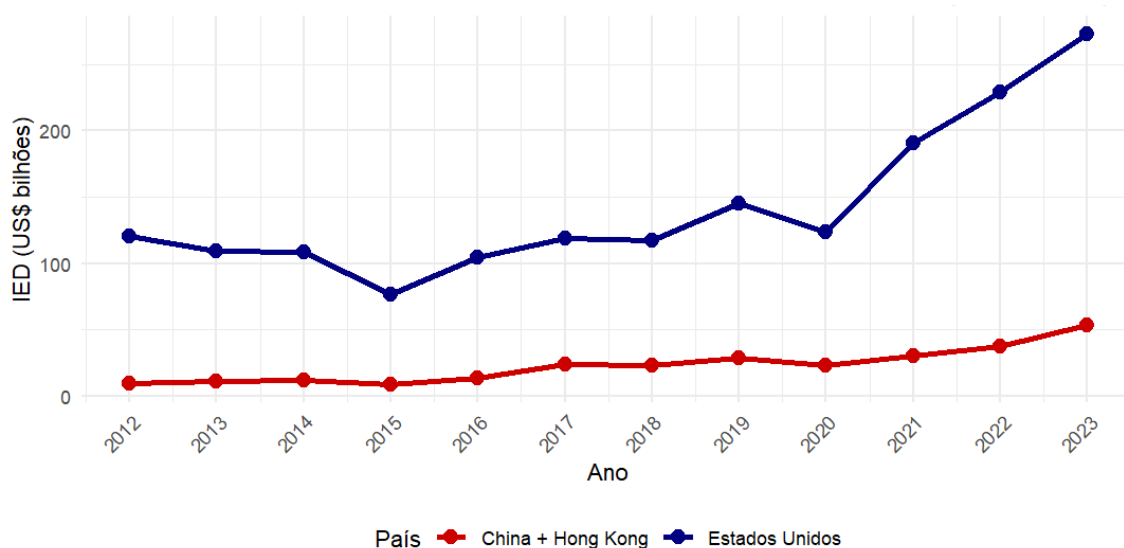
bipartidário da necessidade de conter a China, o *establishment* político estadunidense tem sido incapaz de apresentar uma estratégia coerente para a América Latina capaz de lograr este objetivo (Jisi, 2024; Prevost, 2024).

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO 3

Pudemos compreender, neste capítulo, que os investimentos externos são um dos elementos a serem considerados na avaliação da disputa entre potências. A exportação de capitais é um indicativo do poder e influência globais de um país, do seu dinamismo e desenvolvimento econômico, bem como permite identificar os principais concorrentes e suas zonas de disputa na esfera internacional, como nos expõe Ornelas (1995; 2018). Neste aspecto, os EUA e a China aparecem como grandes investidores internacionais – o primeiro como o maior investidor global, e o segundo como um país em franca expansão de sua participação global – e protagonistas de uma competição hegemônica no nosso século. Tal dinâmica competitiva se reflete na América Latina como um todo e também é observada no nosso caso específico de análise, o Brasil.

Vimos que os EUA permanecem consolidados como os maiores investidores externo no país, acumulando um valor total de cerca de US\$272 bilhões de estoque de IED em 2023, um recorde dentro da série histórica analisada. A China, por outro lado, desponta como um importante país investidor, mas com valores muito abaixo dos EUA e de outras potências europeias, figurando como o quarto principal país investidor no Brasil, com um estoque de IED de aproximadamente US\$53 bilhões.

Gráfico 37 – Evolução do IED da China e dos EUA no Brasil (2012-2024)



Fonte: elaboração própria com base em BCB (2024)

O **Gráfico 38** exibe a evolução do IED chinês e estadunidense no período de 2012 a 2023 e nos possibilita visualizar essas informações. Para além da diferença entre valores já explicitada, a trajetória do IED de ambos os países também é distinta, com os EUA apresentando um crescimento de seu estoque de investimento em mais de 120% na comparação entre os valores inicial e final da série – US\$ 120 bilhões e US\$272 bilhões, respectivamente. Além disso, notamos uma maior volatilidade nos investimentos americanos no Brasil, que se alternam entre momentos de expansão e queda, como as expressivas reduções em 2015 e 2020. Por outro lado, os investimentos chineses, apesar de mais modestos, apresentam um curso mais estável e crescente, favorecendo uma maior previsibilidade. O crescimento de mais de 400% no IED chinês entre 2012 e 2023 é notável, mas é necessário ter em conta o ponto de partida – cerca US\$ 10 bilhões em 2012 e pouco mais de US\$53 bilhões em 2023 – bem como os valores absolutos que eles representam frente aos investimentos americanos, significativamente maiores. A partir de 2020 essa diferença entre ambos os países se acentua, com um crescimento expressivo dos investimentos estadunidenses no país.

Com relação ao perfil destes investimentos, identificamos que os EUA se concentram principalmente nas áreas de atividades financeiras, indústrias de transformação e setor de informações e comunicações. Este último setor tem recebido investimentos crescentes nos últimos anos, juntamente com o setor de indústrias de transformação, para os quais foram anunciados projetos *greenfield* relacionados ao setor de *software* e *data centers*, fabricação de automóveis e setor elétrico (ApexBrasil, 2024; BCB, 2024). Tais investimentos parecem relacionar-se com as informações divulgadas por documentos do governo americano, como as Estratégias de Segurança Nacional e do USSOUTHCOM, que evidenciam a necessidade de impedir o avanço dos projetos chineses na área de informação e telecomunicações, bem como a importância da região e seus recursos estratégicos de geração de energia. Já os investimentos chineses apresentam um alto grau de concentração em dois setores, o de indústrias extrativas e eletricidade, com mais de 80% do IED chinês (BCB, 2024). Grande parte destes investimentos ocorreram na esteira da crise política e econômica do Brasil, a partir de 2015, com fusões e aquisições, os chamados investimentos *brownfield* (Menezes; Bragatti, 2020; Søndergaard; Barros-Plataiu; Park, 2022; Ramos; Costa; Gaio, 2023). Mais recentemente tem ocorrido uma diversificação gradual dos setores, com maiores investimentos destinados às atividades financeiras e indústrias de transformação, mas nada equiparável aos valores destinados ao setor elétrico e extrativista (BCB, 2024). A atuação das empresas privadas chinesas também tem crescido, sendo elas responsáveis pela execução da maior parte dos projetos e dos investimentos

greenfield realizados pela China no país, com anúncios nos setores financeiros, de eletrônicos e fabricação de automóveis (REDALC-China, 2024).

Os EUA têm encontrado dificuldade em fazer frente aos investimentos chineses, mesmo com a criação de novos mecanismos, em virtude da falta de recursos disponibilizados à altura dos investidos pelos chineses, o que torna a estratégia de contenção mais difícil. Sem a possibilidade de oferecer oportunidades realmente atrativas no âmbito dos investimentos, resta aos estadunidenses explorar a histórica relação com a região, a proximidade geográfica e sociocultural, além da familiaridade cultural e ideológica com os países latino-americanos, tal como a pauta de direitos humanos e democracia, como forma de criar um consenso anti-China (Alcívar, 2024). Já a China tem sido vista por muitos países latino-americanos como uma importante parceira comercial e especialmente para realização de investimentos em setores-chave, como infraestrutura, comunicações e logística. Guilhon-Albuquerque (2017) alerta, no entanto, para o problema de reproduzir imagens idealizadas sobre os dois países, sem refletir os elementos reais das suas relações com o Brasil. Conforme o autor coloca,

Enquanto os EUA são vistos como a personificação do imperialismo clássico, a China aparece como a encarnação perfeita da solidariedade Sul-Sul. Portanto, as relações bilaterais do Brasil com os EUA são vistas como uma fonte de conflitos e ameaças, enquanto as relações com a China são consideradas uma fonte de cooperação e benefícios (Guilhon-Albuquerque, 2017, p. 191, tradução nossa)²⁹.

Portanto, evidencia-se a necessidade de adoção de uma postura mais pragmática por parte do Brasil frente à disputa internacional entre EUA e China. O peso econômico representado pelos EUA é elevado, bem como a influência chinesa na economia brasileira tem se apresentado crescente e constante. O montante de investimentos das duas potências para o Brasil é relevante, o que demonstra a importância do mercado brasileiro para a estratégia de internacionalização de capitais de ambos os países. Ao invés de buscar alinhamento com quaisquer que sejam as partes, o mais prudente parece ser elaborar uma estratégia nacional que busque identificar agendas comuns de cooperação, que tenham a capacidade de elevar o potencial oferecido pelos investimentos chineses e estadunidenses neste cenário de competição.

²⁹ No original: “While the U.S. is perceived as the personification of the classical imperialism, China appears as the perfect incarnation of South-South solidarity. Therefore, Brazil’s bilateral relations with the U.S. are regarded as a source of conflicts and threats, while those with China are considered a source of cooperation and benefits”. (Guilhon-Albuquerque, 2017, p. 191).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos investimentos estrangeiros diretos chineses e americanos no Brasil entre 2012 e 2023 revela um cenário dinâmico que reflete as transformações mais amplas na ordem internacional contemporânea. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o debate sobre hegemonia e competição hegemônica nas Relações Internacionais, relacionando-as à análise dos fluxos de investimento, que, como vimos no terceiro capítulo, são um indicador relevante do poder e influência global de um país. A discussão realizada no primeiro capítulo, quando aprofundamos a conceituação de hegemonia e imperialismo e buscamos diferenciá-los, levou-nos à conclusão de caracterizar o momento atual do sistema internacional mais adequadamente como o de uma competição ou rivalidade hegemônica ao invés de uma transição hegemônica consolidada. Isso se dá em virtude da manutenção do poder estrutural estadunidense e da ausência de um projeto coerente por parte da China para substituir a ordem liberal internacional. A incorporação das perspectivas teóricas chinesas, como o realismo moral de Yan Xuetong e o sistema *Tianxia* de Zhao Tingyang, demonstraram uma ideia geralmente negativa acerca da hegemonia e uma projeção de uma ordem internacional mais cooperativa, o que contrasta com abordagens mais tradicionais do poder no campo das RI. No entanto, ainda que essas ideias apareçam em geral no discurso chinês, a China não foi capaz de apresentar o que seria o seu projeto hegemônico global de maneira clara a fim de conquistar o consenso internacional para substituir o poder hegemônico estadunidense. Por outro lado, vimos que a perspectiva de harmonia chinesa se assemelha em muitos aspectos à hegemonia gramsciana, apesar da visão negativa dos teóricos chineses. Conforme argumenta Almeida (2022), a ausência do elemento harmônico abre espaço para o uso da coerção, remontando à ideia do uso combinado da coerção e do consenso na teorização de Gramsci. A promoção da ideia de harmonia também se configuraria como uma tentativa chinesa de moldar um discurso que alcance o consenso internacional e da própria sociedade chinesa para o seu projeto hegemônico.

Os dados examinados confirmam parcialmente as hipóteses iniciais desta pesquisa, demonstrando mudanças tendenciais nos padrões de investimento de ambas as potências em resposta à intensificação de sua rivalidade hegemônica. Observamos que os EUA permanecem como o maior investidor externo no Brasil, com um estoque de IED que atingiu US\$ 272 bilhões em 2023, um recorde na série histórica analisada. Embora os investimentos dos EUA no Brasil mostrem maior volatilidade, seu volume absoluto é significativamente superior ao da China. Os setores de “Atividades Financeiras” e “Indústrias de Transformação” foram historicamente os principais destinos do IED estadunidense, mas há uma crescente destinação aos setores de TIC,

evidenciada por anúncios de projetos *greenfield* em *softwares*, *data centers* e veículos elétricos. Essa mudança alinha-se com a estratégia americana de fazer frente à presença chinesa no desenvolvimento desse tipo de tecnologia e ao seu acesso a recursos estratégicos, conforme explicitado nos documentos analisados das Estratégias de Segurança Nacional e do USSOUTHCOM.

Por outro lado, a China desponta como um investidor de crescente importância no Brasil, ocupando a quarta posição entre os maiores investidores externos pelo critério de controlador final, com um estoque de IED de aproximadamente US\$ 53 bilhões em 2023. A trajetória ascendente dos IEDs chineses, mesmo durante períodos de instabilidade econômica global, evidencia a prioridade estratégica que o Brasil ocupa na política externa chinesa. Em 2023 o país acumulou um estoque de US\$53 bilhões, o que também foi o seu recorde na série analisada. A atuação chinesa no Brasil se caracteriza pela alta concentração em setores estratégicos como Energia (Eletricidade e Gás) e Indústrias Extrativas (Mineração), que juntos representam mais de 80% do IED chinês no país. Grande parte desses investimentos ocorreu por meio de fusões e aquisições de empresas, com forte atuação de estatais chinesas, que se aproveitaram do cenário de instabilidade político-econômica no Brasil a partir de 2015 para adquirir ativos a preços depreciados.

No entanto, percebemos uma diversificação inicial nos investimentos chineses, com o aumento de projetos *greenfield*, desta vez liderados por empresas privadas, e a entrada em setores como finanças, eletrônicos e fabricação de automóveis. Essa tendência está em consonância com o que encontramos em seu *policy paper* para a América Latina publicado em 2016, que manifesta o objetivo de aprofundar a cooperação em diversas áreas com os países latino-americanos, como infraestrutura de transporte e TI. Entretanto, para atribuímos essas mudanças ao cenário de competição entre as duas potências seria mais adequado a realização de testes estatísticos para identificar a correlação e causalidade existente. Podemos inferir por meio das informações e dados coletados na pesquisa que o acirramento da rivalidade entre os dois países pode ter influenciado na destinação de maiores volumes de IED e na diversificação dos setores, especialmente para aqueles nos quais os dois países travam uma disputa tecnológica. Por outro lado, não podemos afirmar que esta foi a causa, tampouco que foi o único elemento a causar este efeito.

A evolução dos investimentos americanos no Brasil durante o período analisado demonstra uma estratégia de manutenção e consolidação de posições históricas, com foco em setores de alta tecnologia, serviços financeiros e manufatura avançada. Os dados revelam que, embora os EUA tenham mantido sua posição como um dos principais investidores no país, tem ocorrido

uma reorientação setorial, com maiores investimentos destinados a áreas consideradas estratégicas para a competição com a China, como o setor tecnológico. A concentração dos IEDs chineses em setores de energia e recursos naturais, refuta o que foi pensado na segunda hipótese, visto que se acreditava que os investimentos chineses em infraestrutura logística conformariam um setor relevante, principalmente por imaginar que se relacionariam com a cadeia de suprimentos de recursos naturais.

No entanto, no caso brasileiro isso não está presente. Os investimentos chineses neste setor são pouco significativos e o que se observou foram apenas intenções de destinar mais investimentos a esta área. Além disso, a magnitude dos investimentos estadunidenses e a sua diversidade demonstram uma característica bastante ativa dos IEDs estadunidenses no Brasil, não se resumindo a apenas buscar conter a China em determinados setores, como também fora elaborado na segunda hipótese. Por fim, o uso dos mecanismos tradicionais de mercado encontra-se presente na estratégia de investimentos de ambos os países. Ainda que o capital chinês seja caracterizado como mais “paciente”, este não se renuncia ao lucro e adota mecanismos comuns para diminuição do risco, como as fusões e aquisições. Este aspecto pode ser explicado pelo imperialismo, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo na China até o seu estágio monopolista criou a necessidade de expansão internacional de suas empresas com o apoio do Estado (Almeida, 2022).

Esta pesquisa apresenta algumas limitações que abrem caminhos para investigações futuras. A análise buscou combinar os aspectos quantitativos dos investimentos a algumas de suas características qualitativas, como setores de destino, tipo de propriedade e empregos gerados. Entretanto, vislumbramos ser possível aprofundar os estudos qualitativos acerca dos impactos desses IEDs no que diz respeito à transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades locais na economia brasileira. Além disso, seria relevante expandir a análise para outros países latino-americanos, permitindo uma compreensão mais ampla de como a competição sino-americana se manifesta regionalmente. Estudos comparativos com outras regiões do mundo também poderiam ser realizados no esforço de compreender os padrões globais da competição hegemônica sino-americana. A inclusão de métodos quantitativos para o teste de hipóteses também é outro aspecto que seria bem-vindo para expansão dos achados desta pesquisa.

Em última análise, esta pesquisa demonstra que a competição hegemônica sino-americana é um fenômeno multifacetado que se manifesta de formas distintas em diferentes contextos regionais e setoriais. Compreender essas manifestações específicas é crucial para formuladores de política, acadêmicos e analistas interessados em mapear as trajetórias futuras da ordem

internacional e as oportunidades disponíveis para países da periferia do sistema neste novo contexto competitivo, como o Brasil. Como um importante receptor dos investimentos de ambas as potências, não é fora de propósito imaginar que o país se encontra numa posição capaz de influenciar os termos dessa competição, aproveitando as oportunidades oferecidas por ambas as potências, ao mesmo tempo em que preserva sua autonomia estratégica. O sucesso dessa estratégia, entretanto, dependerá da capacidade das instituições brasileiras de posicionar-se habilmente entre essas duas potências rivais, maximizando os benefícios econômicos enquanto minimiza os riscos geopolíticos.

É evidente, portanto, a necessidade de o Brasil adotar uma postura pragmática frente à disputa internacional entre EUA e China. O peso econômico dos EUA é inegável, assim como a crescente influência chinesa na economia brasileira. Ao invés do alinhamento com uma ou outra parte, o Brasil deve focar na elaboração de uma estratégia nacional que maximize o potencial oferecido pelos investimentos de ambas as potências neste cenário competitivo. É crucial que o país identifique agendas comuns de cooperação, sem idealizações acerca dos países investidores, e que promova a diversificação de suas parcerias internacionais, aprofundando a integração regional e buscando relações de alto nível com outros atores globais, como os BRICS+ e a União Europeia. Tal postura estratégica pode minimizar a superdependência de Washington e Pequim, ao mesmo tempo em que fortalece a autonomia e a capacidade do Brasil de definir suas prioridades no sistema internacional em meio à competição hegemônica em curso.

6 REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. After liberal hegemony: The advent of a multiplex world order. **Ethics & International Affairs**, v. 31, n. 3, p. 271-285, 2017.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (ApexBrasil). **Mapa Bilateral de Comércio e Investimentos: Brasil-USA**. 2024. Disponível em: <<https://apexbrasil.com.br/br/pt/solucoes/inteligencia/estudos-e-publicacoes/mapa-de-investimentos-estrangeiros-diretos-brasileiros/mapa-bilateral-de-comercio-e-investimentos-brasil---estados-unid.html>>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- AGNEW, John. **Hegemony: The new shape of global power**. Philadelphia: Temple University Press, 2005.
- ALCANTARA, Victor. Introdução ao R e RStudio. In: **Curso de análise de dados com R**. 2024. Disponível em: <<https://victorgalcantara.github.io/cursodadoscomr.gihub.io/class01.html>>. Acesso em: 15 maio 2025.
- ALCÍVAR, Yamileth Arteaga. La rivalidad geopolítica entre Estados Unidos y China, caso de estudio: América Latina. **Revista Multidisciplinaria de Desarrollo Agropecuario, Tecnológico, Empresarial y Humanista.**, v. 6, n. 1, p. 8-8, 2024. Disponível em: <<https://dspace.itsjapon.edu.ec/jspui/handle/123456789/4573>>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- ALIBER, Robert Z. A theory of direct foreign investment. In: KINDLEBERGER, Charles P. Kindleberger. **The International Corporation: A Symposium**. Cambridge: MIT Press, 1970, p. 17-32.
- ALMEIDA, J. Uma nova fase do imperialismo? Anais do VIII Colóquio Marx e Engels. Unicamp, Campinas 14 a 17 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/index.php?texto=gt4&menu=o>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- ALMEIDA, Jorge. O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista? **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 109-130, jan./abr. 2022. DOI: <<https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p109-130>>. Acesso em: 06 ago. 2025.
- AMCHAM BRASIL. ApexBrasil e Amcham revelam nova onda de Investimentos dos EUA no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.amcham.com.br/noticias/apexbrasil-e-amcham-revelam-nova-onda-de-investimentos-dos-eua-no-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- ARAGÃO, D. M. C. de. Desvio ao deserto neoliberal: a ONU, sua agenda de desenvolvimento e o caso da responsabilidade das corporações transnacionais. In: KRAYCHETE, Elsa (org.); MILANI, C. R.S. (org.). **Desenvolvimento e Cooperação Internacional: relação de poder e política dos Estados**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Editora Unesp, 2006. Disponível em: <<https://diegoazziufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/11/o-longo-sc3a9culo-xx-giovanni-arrighi.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- BALANCO, Paulo. **As transformações do capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização**. 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Investimento Direto 2024**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024, 52 p. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid/RelatoriaID2023>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL (BM). **GDP, PPP (current international \$) - China, United States, United Kingdom, Japan, Germany, India**. 2024a. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD?end=2023&locations=CN-US-GB-JP-DE-IN&start=2021>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL (BM). **GDP growth (annual %) - China, United States**. 2024b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2023&locations=CN-US&name_desc=true&start=1979&view=chart>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL (BM). **Total reserves minus gold (current US\$)**. 2024c. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/FI.RES.XGLD.CD?end=2023&most_recent_value_desc=true&start=1960&type=points&view=chart>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL (BM). **GDP (current US\$) - United States**. 2024d. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=US>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL (BM). **Foreign direct investimento, net outflows (BoP, current US\$)**. 2025. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/BM.KLT.DINV.CD.WD?view=chart>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BARBOSA, M. P.; LIMA, M. C.; FONSECA, P. A. A.; GOMES JÚNIOR, R. A. M.; ALVES, V. L. NOVA ROTA DA SEDA E A ASCENSÃO PACÍFICA CHINESA. **NEARI EM REVISTA**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/388>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11-20, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BIDERBOST, Pablo; CARRASQUERO, Guillermo Boscán; BOSCÁN, Guillermo. Divergencias chino-estadounidenses y reconfiguración de la política exterior latinoamericana. Introducción al número especial. **Unisci Journal**, [S.L.], v. 21, n. 61, p. 9-14, 15 jan. 2023. UNISCI. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.31439/unisci-155>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BUGIATO, Caio; BERRINGER, Tatiana. Imperialismo e Relações Internacionais: dos clássicos aos contemporâneos. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Philos, 2021. Cap. 4. p. 101-122.

BUKHARIN, Nikolai. **O imperialismo e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert, 1928. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/index.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA). Brazil – International Trade and Investment Country Facts. 2024. Disponível em:

<<https://apps.bea.gov/international/factsheet/factsheet.html#202>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Polity, 2009.

CANAL VE. Bravo Motor Company anuncia fábrica de lítio em cidade baiana. 2025.

Disponível em: <<https://canalve.com.br/bravo-motor-company-anuncia-fabrica-de-litio-em-cidade-baiana/>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos chineses no Brasil: novas tendências em energias verdes e parcerias sustentáveis 2023**. Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC): set. 2024. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2024/09/03/investimentos-chineses-crescem-33-no-brasil-em-2023-com-foco-em-energias-verdes-e-carros-eletricos/>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CASTELLI, Jonattan Rodriguez. A Crise Financeira Global e a Nova Ordem Econômica: A Ascensão da China e a Contestação do Dólar Norte-Americano. **Estudos do CEPE**, n. 46, p. 04, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/228505511.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

CECEÑA, Ana Esther. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Hegemonias e Emancipações no Século XXI**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Cap. 3. p. 35-56.

CHINA. State Council. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. 2016. Disponível em: <http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm>. Acesso em: 15 maio 2025.

COGGIOLA, O.; MARTINS, J. A. A dinâmica da globalização–mercado mundial e ciclos econômicos (1970-2005), 2006. 2010.

COHEN, B. J. **The Question of Imperialism: The Political Economy of Dominance and Dependence**. London: Palgrave Macmillan, 1973.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Banco de dados regional para o acompanhamento dos ODS em América Latina e Caribe*. 2025.

Disponível em: <https://agenda2030lac.org/estadisticas/banco-datos-regional-seguimiento-ods.html?indicator_id=4231&lang=es>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2024*. Santiago, 2024. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/tipo-de-publicacion/la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COOPER, Frederick. **Colonialism in question: Theory, knowledge, history**. Univ of California Press, 2005.

CORRÊA, G. T. R. Chimérica: Entre a Cooperação e o Confronto Sino-Americano. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/107922>. Acesso em: 31 jul. 2024.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

DATHEIN, Ricardo. De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução. **Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional**, 2003. Disponível em: <

https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DUSSEL PETERS, Enrique. Monitor de la OFDI china en América Latina y el Caribe 2023. México: Red ALC-China, 15 abr. 2023. Disponível em: <https://docs.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/DusselPeters_MonitorOFDI_2023_Esp.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

EICHENGREEN, B. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. (trad. S. Blum, Ed.). 2000.

ESTADOS UNIDOS. Census Bureau. **Trade in Goods with China**. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2015. Disponível em: <<https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2015.pdf?ver=TJJ2QfM0McCqL-pNtKHtVQ%3d%3d>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C., 2017. Disponível em: <<https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2017.pdf?ver=CnFwURrw09pJ0q5EogFpwg%3d%3d>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ESTADOS UNIDOS. The White House. **National Security Strategy**. Washington, D.C., 2022. Disponível em: <<https://bidenwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FERGUSON, Niall; SCHULARICK, Moritz. The end of Chimerica. **Harvard Business School BGIE Unit Working Paper**, n. 10-037, 2009. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=b7cabe07bceb3bcfe06268d3c0c1670e3edafaf3>>. Acesso em: 29 out. 2024.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. Salvador, 1999.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. Simon and Schuster, 2006.

GARCIA, Ana. Hegemonia e Imperialismo: caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a II Guerra Mundial. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Philos, 2021. Cap. 5. p. 123-143.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge University Press, 1981.

GILPIN, Robert. **US Power and the Multinational Corporation**. New York: Basic Books, 1975.

GOITIA, Vladimir. Empresas chinesas devem investir US\$ 3,5 bilhões em mineração no norte de Minas Gerais e no sul da Bahia. **O Globo**, 23 jan. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brazil-china-meeting/noticia/2024/01/23/empresas-chinas-devem-investir-us-35-bilhoes-em-mineracao-no-norte-de-minas-gerais-e-no-sul-da-bahia.ghtml>>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GUILHON-ALBUQUERQUE, José A. U.S., China, and Brazil: Do we need three to Samba?. In: DENOON, David B. H. (org.). **China, the United States, and the future of Latin America**. 1 ed. New York: NYU Press, 2017, p. 180-202.

PAZ, Gonzalo Sebastián. China, United States and hegemonic challenge in Latin America: an overview and some lessons from previous instances of hegemonic challenge in the region. **The China Quarterly**, v. 209, p. 18-34, 2012. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/abs/china-united-states-and-hegemonic-challenge-in-latin-america-an-overview-and-some-lessons-from-previous-instances-of-hegemonic-challenge-in-the-region/29849A6D5022DFB9C8B021FED71A420E>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Coleção completa Cadernos do Cárcere**. 1 ed. Rio de Janeiro: International Gramsci Society, 2024. Disponível em: <<https://igsbrasil.org/blog/publicacao/2314705/download-dos-cadernos-do-carcere>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JISI, Wang. The logic of China–US rivalry. **China International Strategy Review**, v. 6, n. 1, p. 1-8, 2024. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s42533-024-00157-6>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

KAUTSKY, Karl. **Ultra-imperialismo**. *Die Neue Zeit*, 11 set. 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton university press, 1984.

KINDLEBERGER, C. P. **The World in Depression, 1929-1939**. Los Angeles: University of California Press, 1973. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=q4k2TgQLk_sC&lpg=PA3&hl=pt-BR&pg=PA305#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02 ago. 2024.

KINDLEBERGER, Charles P. The theory of direct investment. In: KINDLEBERGER, Charles P. **American Business Abroad: Six Lectures on Direct Investment**. New Haven: Yale University Press, 1969, p. 1-36.

KRIVOLÁPOV, Oleg O.; STEPÁNOVA, Nataliya V. La estrategia político-militar de la administración de Donald Trump con respecto a América Latina. **Iberoamérica**, v. 4, n. 1, p. 24-47, 2020. Disponível em: <<https://iberoamericajournal.ru/sites/default/files/2020/krivolapov.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

LI, Minqi. **The rise of China and the demise of the capitalist world economy**. NYU Press, 2008.

LIANG, Wei. Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p. 433-449, 2019. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11366-018-09603-w>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

LIMA, Marcos Costa. A nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, p. 13-42, 2018.

LOPES, Amanda Ribeiro; CORRÊA, Gabriela Tamiris Rosa; HENDLER, Bruno. Poder e hegemonia nas abordagens teóricas de Relações Internacionais: uma análise das convergências e divergências entre teorias ocidentais e chinesas. **Oikos**, v. 1, n. 3, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/54518>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

LUXEMBURGO, Rosa. **Imperialismo**. 1914. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/mes/40.htm>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MACROTRENDS. **China Exports 1960-2025**. Disponível em: <<https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/chn/china/exports>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARINI, R. M. Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista. In: MARINI, R. M. et al. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 248-271.

MARTINS, Fernanda. **A ascensão chinesa e o sistema financeiro e monetário internacional: rumo a um potencial novo ciclo de hegemonia?** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23570/1/A%20ascens%C3%A3o%20chinesa%20e%20o%20sistema%20financeiro%20e%20monet%C3%A1rio%20internacional_sinais%20de%20um%20potencial%20novo%20ciclo%20hegemonico.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, p. 381-400, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/ckBJZnLqVSRYc8wSShkFqCh/>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MELLO, Gustavo Moura De Cavalcanti. **Teorias marxistas sobre o capitalismo contemporâneo**. Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-09112012-100048/pt-br.php>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

SERBÍN, Andrés. **Las relaciones entre China y América Latina: una revisión de los estudios y tendencias más recientes (2010-2020)**. Managua: CRIES, 2022. Disponível em: <<https://www.cries.org/?p=6720>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MENEZES, Roberto Goulart; BRAGATTI, Milton Carlos. Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the context of crisis. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 3, p. 446-461, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/kJWNkZWRDxmjP4d9V3FR4BQ/>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MOODY'S ANALYTICS UK LIMITED. Orbis Crossborder Investment. 2025. Disponível em: <<https://www.applytosupply.digitalmarketplace.service.gov.uk/g-cloud/services/911171895682575>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MOODY'S LOCAL BRASIL. **Setor de Data Centers no Brasil: fundamentos, perspectivas e tendências**. 2025. Disponível em: <https://moodylocal.com.br/wp-content/uploads/2025/04/3.1_MLBR_Research_DataCenters_01042025_v3-Final.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos: An overview of contemporary Chinese

foreign policy: strategies, actors and instruments. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 2, p. 297-329, 2019. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8931>>. Acesso em: 6 jan. 2025.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **China Statistical Yearbook 2023**. Disponível em: <<https://www.stats.gov.cn/sj/ndsjs/2023/indexeh.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2025.

NAUGHTON, Barry. China's Global Economic Interactions. In: SHAMBAUGH, David (Ed.). **China and the World**. Oxford University Press, 2020, p. 113-136.

ORNELAS, Raúl. La competencia entre Estados Unidos y China por el liderazgo mundial: Un panorama desde las inversiones extranjeras. **México y la Cuenca del Pacífico**, v. 7, n. 21, p. 53-93, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-53082018000300053>. Acesso em: 09 jan. 2025.

ORNELAS, Raúl. Las empresas transnacionales como agentes de la dominación mundial capitalista. In: CECENÁ, Ana Esther; BARREDA, Andrés (Ed.). **Producción estratégica y hegemonía mundial**. México: Siglo XXI, 1995, p. 400-519.

PAUTASSO, Diego et al. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. e1122-e1122, 2021. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1122>>. Acesso em: 09 jan. 2025.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Economia e Sociedade**, v. 24, p. 449-479, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/qbCYbhPGk3FCVnwCK6gNkDH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 09 jan. 2025.

PIRES, Marcos Cordeiro; BARBOSA, Lucas; QUITO, Victória Louise. Algumas notas sobre o triângulo Guiana, EUA e China. **OPEU**, 3 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.opecu.org.br/2024/06/03/algumas-notas-sobre-o-triangulo-guiana-eua-e-china/>>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PIRES, Marco Cordeiro; DO NASCIMENTO, Lucas Gualberto. THE SINO-RUSSIAN GEOPOLITICS IN EURASIA AND CHINA-USA DISPUTES: ASIA-PACIFIC-GREATER EURASIA VS INDO-PACIFIC. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S. l.], v. 10, n. 20, 2022. DOI: 10.22456/2238-6912.117778. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/117778>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PREVOST, Gary. The Biden administration and the rise of China. In: XING, Li; VADELL, Javier (Ed.). **China-US Rivalry And Regional Reordering In Latin America And The Caribbean**. New York: Routledge, 2024, p. 73-87.

PU, Xiaoyu; MYERS, Margaret. Overstretching or Overreaction? China's Rise in Latin America and the US Response. **Journal Of Current Chinese Affairs**, [S.L.], v. 51, n. 1, p. 40-59, 29 out. 2021. SAGE Publications. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/18681026211028248>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

RAMOS, Leonardo. A contribuição neogramsciana para os estudos internacionais. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Philos, 2021. Cap. 6. p. 144-178.

RAMOS, Maria da Luz; COSTA, Carla Guapo da; GAIO, Gabrieli; GAIO, Gabrieli. Brasil-Estados Unidos-China en el orden global a principios del siglo XXI:: un análisis desde la perspectiva de la política exterior brasileña. **UNISCI Journal**, [S.L.], v. 21, n. 61, p. 15-55, 15 jan. 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.31439/unisci-156>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RED ACADÉMICA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE CHINA (REDALC-China). Monitor de la OFDI china en América Latina y el Caribe 2024. RedALC-China: México, 2024. Disponível em: <<https://redalc-china.org/monitor/monitor-de-infraestructura/>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

REVISTA MINERAÇÃO. Bravo Motor vai investir R\$ 25 bilhões em fábrica de baterias de lítio na Bahia. 2024. Disponível em: <<https://revistamineracao.com.br/2024/07/09/bravo-motor-investimento-fabrica-baterias-litio-bahia/>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ROBINSON, William I. Debate on the New Global Capitalism: Transnational Capitalist Class, Transnational State Apparatuses, and Global Crisis. **International Critical Thought**, v. 7, n. 2, p. 171–189, 2017.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 37, p. 78-105, 2020. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/prolam/article/view/166148>>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SABOYA, André. Desequilíbrios Globais, Moeda Estatal e Demanda Efetiva. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (org.). **Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017. p. 75-82.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECENÑA, Ana Esther (org.). **Hegemonias e Emancipações no Século XXI**. Buenos Aires: Clacso, 2005. Cap. 2. p. 15-34.

SCISSORS, Derek. China's Global Activity: Building Grabs the Spotlight from Owing. Washington, DC: American Enterprise Institute, jul. 2024. Disponível em: <<https://www.aei.org/wp-content/uploads/2024/07/Chinas-Global-Activity-Building-Grabs-the-Spotlight-from-Owning.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2025.

SOKOV, Ilya. US-China rivalries in Latin America and the Caribbean during Joe Biden's presidency. **Iberoamerica**, Moscou, n. 2, p. 147-166, abr./jun. 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.37656/s20768400-2023-2-07>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SØNDERGAARD, N.; BARROS-PLATIAU, A. F.; PARK, H.. When only China wants to play: Institutional turmoil and Chinese investment in Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, n. 2, p. e020, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ygxChTBGmLVdcwTxhMZmxgH/>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SOUZA, Renildo. **A China de Mao a Xi Jinping: transformações e limites**. Salvador: Edufba, 2023.

SOUZA, Renildo. **Estado e capital na China**. Salvador: Edufba, 2018.

STATE ADMINISTRATION OF FOREIGN EXCHANGE. **Annual Report of the State Administration of Foreign Exchange (2023)**. Disponível em:

<[https://www.safe.gov.cn/en/file/file/20241129/91df03d20b464c8eafa51612666849e6.pdf?n=Annual%20Report%20of%20the%20State%20Administration%20of%20Foreign%20Exchange%20\(2023\)>](https://www.safe.gov.cn/en/file/file/20241129/91df03d20b464c8eafa51612666849e6.pdf?n=Annual%20Report%20of%20the%20State%20Administration%20of%20Foreign%20Exchange%20(2023)>)>. Acesso em: 6 jan. 2025.

STRANGE, Susan. States and markets. **States and Markets**, p. 1-304, 2015.

TOUSSAINT, Eric. A bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TSENG, Wanda; RODLAUER, Markus. **China: competing in the global economy**. International Monetary Fund, 2003. Disponível em:

<<https://www.elibrary.imf.org/display/book/9781589061781/ch005.xml>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world-system.

International theory: positivism and beyond (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), p. 87-107, 1996.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979. 251 p.

WANG, Zhaohui; SUN, Zhiqiang. From globalization to regionalization: The United States, China, and the post-Covid-19 world economic order. **Journal of Chinese Political Science**, v. 26, n. 1, p. 69-87, 2021. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11366-020-09706-3>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

WANG, Rihua. Political Hegemony in Ancient China: A Review of “Hegemony in The Stratagems of the Warring States”. In: YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton: Princeton University Press, p. 181-198, 2011.

YAHOO NEWS. **Biden argues China will never surpass US on his watch**. Disponível em: <<https://www.yahoo.com/news/biden-argues-china-never-surpass-100203474.html>>. Acesso em: 31 jan. 2025.

YAN, Xuetong; YUXING, Huang. Hegemony in the Stratagems of the Warring States. In: YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton: Princeton University Press, p. 107-144, 2011.

YAN, Xuetong. **Leadership and the rise of great powers**. Princeton University Press, 2019.

YAN, Xuetong. Political Leadership and Power Redistribution. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2016.

ZHAO, Tingyang. **Redefining A Philosophy for World Governance**. Singapore: Springer Singapore, 2019. (Key Concepts in Chinese Thought and Culture). Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-981-13-5971-2>>. Acesso em: 3 fev. 2025.

U.S. INTERNATIONAL DEVELOPMENT FINANCE CORPORATION. **Who We Are**. Disponível em: <<https://www.dfc.gov/who-we-are>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). UNCTADstat: FDI Flows and Stock. 2025. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.FdiFlowsStock>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

UNITED STATES SOUTHERN COMMAND (USSOUTHCOM). United States Southern Command Strategy: “Enduring Promise for the Americas”. Doral, 2019. Disponível em: <https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/SOUTHCOM_Strategy_2019.pdf?ver=2019-05-15-131647-353>. Acesso em: 10 abr. 2025.

UNITED STATES SOUTHERN COMMAND (USSOUTHCOM). United States Southern Command Strategy: “Enduring Promise for the Americas”. Doral, 2023. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20250121160425/https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/2023_SC_Strategy.pdf?ver=0B070bS1NYJnYC6B7cW4og%3D%3D>. Acesso em: 10 abr. 2025.